

Relatório Nacional de Acompanhamento - 2010



Presidência da República

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

Março 2010

Relatório Nacional de Acompanhamento - 2010



Presidência da República

**OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

**PRINCIPAIS INICIATIVAS
DO GOVERNO FEDERAL**

Março 2010

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	07
ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	09
ACESSO À ALIMENTAÇÃO	11
a. Programa Bolsa-Família – PBF	11
b. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	13
c. Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos	15
d. Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis	16
e. Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan	16
f. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT	18
g. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	18
h. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan	19
i. Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância	20
j. Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro	20
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	21
a. Programa Territórios da Cidadania - PTC	21
b. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	22
c. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	24
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	25
a. Política de Valorização do Salário Mínimo	25
b. Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para Geração de Emprego e Renda	26
c. Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento	27
d. Inclusão Bancária e Microcrédito	29
e. Plano Nacional de Qualificação – PNQ	30
f. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp	31
CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM	32
a. Agenda Social Criança e Adolescente	32
b. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	33
c. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem	34
d. Aprendizagem Profissional	35
e. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	36
f. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM	38
g. ProSinase	38
h. Programa Saúde na Escola – PSE	39
IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	40
a. Benefício de Prestação Continuada - BPC e Renda Mensal Vitalícia	40
b. Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência	41
c. Programa BPC na Escola	42
d. Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável	43
CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	44
a. Previdência Social	44
b. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	45
c. Programa de Promoção do Registro Civil de Nascimento	46
d. Programa de Erradicação do Trabalho Escravo	47
e. Plano Nacional de Trabalho Decente	48
f. Programa Mais Cultura	49
g. Ações de Promoção da Igualdade Racial	50
h. Programa Brasil Quilombola - PBQ	52
i. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	53
j. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente	54
OS RECURSOS PETROLÍFEROS DO PRÉ-SAL NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS DO PAÍS	56
UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL	61
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – P D E	62
a. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação	63
b. Plano de Ações Articuladas – PAR	63
c. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola	64
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	64

AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	65
a. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB	65
b. Prova Brasil	66
c. Provinha Brasil	66
APOIO AO ALUNO E À ESCOLA	66
a. Obrigatoriedade do Ensino dos 4 aos 17 Anos	66
b. Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade (Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa-Família)	67
c. Programas do Livro	67
d. Programas de Transporte Escolar	68
e. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	69
f. Programa Proinfância	69
g. Programa Mais Educação	70
h. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo	70
i. Salas de Recursos Multifuncionais	71
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	71
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	72
PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES	77
a. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM	78
b. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	79
c. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	80
d. Programa Gênero e Diversidade na Escola	81
e. Programa Mulher e Ciência	81
f. Programa Pró-Equidade de Gênero	82
g. Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres	82
h. Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres	82
i. Programa Mulheres Construindo a Autonomia	83
j. Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais	84
k. Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	84
l. Ampliação da Licença-Maternidade	84
m. Campanha Mais Mulheres no Poder	85
n. Revisão da Legislação Eleitoral	85
o. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	86
p. Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo	87
q. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR	88
r. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher	88
s. Assistência Técnica e Extensão Rural para Trabalhadoras Rurais	88
t. Medidas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	89
REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA	93
a. Estratégia Saúde da Família – ESF	95
b. Políticas e Ações Voltadas para a Atenção à Saúde da Criança	95
c. Vigilância da Mortalidade Infantil e Fetal	96
d. Programa Nacional de Imunização - PNI	97
e. Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal - Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil	98
MELHORAR A SAÚDE MATERNA	103
a. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM	104
b. Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal	105
c. Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos	105
d. Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal	
– Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil	106
e. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	107
COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	111
a. Programa Nacional DST, Aids e Hepatites Virais	112
b. Programa Nacional de Controle da Malária - PNCM	113
c. Programa Nacional de Controle da Tuberculose	114
d. Programa Nacional de Controle da Hanseníase – PNCH	115
GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	119
RECURSOS AMBIENTAIS	120
a. Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	120
b. Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	120
c. Programa de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer	121

d. Programa Nacional de Florestas – PNF	122
e. Programa Comunidades Tradicionais	122
f. Programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas	124
g. Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e de Degradação Ambiental	124
h. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil	126
i. Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar e Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve	126
j. Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	127
k. Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC	128
l. Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	129
m. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC	130
n. Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	131
o. Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis	131
p. Tarifa Social de Energia Elétrica	132
q. Programa Luz para Todos	132
r. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB	133
s. Fontes Alternativas de Energia	135
t. Eficiência Energética	136
ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	137
a. Programa Saneamento para Todos	137
b. Programa Saneamento Rural	138
c. Construção de Cisternas	138
d. Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto	139
e. Programa Drenagem Urbana Sustentável	140
f. Programa Resíduos Sólidos Urbanos	140
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	142
a. Financiamento à auto-gestão	142
b. Programa de Arrendamento Residencial - PAR	143
c. Programas Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual	143
d. Programa Habitação de Interesse Social	144
e. Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	144
f. Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	145
g. Programa Papel Passado	145
ESTABELECEER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	149
a. Cooperação Técnica Internacional	150

INTRODUÇÃO

Este documento compõe o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2010 e apresenta as principais iniciativas do governo federal que contribuem para o alcance das metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU com as quais o Brasil se comprometeu em 2000.

Para cada um dos objetivos são descritas, de forma sucinta, as principais iniciativas governamentais – políticas, programas ou ações específicas – a eles relacionadas e os respectivos resultados alcançados em 2009, ou no período mais recente para o qual existam dados disponíveis. Sempre que pertinente, são também apresentados dados relativos aos montantes financeiros empregados na implementação dessas iniciativas.

É ainda importante destacar três pontos.

Primeiro, a ordem em que são apresentadas as iniciativas não representa nenhum tipo de hierarquização, mas apenas a melhor forma encontrada para a organização do texto.

Segundo, as iniciativas apresentadas contribuem, em geral, para o alcance de mais de um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; entretanto, optou-se por citar cada iniciativa uma única vez, relacionando-a ao objetivo para o qual tem maior relevância. As exceções a essa regra são as menções ao Sistema Único de Saúde – SUS e ao Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil, presentes em mais de um Objetivo.

Por fim, as iniciativas apresentadas não esgotam o conjunto da atuação do governo federal relacionada ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mesmo no que se refere à área social. A listagem ora elaborada apenas retrata as iniciativas consideradas as mais diretamente relacionadas a cada meta.



1

**ERRADICAR A
EXTREMA POBREZA
E A FOME**



São muitas as iniciativas do governo federal que visam cumprir com este objetivo, a maioria delas articuladas em torno da estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, pela promoção da segurança alimentar e nutricional e pela erradicação da extrema pobreza, com vistas à consolidação dos direitos para os segmentos mais vulneráveis da população. Para efeitos deste relatório, as ações do governo estão estruturadas em seis segmentos: acesso à alimentação, desenvolvimento agrário, geração de trabalho e renda, criança, adolescente e jovem, idosos e pessoas com deficiência e, finalmente, cidadania e inclusão social.

MDS

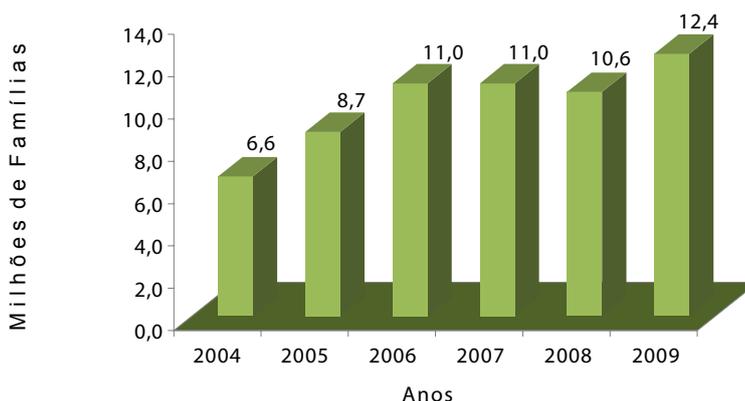
a. Programa Bolsa-Família – PBF

Por meio do Programa Bolsa-Família – PBF, presente em todos os municípios da Federação, a União transfere renda a famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70). O PBF integra a estratégia Fome Zero. O Programa se pauta na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa-Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, como o Próximo Passo, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Entre 2004 e 2009, o Programa praticamente dobrou o número de famílias beneficiárias, passando de um atendimento a 6,6 milhões de famílias para um total de 12,4 milhões. Em dezembro de 2009, o PBF beneficiava cerca de 49 milhões de pessoas. O gráfico a seguir ilustra essa evolução.

Evolução do número de famílias beneficiárias do PBF

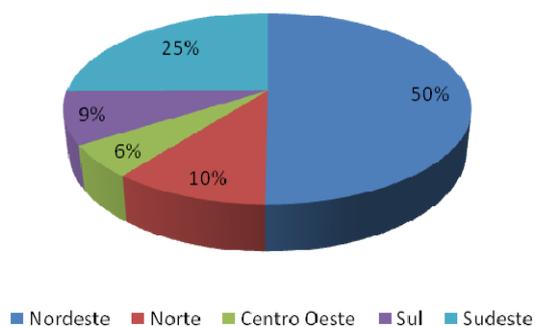


Dentre os avanços do programa nos últimos dois anos, destacam-se:

- Extensão da faixa de atendimento para adolescentes de 16 e 17 anos por meio da criação do Benefício Variável para Jovens – BVJ, de maneira a inibir a evasão escolar nessa faixa etária.
- O aumento do valor do benefício, de 8% em 2008 e 10% em 2009.
- A estabilidade de 24 meses no recebimento do benefício, oriunda do diagnóstico que comprovou a instabilidade na renda dos beneficiários.
- A ampliação do limite que caracteriza as famílias em situação de pobreza, de R\$ 137,00 para R\$ 140,00, e de extrema pobreza, de R\$ 59,00 para R\$ 70,00.

Outro dado a se destacar é a concentração do PBF na região Nordeste, que, nos termos do gráfico a seguir, detém 50% dos beneficiários do programa. O esforço de focalização garante que os mais necessitados recebam os benefícios, de forma a minimizar o desequilíbrio na apropriação da renda, fato que tem contribuído para a redução, também, da desigualdade regional.

Distribuição por Grandes Regiões das famílias atendidas pelo Bolsa Família - dezembro de 2009



Fonte: Sigplan. Elaboração: SPI / MP

O acompanhamento do programa é realizado, entre outros, pelas Instâncias de Controle Social do Bolsa-Família, obrigatoriedade estabelecida no Termo de Adesão ao PBF firmado pelos municípios e estados com o governo federal. Com a edição da Lei nº 12.058/2009, o controle social do PBF ganha mais uma atribuição, que é a de análise das contas de utilização do recurso do Índice de Gestão Descentralizada, calculado a partir de variáveis que informam a qualidade e integridade das informações que os entes repassam ao MDS, bem como de que forma têm sido implementadas as ações de responsabilidade do município, particularmente no que se refere ao acompanhamento das condicionalidades.

Em recente pesquisa realizada em 2008, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas apontou que o PBF contribui para a erradicação da fome e para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, pois permite que as famílias se alimentem melhor e com mais frequência, ampliando a quantidade e variedade de alimentos consumidos, o que ocorre principalmente entre as famílias em situação de maior insegurança alimentar.

MEC

b. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.

Em caráter complementar, o governo federal repassa recursos diretamente aos estados e municípios, com base no número de alunos identificados pelo Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. É acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, além dos órgãos de controle do Estado.

Os recursos, diferenciados para alunos indígenas e quilombolas, são destinados à compra de alimentos pelas secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal e pelos municípios. Em 2009, com a extensão da cobertura para o ensino médio, foram atendidos cerca de 46,3 milhões de alunos, ante os 34,6 milhões beneficiados em 2008. A partir de 2009, são atendidos, além dos alunos de creches, pré-escolas e do ensino fundamental, alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos de instituições urbanas e rurais, bem como de escolas filantrópicas e comunitárias cadastradas no Censo Escolar.

Valores per capita / Dia da Alimentação Escolar (em R\$)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Creches Públicas e Filantrópicas	0,18	0,18	0,18	0,22	0,22	0,22	0,44	0,60
Pré-escola	0,13	0,15	0,18	0,22	0,22	0,22	0,22	0,30
Ensino Fundamental	0,13	0,15	0,18	0,22	0,22	0,22	0,22	0,30
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	0,22	0,30
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-	0,22	0,30
Escolas Indígenas	0,34	0,34	0,34	0,44	0,44	0,44	0,44	0,60
Escolas Quilombolas	0,13	0,15	0,34	0,44	0,44	0,44	0,44	0,60
Educação Integral	-	-	-	-	-	0,66	0,66	0,90

Fonte: FNDE / MEC



Recentemente, o Brasil introduziu uma inovação importante, relacionando compras governamentais, produção de alimentos, erradicação da fome e melhoria da educação. Por meio da Lei nº 11.947/2009, determinou-se que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pela União para alimentação escolar sejam utilizados nas compras de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedorismo familiar rural, dispensando-se o processo licitatório.

Outro importante eixo do PNAE é a educação alimentar e nutricional, que busca modificar os hábitos alimentares dos alunos, inserindo práticas saudáveis no ambiente escolar. Nos últimos anos, a definição dos referenciais nutricionais para os cardápios da alimentação escolar e a lista de produtos básicos a serem contemplados nesses cardápios, que limitou a aquisição de produtos ricos em açúcar e gordura, foram as principais evoluções promovidas. Um avanço expressivo foi a criação de dispositivo legal que instituiu, no Ministério da Educação, o dever de propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

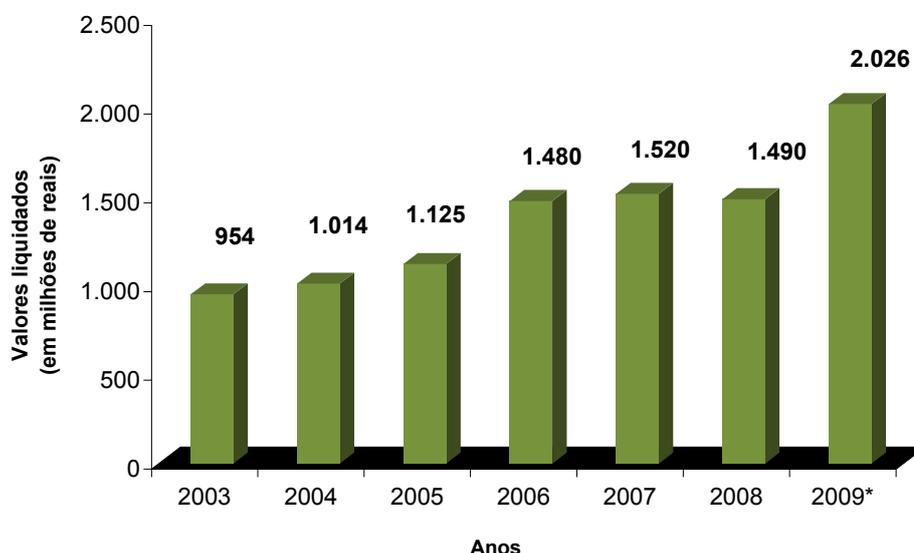
Outros destaques recentes foram:

- a ampliação no repasse para escolas de tempo integral, que agora recebem o valor por aluno triplicado;
- a obrigatoriedade da oferta mínima de três porções de frutas ou hortaliças por semana;
- o estabelecimento de limites máximos de sódio, gordura e açúcar na alimentação escolar;
- a definição de referências nutricionais para os cardápios da alimentação escolar;
- a definição de lista de produtos básicos a serem contemplados nos cardápios.

A partir de 2010, os recursos federais do PNAE serão reajustados em 37%. Essa medida visa a recompor o poder de compra de alimentos para as escolas. Com o aumento, a previsão é de que o montante de recursos federais do PNAE atinja R\$ 3 bilhões.

O gráfico a seguir ilustra a evolução no volume de recursos destinados à alimentação escolar.

Alimentação Escolar - Evolução da Execução Financeira



Fonte: Sigplan. Elaboração: SPI/MP

MDS / MAPA - CONAB

C. Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos

A Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos é realizada com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é dada a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos. Os parceiros do governo federal que indicam as comunidades que necessitam das cestas de alimentos são: Ouvidoria Agrária Nacional/Incrá, Fundação Nacional de Saúde, Fundação Nacional do Índio, Fundação Cultural Palmares, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Defesa Civil e Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens.

De janeiro a novembro de 2009, 336 mil famílias receberam as cestas de alimentos, sendo que 1,3 milhão de cestas de alimentos de 22 kg foram distribuídas, contribuindo, assim, para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Além disso, o governo brasileiro tem fortalecido as ações de assistência humanitária internacional, enviando alimentos diretamente a países do hemisfério sul.

MDS / MS

d. Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis

As ações de Educação Alimentar e Nutricional buscam promover a segurança alimentar e nutricional por meio de estratégias educativas que levem a práticas alimentares mais adequadas, permitindo às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis e nutritivos, valorizando a diversidade dos produtos regionais e as vantagens de se aproveitar os alimentos integralmente, reduzindo o desperdício.

Inicialmente, o MDS procurou atuar em parceria com outras instituições, de forma a financiar projetos de educação alimentar e nutricional. Um dos projetos realizados é o Cozinha Brasil, em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI, que promove aulas itinerantes por meio de unidades móveis ou semifixas, em cozinhas instaladas em veículos de grande porte ou adaptadas nos Centros de Referência da Assistência Social, onde a população aprende como aproveitar melhor os alimentos e compor uma boa alimentação.

Além dos projetos com parceiros, outros foram formalizados com estados e municípios, entre 2007 e 2009, procurando apoiar propostas locais de educação alimentar e nutricional. Até o momento foram formalizados 66 convênios nos três anos referidos.

De forma a complementar as ações locais realizadas, em 2008 foi lançada a campanha educativa *Brasil que dá gosto*, fomentando uma alimentação adequada saudável. A primeira etapa buscou resgatar o hábito de consumir arroz e feijão. Em 2010, pretende-se lançar a segunda etapa dessa campanha, com foco em frutas e hortaliças regionais.

Com o intuito de promover o consumo de frutas e hortaliças, foi realizado, em 2009, o 5º Congresso Pan-americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para a Promoção da Saúde do Brasil, que contou com 550 participantes e formou um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de organizar a Iniciativa Brasileira para Aumento do Consumo de Frutas e Hortaliças.

MDS

e. Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan

A Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan, composta por restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, vem se consolidando desde 2003. Essa estrutura, presente sobretudo em cidades de médio e grande porte e regiões metropolitanas, tem como principal objetivo a promoção do acesso à alimentação adequada para a população urbana em situação de insegurança alimentar. O governo federal apoia a instalação da Rede por meio do financiamento

de projetos de construção, reforma e adaptação de instalações prediais, aquisição de equipamentos permanentes, móveis e utensílios novos. Os estados, municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela implantação, gestão e manutenção dos serviços.

Os restaurantes populares são equipamentos públicos de médio e grande porte com capacidade de produção de, no mínimo, mil refeições diárias. Destinam-se ao preparo e comercialização de refeições saudáveis a preço acessível e à promoção da alimentação saudável, em cidades com população superior a cem mil habitantes, devendo estar localizados, preferencialmente, em centros urbanos. Por meio dessa ação, busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas à população de baixa renda e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tal iniciativa é executada, desde 2003, por meio da cooperação entre o governo federal, o Distrito Federal e os governos locais, e presta importante serviço público para promoção do direito humano à alimentação adequada, principalmente dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do país. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 74 restaurantes populares em funcionamento, distribuídos em 65 municípios brasileiros. Outras 69 unidades se encontram em fase de implantação, totalizando 143 unidades apoiadas em 113 municípios.

O governo federal também apoia a instalação de cozinhas comunitárias, unidades de alimentação e nutrição de pequeno porte com capacidade de produção de, no mínimo, cem refeições diárias destinadas ao preparo, comercialização acessível ou doação de refeições saudáveis em áreas de vulnerabilidade social. As cozinhas comunitárias são equipamentos públicos implantados em parceria com prefeituras municipais que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas na unidade, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social. De 2003 a 2008, foram apoiadas 666 unidades em 22 estados, das quais 380 estão em funcionamento, onde são servidas 72 mil refeições diárias. Para o biênio 2009/2010 foram contratadas 97 novas unidades de cozinhas.

Outra iniciativa a favor da segurança alimentar e nutricional é o apoio à instalação de bancos de alimentos, equipamentos públicos destinados ao armazenamento e processamento estratégico de alimentos provenientes de doações oferecidas por parceiros do setor alimentício e por ações governamentais, visando à diminuição do desperdício e ao melhor aproveitamento dos alimentos. O governo federal apoia 106 unidades de bancos de alimentos em 104 municípios de 19 estados, sendo 57 unidades já em funcionamento, em 56 municípios, desde 2003. Outras 33 unidades já receberam recursos e estão em fase de construção ou implantação. Em 2008, as unidades em funcionamento distribuíram aproximadamente 22,3 mil toneladas de alimentos, beneficiando 2.956 entidades assistenciais e contribuindo com o combate ao desperdício de alimentos nos sistemas agroalimentares urbanos e metropolitanos.



De 2003 a 2008 foram investidos R\$ 182 milhões na implantação de restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias – e, somente em 2009, R\$ 51,5 milhões em novas instalações. Ao todo, são 511 unidades em funcionamento e outras 404 em implantação. Para 2010, estão previstos recursos da ordem de R\$ 42 milhões para a implantação de novas unidades.

MTE

f. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, instituído pela Lei nº 6.321/1976, é um programa de complementação alimentar, na perspectiva do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Além de proporcionar segurança alimentar e nutricional, gera benefícios no campo da promoção da saúde do trabalhador. O PAT tem por objetivo a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas na qualidade de vida, na redução de acidentes de trabalho e no aumento da produtividade.

O programa está estruturado na parceria entre governo, empresa e trabalhador, e seu controle social é exercido pela Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador – CTPAT.

A adesão ao programa é feita de forma voluntária pelo empregador, que fornece aos empregados o benefício em uma das modalidades disponíveis: refeição preparada, cesta de alimentos, convênio-refeição ou convênio-alimentação. O benefício não integra o salário e é isento de encargos previdenciários e trabalhistas. O empregador que opta pela adesão pode ter direito a um desconto no Imposto de Renda devido.

O PAT alcançou, nos anos de 2008 e 2009, a marca de 12 milhões de trabalhadores beneficiados e 118 mil empregadores inscritos. Sua prioridade é o atendimento aos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos. Nesse sentido, 80% dos trabalhadores beneficiados estão concentrados na faixa salarial prioritária.

MDS / CONSEA

g. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – Losan, tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Para tanto, em 2006, o governo federal instituiu, por meio do Decreto nº 6.273/2007, a

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan, instituição que tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional. Para além da elaboração da Política e do Plano Nacional, cabe à Caisan a coordenação e o monitoramento de sua execução, bem como a articulação e o estímulo à integração das políticas e dos planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal. Tal missão qualifica a Câmara como principal instância da administração pública para implantação do Sisan.

Em setembro de 2009, ocorreu a preparação para a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Nessa oportunidade foi feito um balanço das ações do governo a partir das deliberações da 3ª Conferência e avançou-se no debate em torno da política, do plano e do sistema nacional de segurança alimentar, iniciativas que contribuíram para fortalecer e ampliar a mobilização social dos sujeitos e movimentos sociais da área, em prol da construção do Sisan.

Ressalte-se que o Consea vem desempenhando papel fundamental na mobilização da sociedade, no apoio aos conselhos estaduais e municipais, na realização das conferências e na conquista de marcos legais. Destaca-se sua atuação na aprovação da Emenda Constitucional que incluiu o direito humano à alimentação adequada nos rol dos direitos sociais. A campanha *Alimentação: direito de todos*, que contou com o apoio do governo federal, foi decisiva para a celeridade na instalação do debate no Congresso Nacional.

MS

h. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan tem como objetivo principal promover a informação contínua sobre as condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam. A Política de Alimentação e Nutrição, realizada na rede de atenção à saúde, ressalta desse modo a importância do monitoramento da situação alimentar e nutricional. Tal informação irá fornecer uma base para decisões a serem tomadas pelos responsáveis por políticas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional.

Uma das bases principais do Sisvan corresponde ao sistema informatizado, que é acessado pela Atenção Básica à Saúde no nível municipal, pela internet, para o registro dos dados de alimentação e nutrição provenientes dos atendimentos realizados à população atendida nos estabelecimentos de saúde ou pela Equipe Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Por meio do sistema informatizado, também são registradas as condicionalidades da saúde do Programa Bolsa-Família, incluindo os dados do estado nutricional da população beneficiária.

Além disso, inquéritos populacionais são realizados periodicamente, trazendo dados relativos ao estado nutricional e ao consumo alimentar da população brasileira. Entre eles, destacam-se as Pesquisas de Orçamentos Familiares e as Chamadas Nutricionais. Também compõem o Sisvan o acesso à produção científica, o financiamento de estudos e análise de dados de outros sistemas de saúde, que podem contribuir com dados do tema.

O sistema informatizado do Sisvan acompanhou cerca de 3,4 milhões de crianças em 2008, das quais 2,6 milhões correspondem a registros de crianças pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Em 2009, o volume de acompanhamentos da população infantil ultrapassou os 3,6 milhões.

MS

i. Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância

O estímulo ao aleitamento materno é de fundamental importância para a prevenção da desnutrição e das carências de micronutrientes. São conduzidas ações intersetoriais voltadas para a garantia das condições básicas que permitam a prática do aleitamento materno no país. Como exemplos, podem ser citadas medidas como a iniciativa do Hospital Amigo da Criança, a implementação dos bancos de leite humano e a formação da Rede Amamenta Brasil. Essas iniciativas serão detalhadas no ODM 4.

Além dessas iniciativas, em 2008 foi elaborada a Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável – Enpacs, que visa à qualificação da orientação nutricional para introdução de alimentos adequados após os primeiros seis meses de vida e até os dois anos, período considerado como a janela de oportunidades para a melhoria do estado nutricional da população. Para tanto, a Enpacs tem como proposta principal a formação de profissionais de saúde da atenção básica e da Equipe Saúde da Família para impulsionar a orientação alimentar como atividade de rotina nos serviços de saúde, contemplando a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, com a introdução da alimentação complementar e de qualidade em tempo oportuno e respeitando a identidade cultural e alimentar das diversas regiões brasileiras. Em 2009, foram capacitados cerca de 300 tutores, em duas oficinas nacionais e 10 oficinas estaduais.

MS

j. Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro

Completando o conjunto de medidas destinadas a melhorar as condições de nutrição das crianças brasileiras, são desenvolvidos programas de suplementação de sulfato ferroso e de vitamina A. O Programa Nacional de Suplementação de Ferro consiste na

suplementação medicamentosa de sulfato ferroso para todas as crianças de seis a 18 meses de idade, gestantes a partir da 20ª semana e mulheres até o 3º mês pós-parto. Já o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A busca, com o apoio dos estados, reduzir e erradicar a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de seis a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto imediato, residentes em regiões consideradas de risco (Nordeste, Vale do Jequitinhonha - MG e Vale do Ribeira - SP).

Por meio desses programas, em 2009 foram atendidas com suplementação de ferro 609.354 crianças de seis a 18 meses e 1.552.900 de gestantes a partir da 20ª semana. A suplementação de vitamina A atendeu a 745.053 crianças de seis a 11 meses, 2.773.191 crianças de 12 a 59 meses e 424.850 puérperas na região Nordeste do país, área de risco para hipovitaminose A.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CC-PR/ SRI-PR/ MPOG / MDA

a. Programa Territórios da Cidadania - PTC

Lançado em fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania – PTC tem como foco a superação da pobreza na área rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, o programa baseia-se em planos desenvolvidos nos territórios, com a participação da sociedade civil, para buscar a integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais. O PTC integra o eixo de redução das desigualdades da Agenda Social..

Em 2009, a meta inicial do programa foi alcançada, sendo beneficiados 120 territórios em todas as unidades da Federação, totalizando 1.852 municípios e 13 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 46% da população rural total brasileira, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas, 54% dos pescadores e 46% das famílias de agricultores familiares de todo Brasil.

No âmbito federal, o esforço conjunto de 22 Ministérios possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do governo voltada aos 120 territórios, que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 24,6 bilhões, em 2009, e em mais de 200 ações, e cuja execução financeira ultrapassou os 75%.



Para 2010, o programa prevê o investimento de R\$ 27 bilhões para os mesmos 120 territórios. O PTC se voltará, ainda, para o fortalecimento e a consolidação dos colegiados territoriais, o apoio às prefeituras para a elaboração e apresentação de projetos adequados às políticas ofertadas e a melhor integração das ações, seja no âmbito intragovernamental, seja no intergovernamental.

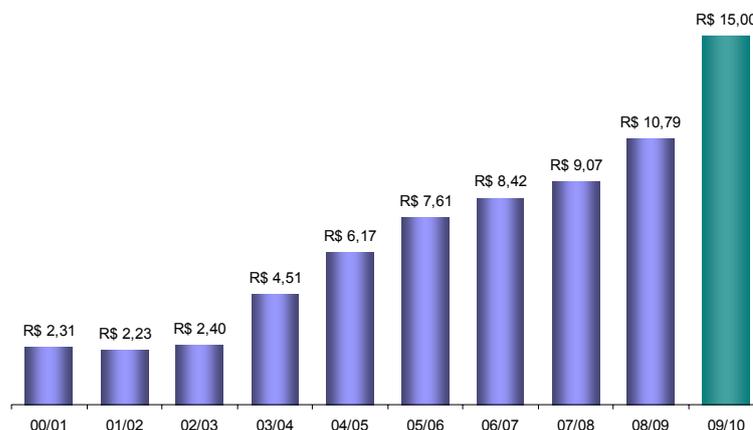
MDA

b. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Os recursos dos financiamentos atendem às linhas de custeio, investimentos e comercialização e viabilizam a modernização da infraestrutura de unidades produtivas. Além das linhas de crédito convencionais e específicas, o programa conta com a linha Mais Alimentos, criada para estimular a modernização produtiva das unidades familiares agrícolas, com foco na ampliação da produção de alimentos. Na linha Pronaf Mais Alimentos, que se destacou na safra 2008/2009, foram ampliados os produtos e os produtores beneficiados, incluindo-se a armazenagem e o transporte entre os itens financiados. Atualmente, a linha financia a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Na safra 2008/2009, a linha possibilitou o financiamento de R\$ 1,2 bilhão, com a venda de 22.986 máquinas e equipamentos.

O volume de recursos disponibilizados e efetivamente emprestados nas linhas de crédito do programa é crescente, conforme se verifica na evolução expressa no gráfico abaixo. Somente no ano safra 2008/09, o montante emprestado foi ampliado em mais de R\$ 1,7 bilhão em relação à safra anterior, representando um crescimento percentual de 19%.

Utilização dos Recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares (R\$ bilhões)

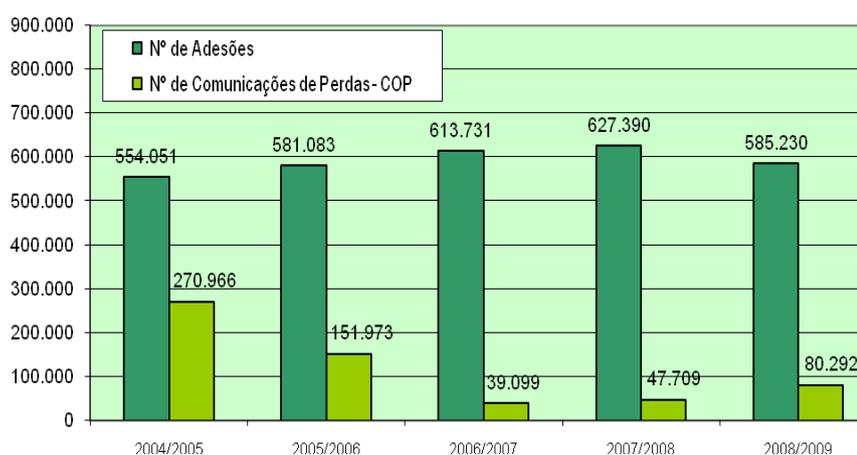


Nota: Na safra 2009/10 os valores correspondem aos recursos disponibilizados para o programa.

O Pronaf possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país, e conta com instrumentos que visam a dar maior segurança ao agricultor no caso de perda de safra ou oscilação dos preços de venda dos produtos, como o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, criado em 2007. O SEAF é um importante instrumento para administrar situações de perdas agrícolas por eventos climáticos. Oferece garantia de renda (cobertura de 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, até o limite de R\$ 2.500,00) e tem adesão automática para os agricultores que contratam financiamento de custeio agrícola Pronaf de culturas seguráveis. O PGPAF garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf até R\$ 5 mil por agricultor, em caso de queda nos preços quando da comercialização. São contemplados no programa 35 produtos: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café conillon, café arábica, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Na última safra, mais de 49 mil famílias receberam indenização do SEAF, com um valor total superior R\$ 252 milhões.

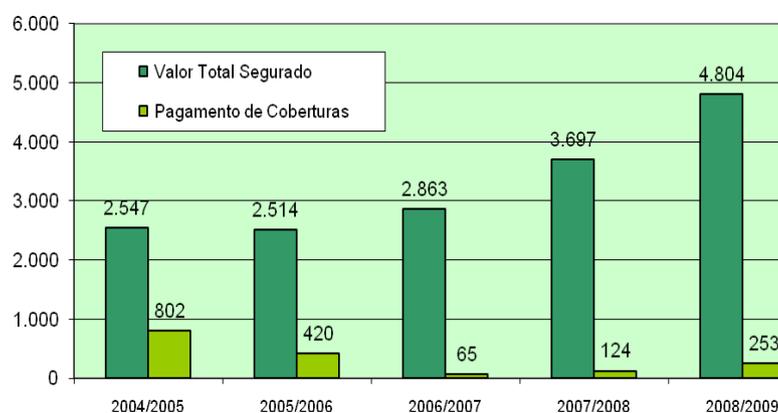
Seguro da Agricultura Familiar Adesões e Comunicações de Perdas



Fonte: MDA



Seguro da Agricultura Familiar Valor Segurado e Indenizações (R\$ milhões)



Fonte: MDA

MDS / MAPA-CONAB / MDA

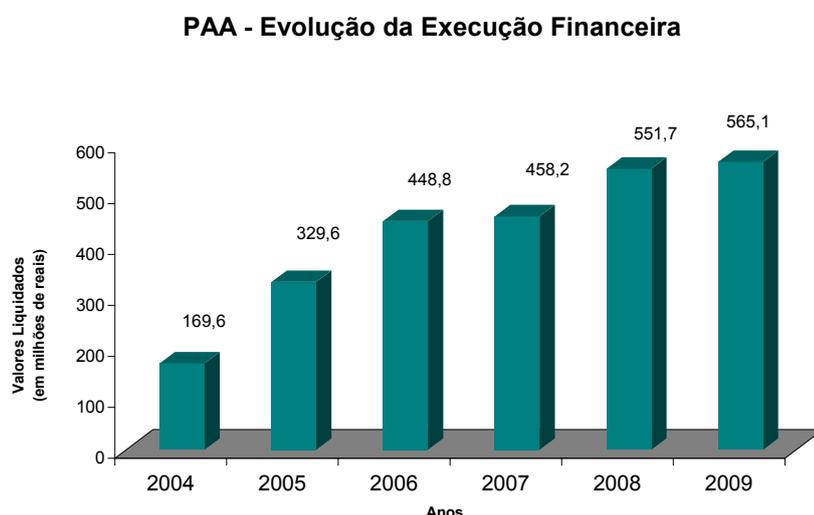
c. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma das ações da estratégia Fome Zero e contempla três objetivos: garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; e formar estoques estratégicos de alimentos. Com o PAA, o governo pretende estabelecer vínculos entre a produção de base familiar, a formação de estoques públicos e o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, permitindo ainda o desenvolvimento local, a valorização e fortalecimento da cultura alimentar regional e da agrobiodiversidade.

No âmbito federal, a execução do PAA está a cargo do MDS, do MDA e da Conab. O MDS tem desenvolvido ações de aquisição de alimentos com dispensa de licitação com foco na distribuição de alimentos para populações em condição de insegurança alimentar. Para a operacionalização do programa, o Ministério firma convênios com estados e municípios, além de celebrar Termo de Cooperação com a Conab. O foco da ação do MDA, que opera em parceria com a Conab, está na formação de estoques e na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio para que as organizações de agricultores familiares formem estoques de seus produtos e os comercializem em melhores condições.

Em 2009, foi publicado o Decreto nº 6.959, que determina o aumento no limite anual para aquisição por agricultor familiar, que passou de R\$ 3.500,00/ano para R\$ 8.000,00/ano, nas modalidades formação de estoques e compra direta, e para R\$ 4.500,00/ano nas modalidades compra direta local e compra com doação simultânea; além dos R\$ 9.000,00 nas aquisições destinadas à alimentação escolar e dos R\$ 4.000,00/semestre na modalidade de incentivo ao consumo e produção do leite.

No período de 2003 a 2008, MDS e MDA investiram cerca de R\$ 2 bilhões no programa, para aquisição de dois milhões de toneladas de alimentos. Em 2008, o PAA comprou, de 119 mil agricultores, produtos que foram doados a cerca de 16,8 milhões de pessoas. Em 2009, por meio das ações desenvolvidas pelo MDS, o PAA beneficiou 140.400 agricultores, adquirindo 638.100 toneladas de alimentos. O orçamento executado em 2009 foi de R\$ 473,1 milhões pelo MDS e de R\$ 92 milhões pelo MDA. O gráfico a seguir ilustra a evolução dos recursos liquidados pelo PAA.



Fonte: MDS, MDA, Conab e governos estaduais e municipais.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

MTE

a. Política de Valorização do Salário Mínimo

Ao passar de R\$ 200,00, em finais de 2002, para os atuais R\$ 465,00, em 2009, o salário mínimo teve seu valor nominal elevado, no período, muito acima da variação de preços que então se verificou, comprovando a determinação do atual governo de recuperar e elevar seu poder de compra. Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve um crescimento real de aproximadamente 63%, entre dezembro de 2002 e 1º de fevereiro de 2009, data em que passou a ter vigência o valor de R\$ 465,00, alcançando no período os mais elevados patamares médios anuais de aumento real, desde novembro de 1985.

O atual valor já contempla a nova política para o salário mínimo, que estabelece, entre os anos de 2008 e 2011, que os reajustes sejam definidos pela reposição da inflação (INPC/IBGE), acrescido da taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes, com antecipação da data base para janeiro, já em 2010.

Essa política de valorização, com vigência até 2023, prevê, a cada quatro anos, a revisão das medidas adotadas, com o intuito de avaliar os resultados.

A valorização do salário mínimo, junto com outras políticas governamentais, tem contribuído para a redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho. Analisando-se os resultados de 2007 para 2008, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2008, verifica-se o crescimento ao longo de toda a distribuição de renda, destacando-se o maior crescimento para aqueles que recebem rendimentos mais baixos. De acordo com a pesquisa, para os 10% das pessoas ocupadas com rendimentos mais baixos, o crescimento médio real mensal foi de 4,3%, enquanto que para os 10% que detinham os rendimentos mais elevados foi de 0,3%. Ambos os segmentos de renda apresentaram incremento real do rendimento; entretanto, esse aumento foi mais elevado para o segmento de menor renda.

Outro reflexo da política de valorização do salário mínimo foi sua contribuição para manter o nível de consumo no mercado interno, devido ao aumento do poder de compra dos trabalhadores mesmo diante de um cenário econômico recessivo, decorrente da crise internacional.

MTE

b. Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para Geração de Emprego e Renda

O apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao empreendedorismo brasileiro ocorre sob a forma de disponibilização de linhas de financiamento operadas por meio dos bancos oficiais federais, quais sejam: Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Nordeste e Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

As linhas de crédito com depósitos especiais do FAT, que integram o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, foram criadas objetivando principalmente melhorar a qualidade de vida da população brasileira, gerar empregos e/ou renda, atenuar as desigualdades sociais e regionais, além de se constituírem em alternativa de concessão de financiamento a setores detentores de menores chances de acesso ao crédito. Por meio dessas linhas, o governo federal tem buscado apoiar financeiramente as micro e pequenas empresas, que são um dos segmentos mais intensivos na geração de emprego e renda.

Com o Proger, essas empresas e empreendedores têm a possibilidade de financiar a implantação, reforma e modernização de empreendimentos, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como outros itens necessários à viabilização do negócio, em condições mais acessíveis, ou seja, com encargos financeiros mais competitivos do que os oferecidos no mercado bancário privado.

Programa	2006		2007		2008	
	Operações	Recursos (mil)	Operações	Recursos (mil)	Operações	Recursos (mil)
PROGER Urbano	2.227.654	7.232.268	1.784.909	6.755.615	1.657.938	6.715.019
FAT Empreendedor Popular	6.648	36.758	5.687	25.936	7.324	31.722
PROGER Exportação	242	9.072	232	30.021	136	5.619
PROGER Turismo	2.017	74.286	2.290	104.650	2.439	131.603
FAT Habitação ¹	14	1.742	-	-	-	-
FAT Habitação - Material de Construção	114.802	245.945	89.317	222.551	40	2.492
PROEmprego	1.186	503.337	1.204	378.164	317	196.639
FAT Fomentar	7.079	2.120.214	13.692	3.326.829	14.695	3.491.887
FAT Integrar ²	2	2.070	-	-	-	-
FAT Exportar	196	1.729.575	123	1.430.222	91	1.764.402
FINEP Pró-Inovação	50	349.979	55	232.911	37	187.249
PROGER Rural	2.610	68.720	997	27.980	26	862
PRONAF	386.301	2.243.415	169.811	1.637.801	73.244	1.142.496
TOTAL	2.748.801	14.617.381	2.068.317	14.172.680	1.756.287	13.669.990

Fonte: Área Técnica do PROGER/MTE

¹ A partir de 2007, não houve mais liberação de recursos para essa modalidade.

² A modalidade FAT Integrar encerrou o período de contratações em 31/12/2005 (Resolução 443/2005). Cabe ressaltar que as duas operações de 2006 foram contratadas em dezembro de 2005, e os recursos liberados em janeiro de 2006.

MTE

c. Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento

O Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento atende as demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES por acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização. Os EES são organizações permanentes (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), formais ou não, autogeridas por trabalhadores e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização ou consumo solidário.

Entre 2003 e 2008, o programa beneficiou 242.700 trabalhadores da economia solidária, distribuídos em 52% dos municípios brasileiros. Desde sua criação foram cadastrados 21.859 EES, envolvendo 1.687.496 pessoas, sendo 62,6% homens e 37,4% mulheres. Nesse período, foram criados quase oito mil EES no Brasil, com uma média de 1.500 novos empreendimentos a cada ano.

Entre 2005 e 2008, foram apoiados 50 projetos produtivos solidários, com investimento de R\$ 5 milhões, beneficiando diretamente cerca de 700 empreendimentos, com sete mil famílias participantes. Até 2008, foram implantados 44 bancos comunitários em áreas de periferia urbana, comunidade quilombola e municípios rurais, levando financiamento solidário a cerca de cinco mil pessoas e promovendo a inclusão bancária de mais 10 mil famílias.

Foram qualificados 11 mil trabalhadores, que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura, e mais 10 mil trabalhadores na cadeia produtiva de coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos.

Ainda entre 2003 e 2008, no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Proninc foram apoiadas 82 incubadoras universitárias, beneficiando aproximadamente 700 Empreendimentos Econômicos Solidários, com cerca de 10 mil trabalhadores associados. A colaboração com o Ministério da Saúde no Proninc possibilita a incubação de dezenas de cooperativas sociais com pessoas que sofrem de transtornos mentais.

No âmbito da assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários, desde 2004, foram executados projetos de apoio e fortalecimento de redes de cooperação, beneficiando cerca de 3.800 trabalhadores em 11 unidades da Federação, nos segmentos da apicultura, algodão agroecológico e da coleta e reciclagem. Foram executados projetos de apoio a recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão, beneficiando cerca de 13.000 trabalhadores de 60 empresas, e estão sendo implantados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica à Economia Solidária – Neates.

Tendo em vista que a organização da comercialização continua sendo um dos principais desafios para a viabilidade dos empreendimentos, iniciou-se em 2004 uma parceria com a Fundação Banco do Brasil. Até 2008, foram apoiados 150 projetos, beneficiando 4.300 empreendimentos, com 136.000 trabalhadores diretamente e mais de dois milhões indiretamente, em 720 municípios. Dentre esses projetos, 90 foram destinados à melhoria da produção e organização da comercialização, beneficiando diretamente 127 mil trabalhadores de 1.700 empreendimentos.

d. Inclusão Bancária e Microcrédito

De forma geral, o Programa de Inclusão Bancária do governo federal tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em agosto de 2009, a quantidade de contas-correntes simplificadas alcançava 10 milhões, sendo 5,5 milhões ativas, com saldo médio de R\$ 69,00, enquanto o total de contas-poupança simplificadas atingia 208 mil, com 135 mil contas ativas e saldo médio de R\$ 135,00. O número de contas-correntes simplificadas, no período de setembro de 2008 a agosto de 2009, teve um incremento de 3,6%, enquanto que o de contas de poupança simplificadas teve, no mesmo período, um decréscimo de 32%.

As operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, alcançando, ao final de setembro/2009, saldo total de R\$ 100,5 bilhões, sendo R\$ 87,3 bilhões para funcionários públicos (ativos e inativos) e aposentados e pensionistas do INSS. Assim, o crédito consignado representava 58,7% do total do crédito pessoal, com taxa de juros média de 27,1% ao ano, em nível bastante inferior à de 61,4% ao ano das demais modalidades de crédito pessoal.

A carteira de crédito consignado no Sistema Financeiro Nacional – SFN, com mais de 24,5 milhões de operações, apresentou o significativo crescimento de 31% no período de setembro de 2008 a agosto de 2009, incremento muito superior ao de 16,6% verificado na carteira de todo o SFN.

O Projeto de Inclusão Bancária dos Titulares do Programa Bolsa-Família estimula a abertura de contas bancárias simplificadas, especificamente desenhadas para a população de baixa renda, sem tarifa de manutenção e com um pacote de serviços básicos. As contas são abertas nas agências do agente operador da folha de pagamento do PBF, a Caixa Econômica Federal. Entre março de 2008 e dezembro de 2009, 2.433.949 beneficiários abriram suas contas na Caixa. Até dezembro de 2010, esse número deve chegar a quatro milhões.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO visa a incentivar a geração de trabalho e renda por meio do estímulo ao crescimento dos microempreendimentos populares, no quadro de uma política de desenvolvimento que se caracterize pela compatibilidade entre expansão econômica e redução das desigualdades sociais e econômicas.

O programa, criado pela Lei nº 11.110/2005, também tem como objetivo oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares. O programa está estruturado no formato de uma rede de organizações autônomas que nele ingressam por deliberação própria, solicitando a habilitação e firmando um Termo de Compromisso junto ao MTE.

Em 2009, o PNMPO contava com 295 instituições cadastradas, que atuavam na intermediação junto ao microempreendedor, registrando uma evolução de mais de 400% no número de instituições cadastradas em relação a 2005 (apenas 52 instituições).



Os dados de 30 de julho de 2009 revelam que no segundo trimestre foram realizadas 400.377 operações de microcrédito produtivo orientado, com 364.291 clientes beneficiados, representando a concessão de mais de R\$ 565 milhões. A carteira de microcrédito produtivo orientado é composta por 709 mil clientes ativos, dos quais 80% utilizam os recursos principalmente para empreendimentos do setor do comércio e para financiar capital de giro. Vale ressaltar que, na distribuição dos clientes por situação jurídica, destaca-se a presença de 85% da categoria dos informais. Desde a criação do PNMPO, em abril de 2005, já foram realizadas mais de 4 milhões de operações de microcrédito (incluindo dados do 1º e 2º trimestre de 2009), que representaram a concessão de um volume de crédito superior a R\$ 5,1 bilhões.

Resultados Consolidados Anuais

Ano	Operações de Microcrédito	Índice	Valor Concedido	Índice	Valor Real
2005	632.106	100,00	602.340.000,00	100,00	517.258.154,01
2006	828.847	131,12	831.815.600,80	138,10	734.414.257,15
2007	963.459	152,42	1.100.375.829,94	182,68	1.021.613.017,75
2008	1.274.296	201,60	1.807.071.717,91	300,01	1.786.457.659,46
2009	748.138		1.045.433.121,44		1.045.433.121,44
Total	4.446.846		5.387.036.270,09		5.105.176.209,81

¹ Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado. Ano Base 2005 = 100,00.

² Valores Nominais.

³ Índices do Volume de Crédito Concedido para o Microcrédito Produtivo Orientado. Ano Base 2005 = 100,00.

⁴ Valores Reais. Base: 1.Trim.2009=100, Deflator Implícito INPC/FGV.

* Dados referentes ao 1º e 2º Trimestres de 2009

MTE / MDS / MTur / CC-PR

e. Plano Nacional de Qualificação – PNQ

O Plano Nacional de Qualificação – PNQ promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

Sua implementação é nacionalmente articulada, sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, mas conduzida de forma descentralizada, por meio de mecanismos distintos e complementares, os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs e Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs.

Plano Nacional de Qualificação - PNQ

PNQ	Beneficiados						
	2003	2004	2005	2006	2007*	2008**	Total (2003-2008)
PlanTeQs	139.433	147.352	117.871	117.059	124.428	47.333	693.476
PlanSeQs			4.935	25.128	5.493	45.000	80.556
Total	139.433	147.352	122.806	142.187	129.921	92.333	774.032

* Dados parciais, tendo em vista que as informações ainda não foram totalmente lançadas no sistema. Os PlanSeQs foram executados até dezembro de 2009.

** Dados parciais, tendo em vista que as informações ainda não foram totalmente lançadas no sistema. Os PlanSeQs serão executados até dezembro de 2010.

Cumpra esclarecer que o convênio é firmado em um ano e sua execução é realizada até o exercício subsequente.

Em 2008, criou-se o Plano Setorial de Qualificação exclusivo para beneficiários do Programa Bolsa-Família, denominado Próximo Passo. Representa parte do esforço para ampliar as possibilidades de inserção profissional para essa parcela da população. Podem participar dos cursos todas as pessoas de 18 anos ou mais pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa-Família e que tenham concluído no mínimo a 4ª série do ensino fundamental.

A criação do Próximo Passo foi motivada pela necessidade de mão-de-obra no setor da construção civil, estimulada pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida; e pelo turismo, atividade em franca expansão, incrementada com o início dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol, que, em 2014, acontecerá no Brasil. Em 2009, cerca de 40 mil beneficiários do PBF receberam qualificação em mais de 200 municípios brasileiros. Em 2010, deverão ser qualificados cerca de 120.000 beneficiários do Bolsa-Família.

MME/PETROBRAS/ MDS / MTE

f. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp foi instituído pelo governo federal ao final de 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil.

O Prominp tem dois segmentos principais: capacitação profissional e qualificação tecnológica das empresas da cadeia de petróleo e gás. No âmbito da capacitação profissional, foi estruturado, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ . Por meio desse plano, a empresa oferece cursos gratuitos de elevada qualidade, com bolsas de estudo, para 175 categorias profissionais consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, em todos os estados do país. O processo seletivo para os cursos ocorre uma vez por ano, em todas as unidades federadas que sediam investimentos da Petrobras.

Os governos dos 12 estados que receberão pesados investimentos da Petrobras em 2010 foram estimulados a oferecer um curso de reforço escolar, com aulas de português, matemática e raciocínio lógico nos níveis fundamental e médio, com duração de um mês, para beneficiários do Programa Bolsa-Família. Tal curso melhora as condições para aproveitar essa oportunidade, pois serão oferecidas aproximadamente 40.000 vagas. Até o presente momento, estão recebendo cursos de reforço 31.140 beneficiários do Bolsa-Família.

CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM

SEDH

a. Agenda Social Criança e Adolescente

Lançada pelo governo federal em outubro de 2007, a Agenda Social Criança e Adolescente é uma iniciativa intersetorial de promoção dos direitos da criança e do adolescente em situação de violência por meio da ação articulada de diversos ministérios, em territórios de alta vulnerabilidade em todo o país.

A Agenda articula 42 ações de 14 ministérios e cinco empresas estatais, com um orçamento de R\$ 2,9 bilhões, para quatro grandes projetos no período de 2008 a 2011:

1. Bem-me-quer: reúne ações de proteção e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência nas 19 regiões metropolitanas de intervenção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Entre elas se destacam o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual – PAIR, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM e projetos de inquirição especial para crianças e adolescentes vítimas.
2. Caminho para Casa: busca promover o direito à convivência familiar e comunitária, reinserindo crianças e adolescentes abrigados em suas famílias. Entre as principais ações estão o lançamento do Cadastro Nacional de Adoção e a Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras.
3. Na Medida Certa: tem por objetivo implantar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase para adolescentes em conflito com a lei. Estão previstos a construção de unidades de internação que respeitem os parâmetros estabelecidos pelo Sinase, o investimento em programas de meio aberto e a defesa técnica.
4. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: portal desenvolvido para reunir e acompanhar informações e indicadores sobre as políticas sociais focadas na garantia dos direitos humanos afetos à infância e à adolescência.

b. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI tem o objetivo de erradicar a prática de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, salvo se exercido na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. O programa retira crianças e adolescentes de situação de trabalho irregular, por meio da fiscalização e inspeção do trabalho, da inclusão das famílias de crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce nos programas de transferência de renda (Bolsa Família) e da oferta de serviços socioeducativos de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes até 16 anos.

O PETI tem caráter intersetorial, abrangência nacional, é desenvolvido de forma articulada pelos três entes federados e conta com a participação da sociedade civil, visando a implementar um conjunto de ações para a retirada de crianças e adolescentes da prática do trabalho precoce.

As ações desenvolvidas no programa são os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes e a transferência de renda às famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho, além do trabalho social com as famílias, realizado no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, conforme as situações de vulnerabilidade e risco social. Tais ações integram o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, responsável pela organização e regulação, em todo o território nacional, dos elementos essenciais à execução da Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004.

Ressalte-se que, a partir da inscrição da família e da criança e/ou adolescente nos campos específicos de identificação de trabalho infantil no Cadastro Único de Programas Sociais, é possível incluir e manter a família no PETI para a transferência de renda, bem como cofinanciar a oferta dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos por meio do Piso Variável de Média Complexidade, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes afastados do trabalho.

Em dezembro de 2009, as ações desenvolvidas pelo programa no âmbito do SUAS atingiram 3.503 municípios brasileiros, com o atendimento ofertado a 827.554 crianças e adolescentes.

Já a ação de fiscalização e inspeção do trabalho regularizou, em 2008, a situação de 5.905 crianças e adolescentes, que foram encontradas exercendo alguma atividade laborativa irregular. No total, foram realizadas 1.109 operações fiscais específicas para o combate ao trabalho infantil. No ano de 2009, a inspeção passou a focar as atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, para cumprir os compromissos assumidos na Agenda Nacional do Trabalho Decente, que prioriza a erradicação do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas.

c. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, destinado aos jovens de 15 a 29 anos de idade, tem por objetivo promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. O programa é desenvolvido por meio das seguintes modalidades: ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente, ProJovem Campo – Saberes da Terra e ProJovem Urbano.

O ProJovem Trabalhador é destinado aos jovens de 18 a 29 anos em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Seu principal objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, mediante qualificação social e profissional e estímulo a sua inserção. Seu público potencial corresponde a cerca de 2,5 milhões de jovens.

O programa está estruturado em quatro submodalidades: Consórcios Sociais de Juventude, Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Empreendedorismo Juvenil. Sua execução ocorre por meio da celebração de convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres com órgãos da administração pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com entidades de direito privado sem fins lucrativos. Tem como proposta 350 horas de qualificação social e profissional, sendo 100 horas de qualificação social e 250 horas de qualificação profissional, com auxílio financeiro de 6 parcelas de R\$ 100,00. Por exemplo, o ProJovem Trabalhador na submodalidade Juventude Cidadã atendeu, nos anos de 2008 e 2009, mais de 355 mil jovens.

O ProJovem Adolescente, outra modalidade do programa, surgiu a partir de uma reformulação do antigo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Em 2008, o ProJovem Adolescente quadruplicou o número de jovens atendidos em relação às metas do Projeto Agente Jovem no ano anterior, que tinha sido de 112 mil jovens.

O ProJovem Adolescente articula uma série de ações nos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – no sentido de promover a criação de mecanismos que garantam a convivência sociofamiliar e de fomentar as condições necessárias para a inserção, a reinserção e a permanência dos jovens, entre 15 e 17 anos, no sistema educacional. O serviço está direcionado exclusivamente para jovens situados na faixa etária referida que: pertençam a famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família; sejam egressos de medida socioeducativa de internação; estejam cumprindo outras medidas socioeducativas em meio aberto; sejam egressos ou estejam cumprindo medida de proteção; sejam egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; e sejam egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

Em 2009, o ProJovem Adolescente ofertou aproximadamente 520 mil vagas em 3.147 municípios, sendo que cerca de 345 mil dessas vagas foram ocupadas por jovens provenientes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família.

O Projovem Campo – Saberes da Terra oferece formação equivalente ao ensino fundamental, com qualificação profissional, a jovens agricultores alfabetizados, mas que estejam fora da escola. Aos participantes é oferecida qualificação profissional na área da agricultura familiar e da sustentabilidade. Têm prioridade municípios e regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, integrantes do programa Territórios da Cidadania.

O Projovem Campo abriu 29.374 vagas em 2009 e para 2010 está prevista a criação de 80.000 vagas. Os agricultores participantes recebem uma bolsa de R\$ 100,00 a cada dois meses e têm de cumprir 75% da frequência. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância – aulas teóricas na escola e práticas agrícolas nas comunidades. O formato do programa é de responsabilidade de cada estado, com relação às características de atividade agrícola local. O currículo está dividido em cinco eixos temáticos: sistemas de produção e processo de trabalho agrícola; desenvolvimento sustentável e solidário; economia solidária; cidadania, organização social e política pública; agricultura familiar, etnia, cultura e identidade.

O Projovem Urbano tem como finalidade elevar o grau de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. É uma iniciativa particular de elevação da escolaridade de jovens e adultos que, em geral, moram nas periferias de cidades grandes e médias, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e têm a história marcada por diversos processos de discriminação. O processo, que articula diversas formações em torno do currículo escolar, tem um poder maior de atração e manutenção do aluno na escola, motivo que o torna referência na educação de jovens e adultos. Em 2008 e 2009, 105 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e 23 estados haviam formalizado convênios com o governo federal, fato que permitiu o atendimento de aproximadamente 340.000 alunos. Para 2010, a expectativa é atender mais 200.000 jovens.

MTE

d. Aprendizagem Profissional

A aprendizagem, estabelecida pela Lei nº 10.097/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, não se aplicando esse limite de idade à pessoa com deficiência.

Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, com prazo máximo de dois anos. De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5% e 15%, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional.

A validade do contrato pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Como forma de estimular o cumprimento dessa Lei, o governo realizou, em novembro de 2008, a I Conferência Nacional da Aprendizagem, ocasião em que também lançou o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional, onde foi apresentada a meta de inserir 800 mil jovens aprendizes no mercado de trabalho até 2010.

Com o intuito de divulgar e incentivar a contratação de aprendizes em todo o país e atingir a meta proposta até 2010, iniciou-se em junho de 2009 a promoção de Fóruns Estaduais da Aprendizagem.

Até o momento já foram instituídos fóruns no Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal, e já foram contratados 169 mil aprendizes em todo o país.

SEDH / MDS

e. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes tem como objetivo promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política, visando a proteção dos direitos humanos sexuais e reprodutivos, por meio do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, fomentando assim políticas públicas formuladas nas diversas esferas de governo. Os parceiros estratégicos para implementação desse objetivo são gestores públicos e atores dos sistemas de proteção e de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Para o desenvolvimento de ações de forma multissetorial, fundamental para a estratégia adotada, foi instituída formalmente, em 2007, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, reunindo governo, sociedade civil organizada e organismos de cooperação internacional.

Responsável pela coordenação do projeto Bem-me-quer (detalhado no item e), o programa prioriza os estados e municípios previstos na Agenda Social Criança e Adolescente, bem como a promoção da igualdade de raça, etnia, gênero, orientação sexual, pessoa com deficiência e participação social, investindo na redução das desigualdades regionais.

Entre as ações desenvolvidas destaca-se o módulo criança e adolescente do serviço Disque 100, com atendimento direto à população, recebendo denúncias de sérias violações aos direitos de crianças e adolescentes e prestando orientações sobre os serviços e redes de atendimento e proteção nos estados e municípios.

De maio de 2003 a novembro de 2009, o Disque 100 realizou mais de 2 milhões de atendimentos, tendo encaminhado 111.926 denúncias de todo o país. Os dados gerados pelo Disque 100 são fundamentais para o mapeamento de regiões críticas. Pelo número de denúncias recebidas, pode-se detectar e agir regionalmente em focos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na dinâmica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as ações do Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes são executadas no Centro de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que se constitui como polo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. O CREAS deve oferecer orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e outras violações aos direitos humanos.

O Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes desenvolve um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes abusados ou explorados sexualmente, assim como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da sua autoestima e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária.

O serviço deve buscar alternativas para o atendimento e o acompanhamento dos autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes, concomitantemente aos encaminhamentos que devem ser conduzidos pelas áreas de segurança pública e justiça para efetivar a responsabilização criminal daqueles e, ainda, manter articulações com organizações que atuam na defesa de direitos das crianças, dos adolescentes e das famílias em situação de violência.

A partir de 2005, com a implementação do SUAS, houve uma expansão significativa do serviço, com base na Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e em outros diagnósticos, ratificados pela Comissão Intergestores Tripartite da Assistência Social.

Em 2009, 62.270 crianças e adolescentes e suas famílias foram atendidas nos 1.014 CREAS municipais cofinanciados pelo governo federal em igual número de municípios e 43 CREAS regionais cofinanciados pelo governo federal em sete estados.



SEDH

f. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM foi criado em 2003 como uma das estratégias do governo federal para o enfrentamento da letalidade infanto-juvenil. Formalizado pelo Decreto nº 6.231/2007, o PPCAAM integra a Agenda Social Criança e Adolescente, no âmbito do projeto Bem-me-quer, e atua em dois níveis:

- No atendimento direto aos ameaçados e suas famílias, retirando-os do local da ameaça e inserindo-os em novos espaços de moradia e convivência. Buscando a construção de novas oportunidades para os protegidos, por meio do acompanhamento escolar, da inserção em projetos culturais e da possibilidade de profissionalização, entre outros.
- Na prevenção, por meio de estudos e pesquisas, bem como do apoio a projetos de intervenção junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade. Em julho de 2009 foi lançado o Programa de Redução da Violência Letal – PRVL, que, em conjunto com o Observatório de Favelas e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, apresentou o Índice de Homicídios na Adolescência – IHA. O IHA estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescentes em um determinado território, em municípios com mais de 100 mil habitantes.

O PPCAAM está implantado em 11 unidades da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal), além do Núcleo Técnico Federal para o atendimento de casos nos estados não cobertos pelo programa, e se encontra em fase de implementação na Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Desde sua criação, em 2003, até o ano de 2009 já estiveram em proteção 4.985 pessoas (1.898 crianças e adolescentes e 3.087 familiares). Somente em 2008 foram protegidas 1.816 pessoas, o que demonstra um aumento substancial da sua cobertura.

SEDH

g. ProSinase

O ProSinase foi concebido para dar efetividade à implantação nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase. Responsável pela coordenação do programa Na Medida Certa, da Agenda Social Criança e Adolescente, o Prosinase está focado no reordenamento do sistema socioeducativo nas 27 unidades da Federação, a fim de garantir os direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, assegurando condições dignas e rompendo o ciclo criminalizante gerado pelos tratamentos cruéis e desumanos muitas vezes recebidos por esses meninos e meninas.

Aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com ampla participação da sociedade, o Sinase apresenta parâmetros e diretrizes arquitetônicas e pedagógicas que orientam tanto a prioridade na implantação de programas municipais em meio aberto quanto o reordenamento dos centros socioeducativos, além de aperfeiçoar as definições de responsabilidades dos três níveis de governo e demais poderes, como o Judiciário. Em 2007, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que institui o Sinase. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto se encontra em tramitação no Senado Federal.

Investir nos programas municipais de atendimento socioeducativo, fortalecer um sistema de defesa, capacitar os operadores, promover o reordenamento arquitetônico dos centros socioeducativos e trabalhar na lógica de uma política intersetorial são os desafios na implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Nesse contexto, da criação do programa até 2009, foram construídas ou reformadas 25 unidades de internação adequadas aos novos parâmetros do Sinase. Além disso, 388 municípios já são cofinanciados pelo governo federal para a execução de medidas socioeducativas de meio aberto.

MS / MEC

h. Programa Saúde na Escola – PSE

O Programa Saúde na Escola – PSE é uma iniciativa de atenção integral (prevenção, promoção e assistência) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino público básico. O programa consiste em medidas implementadas pelas Equipes de Saúde da Família – ESF no âmbito das escolas e unidades básicas de saúde, e está organizado em cinco componentes: avaliação clínica e psicossocial; ações de promoção da saúde e prevenção das doenças e agravos; educação permanente e capacitação de profissionais da educação e saúde e de jovens para o PSE; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; e monitoramento e avaliação do programa.

Em 2009, o PSE beneficiou um total de 608 municípios, com 4.740 ESF envolvidas na realização das ações do programa. Estima-se que cerca de 2,75 milhões de alunos foram beneficiados com as ações desenvolvidas pelas equipes de Atenção Básica/Saúde da Família no âmbito do PSE.

No ano de 2010 espera-se que 689 novos municípios possam aderir, ampliando-se assim o número de estudantes beneficiados. Até 2011, cerca de 23,5 milhões de alunos brasileiros terão atenção integral à saúde por meio da atuação das ESF nas escolas da rede pública em que estiverem matriculados.

Com o objetivo de orientar os profissionais de saúde quanto à avaliação clínica dos escolares, foram publicados os Cadernos de Atenção Básica – CAB para as ESF



envolvidas no PSE. Com tiragem de 40 mil exemplares, os CAB são distribuídos para todas as equipes de saúde da família, independentemente da existência do PSE no município. Houve também a distribuição e a divulgação do “Manual operacional sobre promoção da alimentação saudável nas escolas para profissionais da saúde e da educação” e do álbum seriado “O que é vida saudável”, além de outros materiais educativos. As ESF e as escolas receberam ainda equipamentos clínicos e antropométricos para avaliação dos escolares participantes do programa.

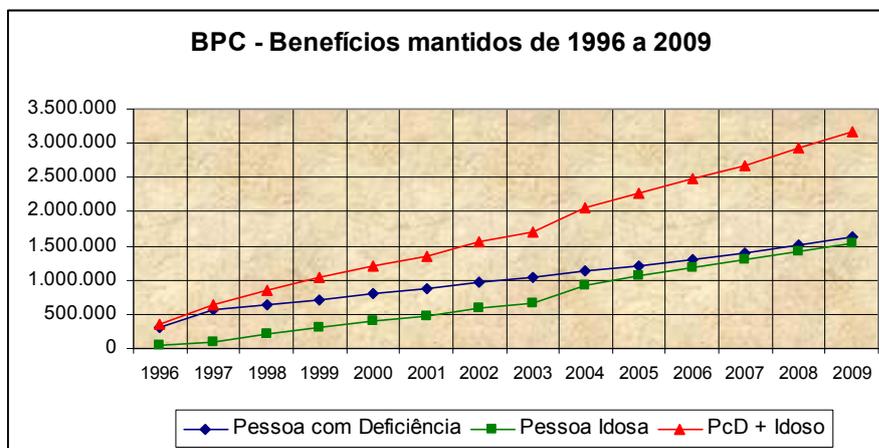
IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MDS/INSS

a. Benefício de Prestação Continuada - BPC e Renda Mensal Vitalícia

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um benefício assistencial não contributivo, assegurado constitucionalmente e regulamentado pela Lei nº 8.472/93. Consiste no repasse mensal de um salário mínimo às pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos, a renda per capita familiar deve ser inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei nº 10.741/2003, que institui o Estatuto do Idoso.

A cada dois anos é realizado processo de revisão dos benefícios concedidos para a avaliação da continuidade das condições que lhes deram origem. Em dezembro de 2009, o BPC alcançava 3.489.242 beneficiários (incluindo a Renda Mensal Vitalícia, extinta em 1996), sendo 1.862.932 pessoas com deficiência e 1.626.310 idosos. Ao longo de 2009, o governo federal despendeu cerca de R\$ 18,7 bilhões com o BPC e a Renda Mensal Vitalícia. Segue abaixo a evolução do número de benefícios do BPC a partir de 1996.



*dados atualizados até dezembro de 2009.
Fonte: Síntese/DATAPREV em janeiro de 2010
Elaboração: SPI/MP

b. Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência

O governo federal lançou, em 2007, o Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Agenda Social, com o propósito de alcançar maior cobertura de atendimento para 14,5% da população que apresenta alguma deficiência, acelerando o processo de inclusão social desse segmento. O programa faz parte da Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reconhece o perfil de pobreza e marginalização social em que vive a maior parcela dessas pessoas.

O programa inclui medidas e ações integradas que visam garantir o acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos essenciais, proporcionando-lhes uma vida digna e de respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, foram priorizadas as questões relativas aos direitos básicos das pessoas com deficiência, considerando atendimento e acessibilidade nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social, transporte, infraestrutura e intervenções urbanas.

Assim, entre as ações previstas no programa, destacam-se: concessão de órteses e próteses, com a ampliação das redes de serviços de reabilitação; implantação de oficinas ortopédicas e formação de técnicos ortesistas e protesistas; construção e reforma de habitação de interesse social acessível; realização de investimentos na infraestrutura de transporte, com a renovação da frota de ônibus; investimentos no entorno das escolas e na adequação dos caminhos até os pontos de parada e os corredores de transportes; adaptação do espaço físico e da sinalização das escolas, segundo critérios de acessibilidade; instalação de salas de recursos multifuncionais com equipamentos e material didático; inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; realização de campanhas educativas relacionadas ao tema inclusão social das pessoas com deficiência.

Nas ações relativas à educação, entre 2007 e 2009, 13 mil escolas foram contempladas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência e quase 15 mil com salas de recursos multifuncionais. Foi aprovado o parecer nº13/2009 do Conselho Nacional de Educação com as diretrizes operacionais referentes ao apoio técnico e financeiro para o atendimento educacional especializado, permitindo o custeio duplo da matrícula de estudantes com deficiência. Também em 2009, o governo federal lançou a ferramenta MEC Daisy, que permite a conversão de texto em áudio e a impressão em Braille.

Referente à saúde, desde o início do programa, foi inaugurada uma oficina ortopédica, em Teresina (PI), firmados cinco novos convênios em 2009 e estão em avaliação mais cinco parcerias para a implantação de oficinas de órteses e próteses. Ainda em 2009, iniciou-se o primeiro curso de formação de ortesistas e protesistas, no Mato Grosso. Além disso, conta-se com 1.198 unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiência física, auditiva e intelectual. Em 2009 foi lançada a política de saúde visual e de atenção às pessoas ostomizadas.

No quesito empregabilidade das pessoas com deficiência, dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que 65.725 pessoas foram inseridas em empresas privadas por ação da fiscalização do trabalho, entre 2007 e 2009. Para ampliar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, um dos caminhos incentivados pelo governo federal vale-se da Lei nº 11.180/2005, com a inserção do § 5º ao art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, prevendo ao empregador a possibilidade de efetuar aprendizagem para pessoas com deficiência independentemente de limite de idade, que para os demais segmentos da população é de 24 anos. Essa estratégia começa a modificar a prática das empresas, observando-se que em 2007 havia 230 aprendizes com deficiência e em 2009 esse número passou para 849. O aumento foi de 260%, enquanto que, no caso dos aprendizes sem deficiência, ficou em 65%. Assim, as empresas, que continuamente afirmam ser a baixa qualificação um entrave para a contratação de pessoas com deficiência, poderão, por intermédio da aprendizagem, qualificar o futuro empregado segundo as exigências profissionais que melhor atendem a seus próprios interesses de atividade de mercado.

No âmbito da habitação, a Lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida, assegura disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos, de acordo com a demanda, além de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum.

Campanhas educativas estão sendo veiculadas nos meios de comunicação. A campanha *Acessibilidade – Siga Esta Idéia* conta com folhetos educativos, cartazes, camisetas e termo de adesão e grande visibilidade junto à sociedade. A campanha *Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência* foi veiculada em revistas, rádio e televisão. Foi a primeira peça publicitária do governo federal com recursos de audiodescrição, legenda e janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e recebeu dois prêmios em 2009, pela forma como aborda o tema pessoas com deficiência.

SEDH / MDS

c. Programa BPC na Escola

A Constituição Federal prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, que é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, o Programa BPC na Escola tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais visando a garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de zero a 18 anos, beneficiárias do BPC, com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos.

O Programa BPC na Escola atua em quatro eixos: a) identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; b) identificar as principais barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas

com deficiência beneficiárias do BPC; c) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras; e d) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa.

O programa identificou, em 2008, a existência de 340.536 beneficiários com deficiência entre zero e 18 anos, sendo que apenas 1/3 estavam matriculados nas escolas. A partir daí, foram elaborados o Manual e o Questionário de Identificação de Barreiras para o Acesso e a Permanência na Escola, para serem aplicados ao beneficiário. Durante o ano de 2009, foram realizadas capacitações dos gestores municipais, qualificando-os para aplicação dos questionários, além da efetiva realização das entrevistas com os beneficiários do BPC. Do total de 5.563 municípios brasileiros, 2.633 aderiram ao BPC na Escola, sendo que 84% – ou seja, 2.217 – realizaram a capacitação de seus gestores. Com o diagnóstico pronto, será possível desenvolver políticas que garantam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência à escola.

SEDH

d. Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável

Levando-se em conta a redução na mortalidade da população idosa, o aumento da expectativa de vida no país e o conseqüente aumento na proporção dos idosos na população brasileira, nasceu a proposta do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, fruto da articulação entre dez ministérios de áreas como saúde, previdência, assistência social, cultura, moradia, acessibilidade e trabalho, entre outras, que tem como objetivos principais:

- Despertar a consciência da sociedade e dos formadores de opinião sobre os direitos e valorização das pessoas idosas.
- Integrar políticas públicas para a construção de uma agenda positiva de trabalho entre os níveis de governo e a sociedade civil.
- Fortalecer as redes de atendimento, prevenção, proteção e defesa de pessoas idosas vítimas da violência.
- Proporcionar ambiente propício ao envelhecimento, com acessibilidade e respeito às pessoas idosas.

Um importante instrumento construído para a persecução dos objetivos do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, sobretudo o de fortalecer as redes de atendimento, prevenção, proteção e defesa de pessoas idosas vítimas da violência, foi o Plano Técnico de Articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa – PLANTAR, que tem como intuito a integração de políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de valorização da pessoa idosa, bem como dos mecanismos para a organização, fortalecimento e integração dos serviços locais, assegurando

a participação social na construção de todos os processos. O projeto é aplicado nos municípios e conta com o apoio dos governos estaduais, garantindo assim que figure posteriormente como multiplicador dessa metodologia nos demais municípios do estado.

Para a concretização das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2009, foram distribuídas três milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, um milhão de folderes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e 50 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador do Idoso. Destacam-se também a capacitação em nível técnico de 1.800 cuidadores de idosos e a sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas.

Outra importante ação é a implantação de Centros de Apoio para Prevenção da Violência contra a Pessoa Idosa. Até 2009, foi apoiada a implantação de 21 centros. Esses centros têm a finalidade de implantar, apoiar e fortalecer serviços multidisciplinares especializados no atendimento a idosos vítimas de violência e no desenvolvimento de ações integradas de prevenção à violência e aos maus-tratos contra a pessoa idosa.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

MPS

a. Previdência Social

A Previdência Social brasileira, pilar fundamental da seguridade social, protege o trabalhador e sua família, garantindo renda na ocorrência do infortúnio e cobrindo os riscos sociais, como velhice, acidente, doença, maternidade, reclusão, invalidez e morte. Constitui-se também em uma importante política pública de transferência de renda e de redução das desigualdades sociais no país.

No período de 2007 a 2009, os benefícios emitidos pela Previdência Social cresceram 7,4%, alcançando o patamar de 27 milhões, sendo 23,5 milhões (87%) relativos ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e 3,5 milhões aos benefícios assistenciais. Do total de benefícios, 18,9 milhões foram pagos à área urbana e 8,1 milhões à área rural. O valor médio dos benefícios alcançou, em 2009, R\$ 633,09, destacando-se que 18 milhões, ou 66,7% dos benefícios emitidos, foram no valor de um salário mínimo.

Os benefícios do RGPS têm papel fundamental na redução da pobreza do país. Em 2008, estima-se que o pagamento dos benefícios previdenciários foi responsável pela diminuição, em 11,4 pontos percentuais, da quantidade de pobres (pessoas que vivem com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo). Ou seja: sem os benefícios, a população de pobres no Brasil passaria de 40% do total. Considerando a população

de indigentes (pessoas que vivem com renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo), o impacto é ainda maior, pois, sem os benefícios previdenciários, a população de indigentes praticamente dobraria, passando de 10,7% para 20,2% da população total, aumentando em mais 17 milhões de pessoas.

A Constituição Federal, em seu artigo 195, instituiu que os trabalhadores ocupados em atividades agrícolas, residentes no campo ou nas cidades, que são ocupados como conta-própria, na produção para o próprio consumo e em atividades não-remuneradas, estão protegidos pelo RGPS como segurado especial, independente de contribuírem ou não para o sistema de previdência social brasileiro. Nesse sentido, a Previdência Social é essencial para a população do meio rural. Em dezembro de 2009, oito milhões de benefícios previdenciários foram pagos à clientela rural, o que representa 34% do total dos benefícios emitidos pelo RGPS naquele mês. Importante frisar que 98,6% desses benefícios eram no valor de um salário mínimo e foram destinados aos segurados especiais. Além da proteção da população rural, os benefícios previdenciários têm papel fundamental no desenvolvimento econômico dos pequenos municípios que possuem a agricultura como base de sustentação, em especial nas regiões Norte e Nordeste do país, uma vez que os benefícios garantem a injeção de um fluxo de dinheiro regular nas pequenas economias locais.

Ampliar a cobertura previdenciária é uma das prioridades da Previdência Social. Em 2008, considerando os dados da PNAD, 55,7% da população ocupada entre 16 e 59 anos de idade estava protegida pelo sistema previdenciário. Incluindo os segurados especiais, que estão cobertos independentemente da contribuição, a cobertura previdenciária alcança 64,5%. Entre os fatores que colaboraram para melhorar a cobertura previdenciária, destaca-se a recuperação do mercado de trabalho nos últimos anos, principalmente com a geração de empregos formais. A Previdência Social instituiu também algumas medidas com o intuito de facilitar a inclusão previdenciária, criando o Plano Simplificado de Previdência Social, que reduz a alíquota de contribuição de 20% para 11% para determinados segurados, e a figura do Microempreendedor Individual, que garante condições especiais para trabalhadores informais legalizarem seus pequenos empreendimentos.

MDS

b. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS assegura a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social por meio das proteções sociais básica e especial. Ele assegura ainda a efetiva descentralização das ações e o cofinanciamento das mesmas pelas esferas federal, estadual e municipal.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é a unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e do Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS. Em 2009, existiam 5.812 CRAS em funcionamento em 4.327 municípios, dos quais 67,4% eram cofinanciados com recursos do governo federal.

São iniciativas de proteção social básica o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, os Serviços de Convivência para Crianças de até seis anos e os Serviços de Convivência para Idosos.

A proteção social especial destina-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou que já tenham sofrido rompimento dos laços familiares e comunitários.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é a unidade pública de atendimento especializado da assistência social, possuindo abrangência municipal ou regional. Nesses espaços, são ofertados serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus tratos e outras formas de violação dos direitos. Em 2009 já havia 1.057 CREAS cofinanciados pelo governo federal em 1.233 municípios do país, sendo 1.014 CREAS municipais e 43 CREAS regionais.

SEDH

c. Programa de Promoção do Registro Civil de Nascimento

O Registro Civil de Nascimento – RCN é o primeiro passo para a cidadania. É o assento das informações do nascimento do cidadão e dele são copiados os dados mais importantes na Certidão de Nascimento, documento com o qual a pessoa comprova seu nome, sobrenome, nacionalidade e outras informações capazes de identificá-la.

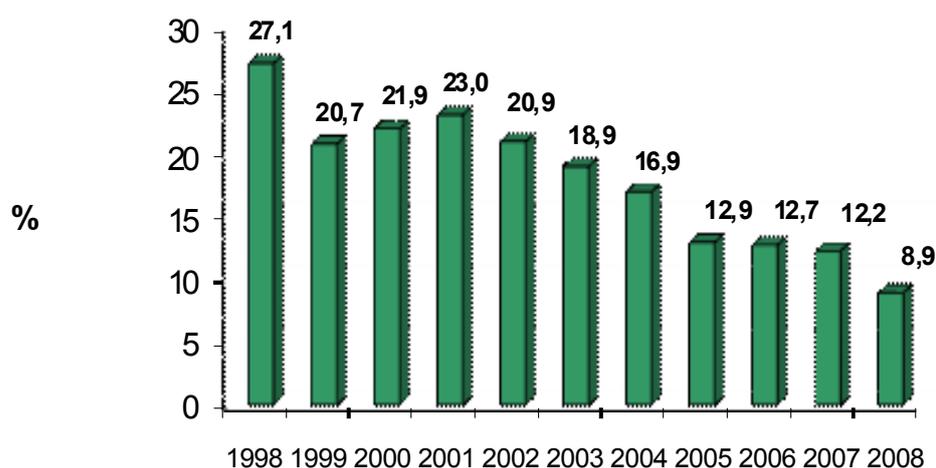
Sem o RCN, a pessoa tem dificuldade de acessar a escola, a saúde, os programas de transferência de renda, e não consegue adquirir os demais documentos para o exercício da cidadania. Em 2003, o Brasil iniciou um amplo cadastramento das famílias que viviam em grave situação de pobreza para implementação de programa unificado de transferência de renda, o Bolsa-Família, e teve dificuldades no cadastro de algumas pessoas devido à ausência do registro de nascimento.

Assim, o Estado brasileiro iniciou uma grande mobilização, que ganhou força com o lançamento da Agenda Social Registro Civil de Nascimento e foi ainda mais intensificada, em 2009, quando o Presidente da República, para superar situações e índices que marcam a desigualdade regional no país, e que submetem boa parte da população a patamares inadequados de qualidade de vida, assinou os Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania.

Três grandes linhas de ação foram desenhadas pelo programa: 1) implantação de Unidades Interligadas que conectam maternidades a cartórios, para que a criança possa ser registrada logo nos primeiros momentos de vida; 2) realização de mutirões e campanhas para diminuir o número de pessoas sem RCN; e 3) implementação de condições estruturantes, como o Sistema Informatizado de Registro Civil, para conexão das informações de nascidos vivos àquelas dos que foram registrados, aperfeiçoando a busca ativa de pessoas sem RCN e a formulação de políticas públicas.

Importantes resultados foram alcançados, como a padronização nacional da Certidão de Nascimento e a redução do índice de sub-registro civil de nascimento a uma casa decimal (8,9%), o que confirma a expectativa de alcance da meta de erradicação do sub-registro, que será atingida quando o índice alcançar 5%.

Estimativa de sub-registros de nascimento 1998 a 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

MTE

d. Programa de Erradicação do Trabalho Escravo

A submissão de trabalhadores à condição análoga à de escravos persiste no país, atingindo milhares de pessoas, o que aponta para a necessidade de manutenção de programa destinado a erradicar tal prática. Após experiências acumuladas durante os anos recentes de combate a essa forma de exploração do trabalho, tem-se como mais efetiva a ação integrada com outras instituições governamentais, desencadeando um conjunto de atividades que permitam a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

A política de enfrentamento da questão, essencialmente repressiva, consiste na realização de ações fiscais, efetuadas por equipes do grupo especial de fiscalização móvel nacional ou regional, compostas por auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e agentes e delegados de polícia federal ou rodoviária federal, nos focos previamente definidos, atendendo a denúncias ou a planejamento estratégico.

Durante a ação, as equipes visam a regularizar os vínculos trabalhistas dos trabalhadores encontrados em condição análoga à de escravos, fazendo cumprir a legislação trabalhista por parte dos empregadores, assistindo e garantindo a segurança dos trabalhadores, emitindo Carteiras de Trabalho e Previdência Social, providenciando rescisões indiretas dos contratos de trabalho e emitindo e entregando requerimentos de seguro-desemprego especial para os trabalhadores resgatados, dentre outras providências.

Quadro das Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

Ano	Nº Operações	Nº Fazendas Fiscalizadas	Trabalhadores Resgatados
2007	116	206	5.999
2008	158	301	5.016
2009	123	280	3.174

Dados de 2009 atualizados em 19/11/2009
Fonte: Relatórios Específicos de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

MTE

e. Plano Nacional de Trabalho Decente

O Brasil formalizou, em junho de 2003, o compromisso pela promoção do trabalho decente, o que resultou no lançamento, em 2006, da Agenda Nacional do Trabalho Decente. Por trabalho decente assume-se, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, uma ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Sua promoção desdobra-se em quatro objetivos estratégicos, conforme estabelecido na 87ª Conferência da OIT, de 1999: respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social; e promoção do diálogo social.

Indicadores da situação do trabalho no Brasil mostram a relevância dos objetivos propostos pela Agenda Nacional do Trabalho Decente. Segundo dados da PNAD 2008, 55% da população economicamente ativa encontrava-se na situação de desempregado, autônomo ou assalariado sem registro em carteira. No campo do trabalho, as desigualdades de gênero e raça ainda são significativas. Como agravante, naquele ano, cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes com menos de 17 anos estavam trabalhando ou em busca de trabalho, a vasta maioria na agricultura familiar ou em trabalho doméstico.

Como seguimento da adoção da Agenda Nacional do Trabalho Decente, iniciou-se a elaboração do Plano Nacional de Trabalho Decente. Foi construída uma matriz, contendo prioridades, resultados, metas imediatas (2011) e mediatas (2015), bem como indicadores para sua avaliação. Em junho de 2009, o governo assinou declaração de apoio ao Pacto Mundial pelo Emprego, que coloca o trabalho decente no centro das políticas de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

MINC

f. Programa Mais Cultura

O Programa Mais Cultura tem por objetivo ampliar o acesso a bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica; expandir a oferta de equipamentos e meios de acesso à produção e à expressão cultural; e gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro. O Mais Cultura tem como eixo conceitual o Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania e sendo os Pontos de Cultura seu produto mais conhecido.

Em 2009, os investimentos do Mais Cultura se concentraram no fomento a projetos de Pontos de Cultura (pontos, pontões, pontinhos e redes de pontos), construção e modernização de Espaços Mais Cultura (espaços físicos dotados de infraestrutura multiuso na cultura), instalação e modernização de bibliotecas públicas e de Pontos de Leitura, apoio financeiro a microprojetos na região do semi-árido, instalação de cinemas comunitários, capacitação de artistas e produtores culturais e instalação de estações de TV e rádio comunitárias. Entre as ações de fomento às atividades culturais, destacam-se as Ações de Livro e Leitura, Microprojetos Culturais, Pontos de Memória e Cine Mais Cultura, realizadas pelo Governo Federal em parceria com governos estaduais.

O Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania apóia projetos que potencializam e fortalecem ações culturais produzidas pelas comunidades locais, sendo seu produto mais conhecido os Pontos de Cultura. Os pontos são implementados por meio de repasses regulares de recursos para, dentre outras coisas, a aquisição de equipamentos de registro audiovisual e de informática para o aperfeiçoamento de suas atividades. Uma vez instalados, os Pontos de Cultura ficam responsáveis por articular e impulsionar atividades culturais que já existem nas comunidades.

Acreditando na capacidade criadora do povo e potencializando o que já existe em termos de desenvolvimento da cultura, o governo federal contribuiu, até 2009, para a institucionalização de 2.517 Pontos de Cultura no território nacional.



g. Ações de Promoção da Igualdade Racial

As ações de promoção da igualdade racial procuram obedecer aos mandamentos constitucionais que estabelecem a responsabilidade do Estado de garantir o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nesse contexto é que está inserida uma série de iniciativas do governo federal, a seguir explicitadas.

Ações Afirmativas

- Projeto Piloto no Pibic: inserido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT, tem como objetivo ampliar a oportunidade de formação técnico-científica pela concessão de bolsas de iniciação científica para os alunos do ensino superior cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa no vestibular. Em 2009, foram concedidas 600 bolsas do Pibic, no valor de R\$ 300,00 mensais, por um ano, beneficiando esse público. As bolsas visam a ampliar as oportunidades de formação técnico-científica, estimular a renovação acadêmica e enfrentar a evasão escolar.
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior: em 2009, a Seppir/PR, o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq/MCT, e a Universidade de Brasília assinaram, em parceria com o Ministério da Educação – MEC, um termo de compromisso para a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior – INCT. O instituto se constituirá em um observatório das ações afirmativas e de outras políticas de promoção da igualdade racial, dando ênfase à população negra e aos povos indígenas. É o primeiro projeto de pesquisa na história do Brasil em que o corpo de pesquisadores titulares é integrado por cinco afrodescendentes e dois índios, além de outros 15 pesquisadores, em 14 universidades.
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: lançado em 2009, pela Seppir/PR e pelo Ministério da Educação – MEC, o documento estabelece orientações e metas para a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos níveis fundamental, médio e superior das redes de ensino pública e privada. A disciplina amplia o acervo social, político, econômico, geográfico e antropológico na Educação e lança um novo olhar sobre o sistema educacional formal. Serão contemplados cerca de 50 milhões de alunos e mais de dois milhões de professores na educação básica. A Seppir/PR e o MEC promoveram em 2009 seminários sobre o processo de construção da Política Educacional de Promoção da Igualdade Racial, nas cinco regiões do país.

- ProUni: segundo dados divulgados pelo programa, desde o primeiro ano de funcionamento, em 2005, até o processo seletivo do segundo semestre de 2009, o ProUni já ofereceu 887.445 bolsas para estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Desse total, 520.855 foram bolsas integrais e 366.590 parciais. De acordo com a autodeclaração de cor/raça dos beneficiados, 46,45% dessas bolsas foram destinadas a estudantes pretos ou pardos.
- Plano Setorial de Qualificação Afrodescendente: lançado em 13 de maio de 2009 em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, está inserido no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ e tem como objetivo o desenvolvimento pessoal e a capacitação profissional de jovens e adultos negros e afrodescendentes, por meio dos Cursos de Empreendedor Individual nas áreas de serviços e comércio com abrangência em todo o território nacional, visando proporcionar melhores condições de inserção e reinserção no mercado de trabalho, bem como seu aperfeiçoamento. Em novembro de 2009, foi publicado, pelo MTE, o Edital de Chamada Pública de Parceria. A meta é atender a 25 mil profissionais em todo o país. O valor total dessa ação é de R\$ 19,75 milhões.
- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN: definiu o plano operativo com a finalidade de orientar as diretrizes e estratégias a serem seguidas pelo Ministério da Saúde para garantir os avanços nas ações de saúde da população negra. Para 2010, estão previstas seis oficinas de avaliação e monitoramento da política, sendo estimada a participação de 900 pessoas.
- Projeto A Cor da Cultura: desenvolvimento de ações junto ao MEC, Petrobras, Fundação Roberto Marinho e outros para implantação da Fase II do projeto que visa o desenvolvimento de tecnologia e qualificação de profissionais da educação para aplicação da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.
- Programa Valorização da Diversidade: desenvolvimento de ações afirmativas no sistema financeiro, junto à Federação Brasileira de Bancos – Febraban, visando atingir todos os bancos públicos e os cinco maiores bancos privados.



h. Programa Brasil Quilombola - PBQ

O Programa Brasil Quilombola - PBQ, criado em 2004, tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O programa tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais.

A Agenda Social Quilombola – ASQ tem como objetivo articular as ações existentes no âmbito do governo federal, por meio do PBQ. Os eixos de atuação da ASQ são acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania.

Em 2009, houve uma priorização das ações do PBQ para os cinco estados com maior quantitativo de comunidades quilombolas: Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Maranhão e Bahia. Com vistas a ampliar a articulação e a efetivação das políticas para esse segmento, foram realizados cinco grandes seminários, com maior foco para saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. Participaram dos seminários regionais gestores municipais, estaduais e federais, lideranças quilombolas, conselheiros das áreas afins e outros parceiros.

Entre os principais resultados de 2009, destacam-se: a expedição de 30 decretos de desapropriação; a formação de equipes dos Programas Saúde da Família e Saúde Bucal destinadas a atender exclusivamente as famílias quilombolas; a instalação de 27.167 kits sanitários nas residências de 270 comunidades e a expansão da oferta de energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos, que já atende a 20.335 domicílios de famílias quilombolas, com investimentos na ordem de R\$ 100 milhões. Além disso, destaca-se o investimento de R\$ 27 milhões que garante renda mínima a 22,2 mil famílias quilombolas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, em 679 municípios.

A atualização dos dados referentes à população quilombola, de 62.345 para 266.117 pessoas, realizada a partir de dados da Fundação Cultural Palmares, permitiu dimensionar o tamanho da população a ser atendida no âmbito da Estratégia Saúde da Família. Segundo dados do Cadastro Nacional de Equipes de Saúde, referentes a dezembro de 2009, 1.270 equipes de saúde da família e 986 equipes de saúde bucal atendem a população remanescente de quilombos.

Ainda em 2009, entre os meses de outubro e dezembro, foram realizadas capacitações dos Conselheiros da Assistência Social – nacionais, estaduais e do Distrito Federal – com produção de material didático e texto complementar sobre a temática quilombola, abrangendo 430 conselheiros.

Está prevista a realização de uma nova Chamada Nutricional de Crianças Quilombolas Menores de Cinco Anos de Idade, em 2010 (a primeira foi realizada em 2006), com

o objetivo de atualizar a caracterização sociodemográfica das famílias e do estado nutricional de crianças com menos de cinco anos, pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos. O inquérito propiciará estimativas sobre a prevalência de déficits nutricionais na população de crianças quilombolas e a distribuição desses déficits em distintos estratos sociais da população, além de fornecer indicações sobre o alcance de políticas e programas sociais.

MJ

i. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci foi lançado em 2008 como uma nova proposta para a segurança pública no Brasil, que articula políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e focando sua atuação nas causas da violência. Com esse objetivo, o Pronasci compreende iniciativas que compõem o percurso social formativo dos jovens, com destaque para a promoção do esporte e lazer na cidade, a construção de praças da juventude e de telecentros de inclusão digital, a implantação de bancos comunitários, a expansão e a qualificação da atenção básica à saúde, a disseminação de atividades culturais nas comunidades atendidas, especialmente bibliotecas, pontos de leitura e de cultura, além de ações focalizadas na juventude negra.

O Pronasci já foi implantado em 21 estados, no Distrito Federal e em 158 municípios. Além dos profissionais de segurança pública, integram, prioritariamente, o público-alvo do programa os jovens de 15 a 24 anos envolvidos ou sob forte risco de envolvimento com a criminalidade.

Dentre os principais resultados do Pronasci destacam-se os seguintes:

- implantação de 14 Territórios da Paz. O Território de Paz é um pacote de ações preventivas e integradas, que faz com que o Estado retome o controle em regiões de descoesão social e altos índices de criminalidade e violência;
- entrega de mais de mil unidades habitacionais por meio do Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública;
- capacitação, por meio do Bolsa-Formação, de mais de 160.000 profissionais de segurança pública em 2009. Os cursos oferecidos são focados em direitos humanos, policiamento comunitário, uso progressivo da força, entre outros, e visam a dar uma nova formação aos policiais. Além da capacitação, esses profissionais recebem um auxílio de R\$ 400,00 durante 12 meses;

- a Campanha do Desarmamento registrou 513.839 armas, dentre as quais 13.213 foram entregues nos postos policiais;
- o projeto Mulheres da Paz alcançou o número de 10 mil colaboradoras, que recebem um auxílio de R\$190,00 por mês e são capacitadas em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos;
- atendimento a 15 mil jovens de 15 a 24 anos expostos à criminalidade, por meio do Protejo, que envolve ações de formação e inclusão social;
- implantação do Projeto Farol em 17 estados e municípios, com o atendimento de 4 mil jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de prevenção da violência, com foco na juventude negra;
- repasse de mais de 4 mil armas não letais aos estados. Essa ação objetiva a redução da letalidade nas ações policiais.

Em julho de 2009 foi ainda lançado o Pronasci Fronteiras, estendendo-se a abrangência do programa à região de fronteira do Brasil, que sofre com crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas.

MS

j. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente

Em 2003 iniciou-se a elaboração da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente, com o propósito explícito de resgatar o direito do cidadão brasileiro à atenção em saúde bucal. Suas metas perseguem a reorganização da prática e a qualificação das ações e serviços oferecidos, no marco do fortalecimento da atenção básica, reunindo uma série de ações em saúde bucal voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito aos brasileiros, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Brasil Sorridente tem possibilitado a ampliação e qualificação do acesso da população às ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde bucal, entendendo que esta é fundamental para a saúde geral e para a qualidade de vida. Ela está articulada a outras políticas de saúde e demais políticas públicas, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

As principais linhas de ação do Brasil Sorridente são: a reorganização da atenção básica em saúde bucal, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família; a ampliação

e qualificação da atenção especializada (por meio, principalmente, da implantação de centros de especialidades odontológicas e laboratórios regionais de próteses dentárias); e a viabilização da adição de flúor nas estações de tratamento de águas de abastecimento público.

Desde a implantação da política até 2009 foram instalados 770 centros de especialidades odontológicas em 572 municípios, beneficiando 89,5 milhões de pessoas. Além disso, em 2009 o governo federal adquiriu 2.500 consultórios odontológicos, que foram doados a estados e municípios. Foram ainda distribuídos mais de 70 milhões de kits de saúde bucal, compostos por escovas e creme dental, e investidos recursos para a aquisição de 1.500 aparelhos de raios-x.



OS RECURSOS PETROLÍFEROS DO PRÉ-SAL NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS DO PAÍS

A nova província petrolífera do pré-sal, que apresenta dimensões aproximadas de 800 km de extensão por até 200 km de largura, ocorre nas bacias sedimentares de Santos e Campos, na plataforma continental dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Alguns blocos exploratórios já concedidos nessa província distam cerca de 300 km da costa brasileira. As profundidades médias dos reservatórios do pré-sal são superiores a cinco mil metros, sendo dois mil metros de oceano, mil metros de rocha da camada pós-sal e mais dois mil metros de sal.

De acordo com as atividades exploratórias realizadas até novembro de 2009, os volumes de petróleo e gás das descobertas do Pré-Sal são estimadas em: Tupi – 5 a 8 bilhões de barris; Iara – 3 a 4 bilhões de barris; Guará – 1,1 a 2 bilhões de barris; e Parque das Baleias – 1,5 a 2 bilhões de barris. Tais descobertas perfazem 10,6 a 16 bilhões de barris que, caso se confirmem, significarão a duplicação das atuais reservas nacionais, que são de 15,1 bilhões de barris de óleo equivalente.

A confirmação das expectativas em torno do elevado potencial petrolífero da região do pré-sal, a partir dos resultados obtidos principalmente pela Petrobras, entre 2005 e 2008, motivou o governo a editar Decreto, em 17/07/2008, determinando avaliação, por comissão interministerial, das mudanças necessárias no marco regulatório regido pela Lei 9.478/1997, de modo a permitir melhor apropriação desses recursos em prol da sociedade brasileira.

O resultado dos estudos conduzidos pelo Ministério de Minas e Energia, coordenador da citada comissão interministerial, foi materializado em quatro projetos de lei – PL, encaminhados ao Congresso Nacional no final de agosto de 2009. São eles:

- PL 5938/2009 – estabelece o regime de partilha de produção no país na região do pré-sal, área em que a Petrobras será a única empresa operadora relativa aos contratos de partilha.
- PL 5939/2009 – cria a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal, que será responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.
- PL 5940/2009 – trata da criação do Fundo Social com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

- PL 5941/2009 – autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Pela proposta do relator do PL 5940/2009, o Fundo Social deverá receber inicialmente os recursos da União referentes às concessões existentes até o final de 2009 e posteriormente os recursos provenientes da comercialização da parte da União na partilha do excedente em óleo das atividades de produção na área do pré-sal. O resultado financeiro relativo a esses aportes no Fundo Social terá a finalidade de constituir fonte regular de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Aguarda-se, dessa forma, a aprovação desses PLs pelo Congresso Nacional, de modo a que se possa dar consecução às políticas governamentais com recursos do pré-sal em prol de toda a sociedade brasileira.



ODM 1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

META 1

Reduzir pela metade entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ppc por dia

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 1

Proporção da população que ganha menos de 1 dólar PPC por dia

INDICADOR 2

Proporção da população abaixo da população da linha nacional de pobreza

INDICADOR 3

Índice de hiato de pobreza - incidência x grau de pobreza

INDICADOR 4

Participação dos 20% mais pobres da população no consumo nacional

INDICADOR 5

Taxa de desemprego na faixa etária entre 15 e 24 anos, por sexo, e total

META 1A

Reduzir a um quarto entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ppc por dia

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Participação dos 20% mais ricos da população na renda nacional

INDICADOR B

Distribuição das pessoas entre os 10% mais pobres e o 1% mais ricos, por cor/raça

INDICADOR C

Nº de operações de fiscalização de trabalho escravo, nº de estabelecimentos fiscalizados e nº de trabalhadores libertados

INDICADOR D

Nº de beneficiários e potenciais beneficiários do BPC/RMV

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

1 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO

- a. Programa Bolsa Família – PBF
- b. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- c. Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos
- d. Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis
- e. Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan
- f. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT
- g. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan
- h. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan
- i. Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância
- j. Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro

2 • DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- a. Programa Territórios da Cidadania - PTC
- b. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf
- c. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

3 • GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

- a. Política de Valorização do Salário Mínimo
- b. Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para Geração de Emprego e Renda
- c. Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento
- d. Inclusão Bancária e Microcrédito
- e. Plano Nacional de Qualificação – PNQ
- f. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp

4 • CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM

- a. Agenda Social Criança e Adolescente
- b. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
- c. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem
- d. Aprendizagem Profissional
- e. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
- f. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM
- g. ProSinase
- h. Programa Saúde na Escola – PSE

5 • IDOSOS E PESSOAS COM DE DEFICIÊNCIA

- a. Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia
- b. Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência
- c. Programa BPC na Escola
- d. Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável

6 • CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

- a. Previdência Social
- b. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- c. Programa de Promoção do Registro Civil de Nascimento
- d. Programa de Erradicação do Trabalho Escravo
- e. Plano Nacional de Trabalho Decente
- f. Programa Mais Cultura
- g. Ações de Promoção da Igualdade Racial
- h. Programa Brasil Quilombola
- i. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci
- j. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente

7 • OS RECURSOS PETROLÍFEROS DO PRÉ-SAL NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS DO PAÍS





2

**UNIVERSALIZAR A
EDUCAÇÃO PRIMÁRIA
UNIVERSAL**



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

P D E

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em abril de 2007, é um plano de médio e longo prazo que tem como objetivo promover a educação de qualidade – da creche à pós-graduação. Seus programas podem ser organizados em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização.

O PDE visa a enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Nesse sentido, a articulação entre a educação e as dimensões territoriais é vital, posto que as especificidades sociais, econômicas e culturais dos territórios são fundamentais para delimitar as ações de superação das discriminações e desigualdades.

O PDE supera a visão fragmentada até então predominante das políticas públicas no Brasil, ao pautar a política nacional de educação a partir de uma visão sistêmica em que níveis, etapas e modalidades são momentos de um processo interdependente, integrado e disponibilizado para o conjunto da população por meio da colaboração entre os três entes da Federação. Essa colaboração se traduz pelo compartilhamento de competências políticas, técnicas e financeiras para execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, sem ferir-lhes a autonomia.

Contudo, na perspectiva da garantia do direito de aprender com qualidade para todos, são indispensáveis a responsabilização, principalmente dos gestores afetos às políticas educacionais, e a mobilização e controle social. Nesse sentido, metas precisas e transparência no tratamento e no debate das questões envolvendo a educação são exigências para o seu pleno desenvolvimento.

O plano viabiliza a implementação de uma política pública que torna a educação uma prioridade do governo e da sociedade brasileira, e se sustenta em seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social.

A partir do lançamento do PDE, em 2007, todas as transferências voluntárias e a assistência técnica aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas do PDE e à elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, instrumentos fundamentais para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

MEC

a. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, estabelece 28 diretrizes e um conjunto de metas a serem atingidas por cada escola, município e estado, pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. É a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Em plena sintonia com as metas pactuadas com estados, municípios e sociedade por meio do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o MEC tem desenvolvido um conjunto de propostas concretas e coordenadas com o objetivo primordial de melhoria da educação básica, que se desdobram em ações que dizem respeito a: avaliação; financiamento; planejamento e gestão; formação de profissionais da educação; alfabetização de jovens e adultos; garantia de permanência das crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais em classes regulares, traduzidas como inclusão educacional; ampliação dos programas suplementares de atendimento direto aos estudantes da rede pública; e ações que visam a ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular. Todos os municípios, estados e o Distrito Federal assinaram o termo de adesão ao Plano de Metas.

MEC

b. Plano de Ações Articuladas – PAR

A partir do estabelecimento pelo PDE de um plano de metas de qualidade, os convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos Planos de Ações Articuladas – PAR, de caráter plurianual, construídos em etapas, com a participação de gestores, educadores locais, conselhos de escola, conselhos municipais, baseados em diagnóstico de caráter participativo.

A adesão ao Plano de Metas significa comprometimento com as 28 diretrizes do Compromisso Todos pela Educação. Para tanto, é preciso realizar o diagnóstico minucioso da realidade educacional local a partir das dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura e recursos pedagógicos. A partir desse diagnóstico, os entes desenvolverão um conjunto coerente de ações – o PAR.



c. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola

O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola tem por objetivo fortalecer a autonomia da gestão escolar a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano para a melhoria dos resultados, com foco na aprendizagem dos alunos. O plano de cada escola – elaborado com a participação de toda a comunidade escolar – deve indicar as metas a serem atingidas para aumentar os indicadores educacionais, o prazo para o cumprimento dessas metas e os recursos necessários. Entre 2008 e 2009, foram formados 27,5 mil profissionais no uso da metodologia.

Com base nos índices do IDEB de 2005 e de 2007, foram selecionadas cerca de 28 mil escolas que, após a elaboração e aprovação de seus planos, estarão aptas a receber os recursos destinados à sua implementação.

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Um ponto que merece destaque é a aprovação de duas emendas à Constituição Federal (nº 53, de 2006, e nº 59, de 2009) que alteraram significativamente dispositivos da maior relevância para a educação brasileira, os quais viabilizam a alavancagem dos patamares e da abrangência do orçamento e financiamento educacionais, da extensão de programas complementares e de medidas voltadas para a qualidade da educação, em consonância com uma visão integrada e coordenada de educação básica que envolve os dirigentes de educação das três esferas de governo.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, em substituição ao antigo Fundef, financia todas as etapas da educação básica brasileira (educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação de jovens e adultos) e ao mesmo tempo impõe à União a responsabilidade de complementação às regiões em que o financiamento por aluno é menor do que a média nacional.

Os recursos da contribuição social do salário-educação, antes destinados apenas ao ensino fundamental, podem agora, mais do que duplicados, financiar toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Além disso, sua repartição passou a ser feita entre estados e municípios pela matrícula dos alunos em cada rede de ensino.

O Congresso Nacional aprovou, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, o fim da Desvinculação de Receitas da União – DRU sobre os recursos federais destinados à educação. Com essa medida, o MEC passará a contar com cerca de R\$ 9 bilhões a mais por ano em seu orçamento.

Outras conquistas constitucionais que se podem destacar são: o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto e o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Estes últimos serão tratados mais adiante.

AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

O PDE estabelece que todo processo educacional reclama uma avaliação. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil compõem, em conjunto, importante instrumento de avaliação da educação básica.

MEC

a. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

O IDEB, criado em 2007, é um indicador nacional que afere a qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar (aprovação e reprovação) e médias de desempenho nas avaliações nacionais (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e Prova Brasil).

O IDEB foi estabelecido numa escala que vai de 0 a 10. Foram traçadas metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2021. A meta para o Brasil é atingir o patamar educacional que tem hoje a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que é igual a 6,0 pontos, na primeira fase do ensino fundamental.

A pontuação obtida no indicador em 2007 (4,2 nos anos iniciais do ensino fundamental, 3,8 nos anos finais do ensino fundamental e 3,5 no ensino médio) superou todas as expectativas, inclusive as metas para 2009, nas mais de 48,5 mil escolas que tiveram o IDEB calculado.



MEC

b. Prova Brasil

A Prova Brasil é uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, nas escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos na turma.

Trata-se de uma avaliação diagnóstica em larga escala, que ocorre a cada dois anos (nos anos ímpares) e na qual são avaliadas as competências em língua portuguesa e matemática.

Em 2007, participaram do Prova Brasil 48.730 escolas públicas urbanas e 4.108.270 alunos.

Em 2009 foram incluídos os alunos de 4ª série do ensino fundamental (5º ano) matriculados em escolas localizadas na zona rural. A avaliação abrangeu 60 mil escolas públicas urbanas e rurais e 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental.

MEC

c. Provinha Brasil

Na adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, todos os estados e municípios brasileiros se comprometeram a alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental. A partir das informações obtidas pela avaliação, os professores têm condições de verificar as habilidades e deficiências dos estudantes e interferir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade.

APOIO AO ALUNO E À ESCOLA

MEC

a. Obrigatoriedade do Ensino dos 4 aos 17 Anos

A inclusão da educação infantil e do ensino médio no período de educação obrigatória está prevista na Constituição Federal (EC nº 59/2009). Agora, a obrigatoriedade não é apenas para o ensino fundamental, mas se estrutura na perspectiva sistêmica da educação básica, de acordo com as orientações do PDE.

A educação obrigatória dos 4 aos 17 anos será um instrumento fundamental de adequação do fluxo escolar, ao se enfrentar a questão da distorção idade-série, e o abandono escolar de crianças e jovens. Garantir a conclusão da educação básica aos nossos jovens significa romper com o ciclo de exclusão educacional em nosso país.

MEC

b. Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade (Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa-Família)

O Programa Bolsa-Família, criado pela Lei nº 10.836/2004, destina-se à transferência de renda direta às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Ao serem incluídas no programa, as famílias assumem, entre outros, o compromisso de matricular e garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola. Essa contrapartida é um importante instrumento de inclusão social. E cabe ao Ministério da Educação o acompanhamento da frequência escolar desses alunos.

O objetivo é combater a evasão e estimular a progressão escolar pelo acompanhamento individual das razões da baixa frequência do educando ou abandono da escola.

Atualmente, o universo de acompanhamento da frequência escolar mensal é de aproximadamente 15,5 milhões de alunos de 6 a 17 anos, em 168 mil escolas.

MEC

c. Programas do Livro

O objetivo dos programas do livro é prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas e paradidáticas de qualidade. As obras são distribuídas gratuitamente aos alunos de todas as séries da educação básica da rede pública e para os matriculados em classes do Programa Brasil Alfabetizado.

Os programas do livro atendiam anteriormente os alunos do ensino fundamental, por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e agora, ampliados, incluem os alunos do ensino médio e das turmas do Brasil Alfabetizado (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM e Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, respectivamente). Também são beneficiados, por meio dos programas, os alunos com necessidades educacionais especiais – livros acessíveis em Braille, para alunos com deficiência visual, e digitais em Libras (Língua Brasileira de Sinais), para alunos com surdez severa ou profunda.

Cada aluno do ensino fundamental tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, que serão estudadas durante o ano letivo. Além desses livros, os estudantes do 1º ano recebem uma cartilha de alfabetização. No ensino médio, cada estudante recebe um exemplar das disciplinas de



português, matemática, história, geografia, física, biologia e química. A partir de 2011 receberá, também, um livro de inglês e outro de espanhol.

Em 2009 foram adquiridos 103,5 milhões de livros para o ensino fundamental, 11,2 milhões para o ensino médio e 2,8 milhões para alfabetização de jovens e adultos, além de 5,6 milhões de exemplares de revistas e periódicos. Em 2010 serão adquiridos 11 milhões de dicionários da língua portuguesa para turmas do ensino fundamental e dois milhões para turmas do ensino médio.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, que complementa os programas do livro, promove o acesso à cultura e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Desde que foi criado, em 1997, o programa vem se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais, e hoje atende da educação infantil ao ensino médio.

MEC

d. Programas de Transporte Escolar

Com o objetivo de garantir o acesso e a permanência na escola de alunos da educação básica que vivem na área rural, o Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate e o Caminho da Escola.

O Pnate, instituído pela Lei nº 10.880/2004, é executado por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Em 2009, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais.

O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio, para custear despesas de manutenção de veículos ou embarcações da frota própria ou de contratação de serviços terceirizados para o transporte escolar.

De 2006 a 2008, o valor *per capita*/ano do Pnate variava entre R\$ 81,56 e R\$ 116,36, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza. A partir de 2008, passou a ser considerado também o seu IDEB. Em 2009, o valor *per capita*/ano teve reajuste linear de 8%, passando a variar de R\$ 88,13 a R\$ 125,72, e pretende beneficiar 4,8 milhões de alunos, frente aos 3,3 milhões beneficiados no ano anterior.

O Caminho da Escola, por sua vez, é um programa de auxílio à compra de veículos para o transporte escolar de alunos da educação básica que vivem na área rural, de modo a garantir qualidade e segurança. A ação visa à renovação e à ampliação da frota escolar, padroniza os veículos, oferece mais segurança e reduz os custos de aquisição. Uma das inovações é a isenção de impostos sobre a compra.

Estados, Distrito Federal e municípios podem adquirir os veículos sob três formas: linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE ou, ainda, com recursos próprios.

O Caminho da Escola já beneficiou 2.697 municípios de 26 estados brasileiros com a aquisição de 5.721 veículos.

MEC

e. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, o governo federal presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O programa objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental, beneficiando 26,9 milhões de alunos matriculados em 117,4 mil escolas, com investimento de R\$ 690,1 milhões. Em 2009 foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil. Com essa ampliação, o universo de alunos beneficiados passou para 45,6 milhões, em 164,1 mil escolas, e o investimento para R\$ 1,15 bilhão.

MEC

f. Programa Proinfância

Criado em 2007, possibilita a ampliação progressiva do acesso de crianças à educação infantil pública, gratuita e de qualidade, por meio de recursos para construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas.

Os municípios interessados em participar devem elaborar o Plano de Ações Articuladas – PAR, apontando a necessidade de aumentar a quantidade de salas de aula para a educação infantil.

Até outubro de 2009, foram firmados convênios para a construção de 1.103 unidades de educação infantil.



g. Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi criado com o objetivo principal de contribuir para a consolidação do direito de aprender e da educação integral.

O programa possui dois focos principais: ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e ampliar os espaços utilizados para a educação escolar, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários.

A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras.

Em 2009, cinco mil escolas foram atendidas, com 1,2 milhão de alunos beneficiados. Para 2010, a previsão é de atendimento a dez mil escolas.

h. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo

Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica é o principal objetivo do Programa Nacional de Tecnologia Educacional Prova Nacional de Informática na Educação – Proinfo. Para tornar isso possível, o programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada e oferecer suporte técnico e manutenção dos equipamentos, além de capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias.

Mais do que utilizar a tecnologia como ferramenta de educação, o Proinfo visa a contribuir para a inclusão digital e a preparação de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

O Programa Banda Larga na Escola, por sua vez, permitirá, até 2010, que 64,8 mil escolas estejam conectadas à internet. Até 2009, 43,1 mil escolas foram conectadas à internet. A previsão é de que outras 42,5 mil tenham acesso à tecnologia até 2010.

Todas as escolas públicas urbanas de ensino médio já têm laboratórios de informática com banda larga. Até 2010, todas as escolas públicas urbanas de ensino fundamental estarão equipadas para usar os computadores e a internet como instrumentos de aprendizagem. A meta abrange também as escolas públicas rurais de ensino fundamental com mais de 50 alunos.

Para o uso didático-pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas, foram capacitados 300 mil professores e gestores em 2009, em cursos de formação continuada de introdução ou de aperfeiçoamento à educação digital. A expectativa para 2010 é formar mais 250 mil.

MEC

i. Salas de Recursos Multifuncionais

O programa apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. O objetivo é atender as especificidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. De 2005 a 2009, foram adquiridas 15,5 mil salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado. E em 2010 serão adquiridas mais 5 mil.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao assumir a responsabilidade das ações de alfabetização articuladas com a educação de jovens e adultos, a União, por meio do Ministério da Educação, rompe com a tradição de campanhas alfabetizadoras assistenciais e/ou não governamentais, e rompe também com a falsa oposição entre alfabetização e educação de jovens e adultos – EJA. Concomitantemente, ao criar o Fundeb, inclui a modalidade de EJA no financiamento da educação básica e incorpora o Programa Brasil Alfabetizado – PBA no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Criado em 2003, o PBA é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, e tem como objetivos: criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental na idade adequada; promover com qualidade o acesso à educação de jovens e adultos e sua continuidade no processo educativo; mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de educação de jovens e adultos; e qualificar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos (livros didáticos e material de leitura).

Os focos prioritários do programa são os 1.928 municípios com taxa de analfabetismo absoluto superior a 25%, as capitais e as grandes cidades.

Em 2008, 2.837 municípios foram apoiados com turmas de alfabetização e com a distribuição de 1,7 milhão de livros didáticos, atendendo 1,4 milhão de alfabetizandos.

O Programa Brasil Alfabetizado atendeu, no ciclo de 2009, aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e, em parceria com mais de 1.300 entidades, cobriu 3.894 municípios brasileiros. Foram distribuídos 2,9 milhões de livros didáticos para esse ciclo.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Governo Federal lançou em 2009 o primeiro Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. A intenção é formar, nos próximos cinco anos, mais de 400 mil professores que atuam na educação básica e que ainda não possuem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996. De acordo com o Censo Escolar de 2007, cerca de 700 mil professores em exercício na educação básica pública não possuem graduação, atuam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram ou são bacharéis sem licenciatura.

Na primeira etapa do plano, já são 90 instituições de educação superior – entre universidades e institutos federais e universidades estaduais e comunitárias – envolvidas na oferta de cursos. Os cursos serão oferecidos tanto na modalidade presencial como a distância.

As primeiras turmas começaram no segundo semestre de 2009, totalizando 57,8 mil vagas, com 97,6 mil professores pré-inscritos num sistema informatizado de gestão, denominado Plataforma Freire. Para 2010 estão previstas 180 mil novas vagas, das quais 83,7 mil estão sendo ofertadas no primeiro semestre, com 102,6 mil professores pré-inscritos.

O plano consolida a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755/2009, com a finalidade de organizar a formação inicial e continuada da educação básica, em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, por meio da elaboração dos planos estratégicos estaduais, coordenados pelos fóruns permanentes de apoio à formação docente.

Integrando as ações de formação de docentes, o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio da educação a distância para os professores e profissionais da educação básica da rede pública. A UAB também objetiva reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior.

Para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, a UAB conta com polos de apoio, nos quais os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. A meta é que nenhum professor esteja a mais de 80 Km de um centro de formação federal.

Outra proposta da UAB é formar professores e profissionais de educação nas áreas da diversidade, disseminando e desenvolvendo metodologias educacionais de inserção de temas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnicorraciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade.

Atualmente, a UAB é composta por 48 universidades federais, 25 estaduais e 15 institutos federais de educação que oferecem 411 cursos de graduação e 211 de especialização em 557 polos de apoio presencial em todo o país. No final de 2009, a UAB atingiu mais de 178,4 mil vagas abertas. A previsão para 2010 é atingir cerca de 324 mil vagas.

No contexto de formação continuada de professores, destacam-se o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Letramento e o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II, para as séries finais. Em 2009 o Pró-Letramento atendeu 172.941 cursistas e o Gestar II 121.340 cursistas.

Complementando as ações de valorização do magistério público da educação básica, todos os professores serão beneficiados pela entrada em vigor do piso salarial nacional. É a primeira categoria a ter um piso salarial previsto na Constituição Federal (ADCT art. 60, III, e), beneficiando, além de professores, diretores e coordenadores pedagógicos. A Lei nº 11.738/2008 definiu o piso salarial no valor de R\$ 950,00, devendo estar integralizado em 2010 e ser observado por todos os estados e municípios.



ODM 2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

META 3

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.

META 3A

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente da cor, raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 6

Taxa líquida de matrícula no ensino primário.

INDICADOR 7

Proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º.

INDICADOR 8

Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 7 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, segundo sexo e cor/raça – Brasil e grandes regiões.

INDICADOR B

Taxa de frequência líquida das pessoas de 7 a 17 anos de idade, segundo os quintis de rendimento familiar mensal per capita.

INDICADOR C

Proporção de pessoas de 11 e 12 anos que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental e pessoas de 18 anos que concluíram este nível de ensino.

INDICADOR D

Índice de adequação idade-anos de escolaridade, da população de 9 a 16 anos – Brasil e grandes regiões.

INDICADOR E

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, segundo sexo, cor/raça e situação do domicílio – Brasil e grandes regiões.

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

1 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PDE

- a. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
- b. Plano de Ações Articuladas – PAR
- c. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola

2 – ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

3 – AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

- a. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB
- b. Prova Brasil
- c. Provinha Brasil

4 – APOIO AO ALUNO E À ESCOLA

- a. Obrigatoriedade do Ensino dos 4 aos 17 Anos
- b. Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade (Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família)
- c. Programa do Livro
- d. Programa Transporte Escolar
- e. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
- f. Programa Proinfância
- g. Programa Mais Educação
- h. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo
- i. Salas de Recursos Multifuncionais

5 – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

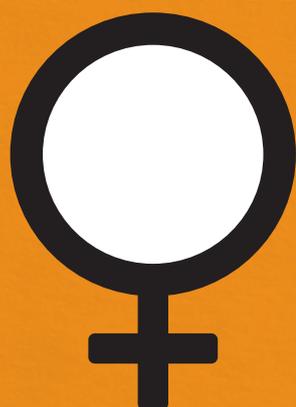
6 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA





3

**PROMOVER A IGUALDADE
ENTRE OS SEXOS E A
AUTONOMIA DAS MULHERES**



a. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Resultado da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem como objetivo dar continuidade aos compromissos assumidos pelo governo federal em relação à promoção dos direitos das mulheres e ao enfrentamento das desigualdades de gênero e raça/etnia. Lançado em 2008, o plano conta com um orçamento de R\$ 17 bilhões, a serem investidos por 22 órgãos no período de 2008 a 2011, para a implementação de 388 ações distribuídas em 11 áreas temáticas:

1. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
2. Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica;
3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
5. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
6. Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
7. Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
8. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
9. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
10. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas;
11. Gestão e monitoramento do plano.

Monitorar a implementação do plano e garantir transparência e controle social sobre as ações governamentais são atribuições do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O comitê reúne todos os órgãos responsáveis pela execução de ações do plano, além de representantes da sociedade civil e de governos estaduais e municipais.

É importante mencionar que o governo federal vem envidando esforços no sentido de estimular a formulação de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, de modo a ampliar o alcance do II PNPM, fazendo com que suas ações cheguem realmente às suas destinatárias finais. Os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul já lançaram seus planos estaduais, elaborados a partir das diretrizes do plano nacional. Além disso, o governo federal apoiou, em 2009, a construção de seis novos planos estaduais de políticas para as mulheres (Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo), os quais deverão ser lançados em 2010.

b. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Foi lançado, em 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, no período de 2008-2011. Parte da Agenda Social, o Pacto Nacional tem por finalidade atuar na prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, tendo sido estruturado em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Em função das especificidades de cada grupo social, da discriminação a que estão submetidas e de sua maior vulnerabilidade, o pacto tem conferido atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas durante todo o processo de planejamento e execução das ações. Sua implementação já foi pactuada com 24 estados de todas as regiões do país desde 2007.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do pacto, vale destacar:

- a. Lançamento do Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha. Com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, o Observatório tem por objetivo monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha junto ao Judiciário, ao Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no país quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres.
- b. Ampliação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. O país contava, até 2009, com 421 delegacias ou postos especializados de atendimento à mulher, 146 centros de referência de atendimento à mulher e 68 casas-abrigo, além de 43 núcleos de atendimento especializado nas defensorias públicas e 69 juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher e varas criminais adaptadas. Em relação a 2003, houve um aumento de 23,8% no número de delegacias especializadas, de 54,5% no de casas-abrigo e de 228,6% no de centros de referência.
- c. Realização da Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lançada em 2008, com o slogan *Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta*.
- d. Implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres. Os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém, que propõe medidas de combate ao tráfico de

seres humanos na fronteira entre os dois países. Foi criado, também, em novembro de 2009, o Centro Trinacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e Argentina e com a prefeitura de Foz do Iguaçu;

- e. Realização do Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão. O mutirão consiste na montagem, pelas defensorias públicas, de equipes dentro das unidades prisionais para fazer uma análise dos processos de cada mulher, acompanhar as condições de encarceramento e analisar eventual concessão de benefícios a que elas tenham direito. Dezoito unidades da Federação já firmaram parcerias para o desenvolvimento dessas iniciativas.

SPM

c. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 tem por objetivo receber denúncias e relatos de violência e reclamações sobre os serviços da rede, além de orientar as mulheres sobre seus direitos, encaminhando-as para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, quando necessário. Lançada em 2006, a central funciona por meio do número 180, caracterizado como de utilidade pública de emergência, podendo ser acessado gratuitamente de qualquer terminal telefônico (móvel ou fixo, particular ou público) todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados, em qualquer horário. Representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações essenciais para subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Desde sua criação, a central já realizou cerca de 940 mil atendimentos a mulheres de todo o país, tendo sido contabilizado um crescimento de quase 800% no total de atendimentos anuais realizados no período 2006-2009. É importante destacar que esse grande aumento se deve à promulgação da Lei Maria da Penha, ao lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, às melhorias tecnológicas da central, à capacitação de atendentes e à contínua divulgação do serviço.

O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela central revela: 61,2% foram de violência física e 27,5% de violência psicológica; 93% das denúncias são feitas pela própria vítima; 78% das vítimas sofrem crimes de lesão corporal leve e ameaça; 50% dos agressores são os cônjuges das vítimas; 77% das vítimas possuem até dois filhos; 69% das vítimas sofrem as agressões diariamente; 39% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 34% das vítimas se percebem em risco de morte; e 33% das vítimas apresentam tempo de relação com o agressor superior a 10 anos.

d. Programa Gênero e Diversidade na Escola

O Programa Gênero e Diversidade na Escola foi lançado, em 2006, em parceria com o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – CLAM/UFRJ e o Conselho Britânico. Criado com o objetivo de capacitar profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações etnoraciais e orientação sexual, o programa integra a Universidade Aberta do Brasil e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero. O governo federal já capacitou cerca de 15 mil profissionais da educação, do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública, considerando-se tanto a etapa piloto do programa quanto os convênios firmados com 20 universidades federais e estaduais selecionadas em 2008. A meta prevista para 2010 é de mais 15.500 profissionais capacitados a partir dos cursos já ofertados pelas universidades conveniadas.

e. Programa Mulher e Ciência

O Programa Mulher e Ciência, desenvolvido com o Unifem, tem por finalidade estimular a produção científica e a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país, contemplando suas intercessões com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. O programa é desenvolvido a partir de três eixos centrais:

Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: compreende um concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação, graduados, especialistas, mestres e estudantes de doutorado. O prêmio está em sua quinta edição e, ao longo dos últimos três anos (2007 a 2009), foram inscritos 7.066 trabalhos, sendo 1.764 artigos científicos e 5.190 redações, com o significativo aumento de 148% de trabalho inscritos no período. Os vencedores recebem equipamentos de informática, prêmios em dinheiro e bolsas de iniciação científica ou de mestrado/doutorado, conforme a categoria.

Edital de Pesquisa do CNPq na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos: já foram realizadas duas edições e a última, em 2008, recebeu a inscrição de 364 projetos de pesquisadoras/es de todos os estados do país, à exceção de Tocantins, tendo sido aprovadas 173 propostas, proporcionalmente distribuídas entre todas as regiões do país.

Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos: em 2009, foi realizado o II Encontro, que reuniu mais de 150 núcleos e grupos para discutir o tema Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país.

SPM - PR

f. Programa Pró-Equidade de Gênero

O Programa Pró-Equidade de Gênero, desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT e o Unifem, tem o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Originalmente destinado apenas às empresas do setor público, o programa foi ampliado também para as empresas do setor privado, a partir de 2007, quando foi lançada sua segunda edição. Nas primeiras edições, o programa contou com a adesão de 54 empresas públicas e privadas, sendo que 34 delas foram premiadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero pelo cumprimento de todas as etapas do plano de ação durante o período de um ano. Na terceira edição (biênio 2009/2010), 84 organizações dos setores público e privado aderiram ao programa, e a entrega do selo ocorrerá em 2011.

SPM - PR

g. Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres

O programa foi lançado em 2007, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW. Seu objetivo é estimular o empreendedorismo feminino, com apoio às mulheres na criação e no desenvolvimento de seus próprios negócios. A partir de diagnósticos realizados nos municípios onde está sendo implantado, vêm sendo desenvolvidas ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentabilidade dos negócios.

Constituem o público-alvo do programa tanto as mulheres identificadas como dotadas de capacidade empreendedora para criar novos negócios, e/ou manter os existentes, quanto as pobres e extremamente pobres, em situação de risco social e vulnerabilidade, e que estejam inscritas nos programas de inclusão social, bem como sua rede familiar. Entre 2007 e 2009, o programa foi implantado nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Pará e Pernambuco. Já foram atendidas 3.600 mulheres, com previsão de atender mais 2.200 em 2010.

SPM - PR

h. Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres

O Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres vem sendo implementado pela SPM/PR desde 2008 com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo

artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs e contemplem a perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. É desenvolvido a partir da qualificação social e profissional de mulheres, direcionada à produção artesanal em localidades turísticas no âmbito da economia solidária, da sustentabilidade ambiental, da valorização do trabalho feminino e das culturas locais.

O programa, que está vinculado ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e às ações de combate ao turismo sexual, visa à emissão de um selo de origem para certificar os produtos artesanais produzidos pelas mulheres. Ao lado da identificação de cada artesão e das informações a respeito de cada produto, estará a certificação de que as peças foram produzidas de acordo com os princípios da igualdade de gênero e do comércio justo e solidário.

O estado de Tocantins foi o primeiro a receber o programa e tem como meta o atendimento de 4.500 mulheres em 13 municípios no período de 2008 a 2010. Em 2009, o programa foi implementado nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cujas ações terão continuidade em 2010.

SPM - PR

i. Programa Mulheres Construindo a Autonomia

O Programa Mulheres Construindo a Autonomia é uma iniciativa em parceria com a OIT que tem como objetivos: a) contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento e valorização do trabalho da construção civil para mulheres; b) promover a inclusão social, a autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e violência doméstica, ampliando as possibilidades de trabalho e renda; e c) reduzir a desigualdade e a discriminação de gênero no mundo do trabalho, desenvolvendo novos conhecimentos e campo de atuação das mulheres.

O programa se desenvolve a partir da capacitação profissional de mulheres para o desenvolvimento de habilidades, aptidões e saberes teóricos e práticos na área da construção civil (pedreiras, pintoras, carpinteiras, encanadoras, azulejistas, ceramistas, assentadoras de tijolos, mestres de obras). Além dos tópicos específicos da construção civil, são tratados temas como linguagem e cultura não-discriminatória, poder e participação das mulheres, trabalho decente, cidadania, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho.

Tem como prioridade atender mulheres pobres, negras, com baixa renda, pouca escolaridade, em situação de risco socioeconômico e vulneráveis à violência doméstica. Já foram identificados 12 municípios como áreas prioritárias para implementação do programa – que começou em 2009 – nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Mato Grosso e Acre.

j. Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais

Lançado em 2008, tem por finalidade implementar políticas públicas de forma integrada, no contexto do desenvolvimento rural sustentável, que fortaleçam as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover sua autonomia econômica, valorizando os princípios da economia solidária e feminista.

A meta é construir uma rede nacional de mulheres qualificadas para colaboração no fortalecimento das organizações produtivas de agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aquicultoras familiares, indígenas e quilombolas. A maior parte das participantes reside em municípios atendidos pelo Programa Territórios da Cidadania.

Desde seu lançamento, foram realizados cursos de capacitação em políticas públicas para organizações produtivas de mulheres rurais, nos seguintes municípios: Natal/RN, Salvador/BA, Maceió/AL, Rio Branco/AC, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Cuiabá/MT e Goiânia/GO.

SPM - PR

k. Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico

A Lei nº 11.324/2006, que alterou artigos da Lei nº 5.859/1972, ampliou os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, que passaram a ter direito a férias de 30 dias e aos feriados civis e religiosos, estabilidade para gestantes, além da proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. A lei também incentiva a formalização do vínculo de emprego doméstico por meio da autorização, até o exercício de 2010 (ano-calendário 2011), de dedução para fins de imposto de renda da contribuição patronal paga à Previdência Social. Essa dedução é garantida sobre o valor do recolhimento referente a um salário mínimo mensal de um doméstico, incluindo a parcela de 13º salário e um terço de férias.

SPM - PR

l. Ampliação da Licença-Maternidade

Em 2008, foi promulgada a Lei nº 11.770/2008, que instituiu o Programa Empresa Cidadã, destinado a ampliar a licença-maternidade de quatro para seis meses. A prorrogação do benefício é facultativa e atende à administração pública direta, indireta e fundacional e à iniciativa privada. O governo federal já ampliou a licença para suas servidoras, assim como diversos governos estaduais e municipais. No âmbito do setor privado, a lei propõe a adesão privada ao programa mediante concessão de incentivo fiscal. A empresa poderá abater do imposto de renda os dois meses de licença extra pagos à trabalhadora.

Durante o período de prorrogação da licença, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral da previdência social. O benefício é estendido também às empregadas que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança.

SPM - PR

m. Campanha Mais Mulheres no Poder

Nos últimos dois anos foram desenvolvidas diversas ações voltadas para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Cabe destacar a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres, com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política. Integram o Fórum representantes de instâncias de mulheres de 16 partidos políticos das mais diversas tendências ideológicas.

Como resultado desse trabalho, foi lançada, em agosto de 2008, a campanha *Mais Mulheres no Poder. Eu assumo esse compromisso!*, que se propõe a ser um instrumento permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade, por meio de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II PNPM. Promovida em parceria com o CNDM e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, um dos objetivos da campanha em sua primeira fase foi a eleição de mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais.

Nessa primeira etapa, foi lançada uma plataforma eleitoral que elenca políticas a serem incorporadas nas plataformas de candidatas e candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade. Foram criadas chamadas de rádio que destacam a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, e colocado no ar o sítio www.maismulheresnoperbrasil.com.br, que reúne informações e dados sobre as eleições de 2008.

Em 2009, a segunda etapa da campanha incorporou outras áreas de informação, como o Poder Judiciário e empresas e sociedade civil, que passaram a ser objeto de informações disponibilizadas no sítio da campanha, além do debate sobre a reforma política.

SPM - PR

n. Revisão da Legislação Eleitoral

A Lei nº 12.034/2009, aprovada no Congresso Nacional, é resultado do trabalho da Comissão Tripartite para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece as normas para as eleições. A partir de uma estreita articulação com a bancada feminina no Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres junto aos parlamentares, a lei altera a legislação eleitoral e avança em alguns pontos no tema da ampliação da participação das mulheres na política.

Entre as principais mudanças, cabe destacar: i) a obrigatoriedade de que cada partido ou coligação preencha – e não mais reserve – o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; ii) a previsão de aplicação dos recursos partidários na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total. O partido que não cumprir essa determinação deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa; iii) a propaganda partidária gratuita deverá também promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

SPM - PR

o. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero é uma iniciativa da SPM/PR que, em parceria com outras instituições públicas e com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, pretende dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. O conteúdo, disponibilizado pelo sítio www.observatoriodegenero.gov.br, destina-se aos gestores públicos, aos representantes políticos, a autoridades de partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos e organizações da sociedade civil e em particular aos movimentos e organizações feministas e de mulheres, assim como aos centros de produção de conhecimento e às universidades.

O observatório surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL de criação de um observatório de gênero para América Latina e Caribe como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres, com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero desenvolve seu monitoramento em torno desses grandes eixos: indicadores, políticas públicas, legislação e Legislativo; comunicação e mídia; e internacional. Em seu primeiro ano de funcionamento – março de 2009 a março de 2010 – o monitoramento tem como foco temático “mulheres, poder e decisão”. Entre as atividades realizadas nesse marco, cabe ressaltar a criação de um grupo de trabalho que analisou os impactos da crise financeira mundial sobre a vida das mulheres, tendo sido publicado, em 2009, o livro “Impactos da crise sobre as mulheres”.

p. Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo

O Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo foi instituído em 2008, com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise de informações. Entre suas atribuições, estão: i) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e raça/etnia e uso do tempo; ii) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; iii) construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque de gênero e do uso do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos institutos de pesquisas e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; iv) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiências nessas áreas temáticas; e v) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análises de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero.

O comitê é composto por representantes da SPM/PR, que o coordena, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. São convidados permanentes do comitê o Unifem e a OIT.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do comitê, é importante destacar:

- a realização de uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero desenvolvida pelo IBGE, no âmbito do teste da PNAD Contínua, que foi desenvolvido no segundo semestre de 2009. A partir dos resultados desse piloto, a pesquisa será inserida no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em 2011.
- a realização de um suplemento sobre vitimização na PNAD 2009, que trará informações de grande relevância para o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres.
- a realização, no segundo semestre de 2009, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, do IBGE, que trouxe, de forma inédita, um bloco específico sobre a gestão da política de gênero que permitirá construir um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, dos organismos executivos de políticas para as mulheres e dos conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos municípios brasileiros;
- o mapeamento das informações produzidas pelo IBGE e dos registros administrativos de alguns órgãos governamentais, com o objetivo de identificar a forma como as dimensões de gênero e raça vêm sendo tratadas nesses registros e de como podem ser aprimoradas.

MDA

q. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR assegura às mulheres rurais, de forma gratuita, acesso a documentos civis e trabalhistas, e promove ações educativas, atendendo acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas. Em 2009, foram realizados 741 mutirões de documentação, abrangendo 764 municípios, e emitidos mais de 403 mil documentos, que asseguram para mais de 177 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas governamentais. Também em 2009, o programa começou a implantar 22 unidades móveis de atendimento, conhecidas como Expresso Cidadã, que são ônibus adaptados com equipamentos para ampliar e agilizar a rede de serviços de emissão de documentos civis e trabalhistas.

MDA

r. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher

O Pronaf Mulher é uma linha de crédito específica do Pronaf voltada às mulheres rurais, que também promove a capacitação de trabalhadoras rurais, gestores e agentes financeiros. Os resultados já podem ser verificados na evolução do número e no montante de recursos discriminados por sexo. Considerando a série histórica de 2003 a 2008, foram celebrados 35.697 contratos, representando um volume de mais de R\$ 247,2 milhões emprestados. Na safra 2009/2010, foi ampliado, de um para três, o número de linhas de crédito para mulheres agricultoras.

MDA

s. Assistência Técnica e Extensão Rural para Trabalhadoras Rurais

O Programa Assistência Técnica e Extensão Rural contempla a dimensão de gênero nos conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados, com orientações metodológicas, além de critérios para a alocação de recursos por meio da ação Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais. O programa busca reconhecer as mulheres como sujeitos sociais, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de sua contribuição nas atividades agrícolas e não-agrícolas, na conservação da biodiversidade, na geração de renda e agregação de valor na unidade familiar e organização coletiva da produção de mulheres trabalhadoras rurais.

Os projetos são selecionados por meio de chamadas públicas específicas. Em 2009, foram viabilizados 41 projetos, que beneficiaram 28 mil mulheres, em 13 estados, com investimento de R\$ 4 milhões.

t. Medidas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Em 2009, o Brasil, em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, realizou um amplo conjunto de ações, destacando-se:

- a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em parceria com os países membros e associados do Mercosul, e da Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- a assinatura do Protocolo de Intenções entre a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ e o International Centre for Migration Policy Development – ICMPD, com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal.
- a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NEPT e dos Postos Avançados. Como resultado da intensa discussão promovida pelo governo federal junto aos parceiros locais, foi publicada a Portaria nº 31, de 20 de agosto de 2009, que estabelece as diretrizes orientadoras da atuação desses organismos. Com o desenvolvimento dos NEPT, vários estados já implementaram ações de enfrentamento, entre os quais podem ser citados os exemplos de Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.
- a aprovação, pelos governos do Brasil e do Suriname, em maio de 2009, da Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira dos países.
- o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, levando em conta a estruturação e adaptação dos serviços para o tratamento diferenciado às mulheres vítimas do tráfico de pessoas.
- a capacitação das profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: mais de três mil profissionais e 10 mil multiplicadoras foram capacitados na temática de tráfico de mulheres. Em dezembro de 2009, todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher foram sensibilizadas no tema e podem, hoje, encaminhar denúncias diretamente à Polícia Federal, além de prestar informações sobre tráfico e exploração sexual.

ODM 3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

META 4

Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 9

Razão entre meninos e meninas no ensino básico, médio e superior

INDICADOR 10

Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos

INDICADOR 11

Porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola

INDICADOR 12

Proporção de mulheres exercendo mandatos no Parlamento Nacional

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Proporção de mulheres ocupadas no setor agrícola sem rendimento, por grandes regiões

INDICADOR B

taxa de defasagem escolar entre os estudantes de 7 a 17 anos de idade, por sexo e cor/raça

INDICADOR C

Taxa de participação por sexo e cor/raça

INDICADOR D

Distribuição da população ocupada por sexo e cor/raça, segundo a posição na ocupação

INDICADOR E

Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, por cor/raça

INDICADOR F

Proporção da população ocupada que contribui para a Previdência

Social, por sexo e cor/raça

INDICADOR G

Relação entre o rendimento-hora da população ocupada, por sexo, cor/raça e anos de estudo

INDICADOR H

Proporção de mulheres eleitas senadoras e deputadas federais em relação ao total de eleitos

INDICADOR I

Distribuição dos cargos de DAS, segundo sexo

INDICADOR J

Número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

INDICADOR K

Número de ocorrências de delitos por DEAM

INDICADOR L

Mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas, por grandes regiões

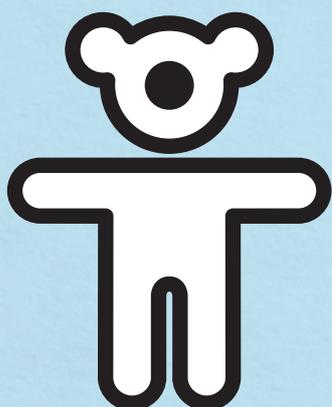
PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

- a. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM
- b. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- c. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
- d. Programa Gênero e Diversidade na Escola
- e. Programa Mulher e Ciência
- f. Programa Pró-Equidade de Gênero
- g. Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres
- h. Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres
- i. Programa Mulheres Construindo a Autonomia
- j. Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais
- k. Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico
- l. Ampliação da Licença-Maternidade
- m. Campanha Mais Mulheres no Poder
- n. Revisão da Legislação Eleitoral
- o. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
- p. Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo
- q. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR
- r. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher
- s. Assistência Técnica e Extensão Rural para Trabalhadoras Rurais
- t. Medidas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



4

**REDUZIR A
MORTALIDADE
NA INFÂNCIA**



A redução da mortalidade na infância observada no Brasil a partir de 1990 é resultante de um conjunto de fatores: i) os determinantes sociais da saúde apresentados nos ODM 1 e 2, relacionados à melhoria na distribuição da renda, na redução da pobreza e na melhoria da educação das mães; ii) a mudança do padrão de fecundidade, com grande redução no número médio de filhos por mulher, levando a um melhor cuidado das crianças por parte das mães; e iii) políticas de saúde implantadas no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS, com destaque para a expansão da Estratégia Saúde da Família e para as ações voltadas para a saúde da mulher e da criança.

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito a toda a população do país.

Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado em 1988 pela Constituição Federal. Além de oferecer consultas, exames e internações, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária – como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos –, atingindo, assim, a vida de cada um dos brasileiros. O SUS é constituído pelo conjunto de unidades públicas de saúde das três esferas de governo que prestam serviços em todo o território nacional, organizadas em redes regionalizadas e hierarquizadas, contando com direção única de um gestor público em cada esfera de governo.

Dessa forma, é importante ressaltar que todas as iniciativas de governo detalhadas neste relatório estão lastreadas no SUS e seus princípios. A seguir, serão destacadas as principais políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da criança e que vêm contribuindo para a redução da mortalidade na infância no Brasil.

MS

a. Estratégia Saúde da Família – ESF

A Estratégia Saúde da Família – ESF faz parte do processo de reorientação do modelo de atenção à saúde e implementa ações de promoção, prevenção e reabilitação previstas na atenção básica. Essas ações integram programas de governo de caráter intersetorial e prioritários para a consecução de resultados que gerem transformação social, inclusive com repasse diferenciado de recursos para populações específicas.

A ESF prioriza determinadas ações de saúde, como a atenção à saúde da mulher (com foco na prevenção do câncer do colo do útero, diagnóstico precoce dos cânceres ginecológicos, planejamento reprodutivo e realização de acompanhamento pré-natal), atenção à saúde da criança (puericultura e amamentação), atenção à saúde do idoso, atenção às pessoas portadoras de doenças crônicas, atendimento domiciliar para pessoas com algum tipo de restrição de locomoção ou acamadas e atendimento a urgências.

A Estratégia Saúde da Família teve um aumento de cerca de 10 milhões no que se refere à população coberta entre 2006 e 2009. A tabela a seguir apresenta os números do Saúde da Família em 2009:

	Número implantado	População coberta (milhar)	População coberta (%)
Agentes comunitários de saúde	234.767	115.426	61
Equipes de saúde da família	30.298	96.141	51
Equipes de saúde bucal	18.892	91.352	48

Fonte: Departamento de Atenção Básica, Ministério da Saúde.

MS

b. Políticas e Ações Voltadas para a Atenção à Saúde da Criança

As ações estratégicas em saúde da criança visam à atenção integral à saúde da criança de zero a 10 anos de idade. Nos estados e municípios, são estimuladas e apoiadas estratégias que reduzam a mortalidade de crianças, em especial a infantil e neonatal, e que promovam a saúde integral da criança. As linhas de cuidado prioritárias estabelecidas são descritas a seguir.

- distribuição da Caderneta de Saúde da Criança – Passaporte da Cidadania a todas as crianças nascidas no território nacional, como ferramenta de estreitamento do vínculo da criança e da família com os serviços de saúde.
- articulação da rede de unidades neonatais de maternidades públicas secundárias e terciárias localizadas nos estados do Norte e Nordeste (Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal);
- estímulo à implementação do Método Canguru, que propõe a humanização da assistência neonatal baseada no acolhimento ao bebê e sua família, respeito às singularidades, promoção do contato pele a pele e envolvimento da família nos cuidados com o bebê. Em 2009, foram formados 140 tutores estaduais no Método Canguru, que no primeiro semestre de 2010 capacitarão cerca de 810 tutores nos estados, para estimularem a implementação do método nas maternidades com unidade de terapia intensiva neonatal.
- capacitação de 148 pediatras em reanimação neonatal e formação de 70 multiplicadores em atenção integrada às doenças prevalentes na infância neonatal no Nordeste e Amazônia Legal.
- capacitação, em 2008 e 2009, de 720 tutores estaduais, com o envolvimento de 340 unidades básicas de saúde e a participação de 4.600 profissionais, para fortalecimento da Rede Amamenta Brasil, estratégia de promoção do aleitamento materno na atenção básica.
- capacitação de profissionais, credenciamento de novos avaliadores e cursos de sensibilização para 400 gestores de hospitais do Nordeste e Amazônia Legal, para fomento à iniciativa Hospital Amigo da Criança, que em 2009 possuía 327 hospitais credenciados.
- manutenção da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, composta em 2009 por 197 unidades.
- monitoramento das taxas de aleitamento materno, como uma das maneiras de se avaliar o impacto das ações de promoção, proteção e apoio desenvolvidas. Em agosto de 2008 foram investigadas cerca de 120.000 crianças menores de um ano, residentes em 266 municípios brasileiros.

MS

c. Vigilância da Mortalidade Infantil e Fetal

A iniciativa possibilita a adoção de medidas para a prevenção de óbitos evitáveis pelos serviços de saúde. A mobilização das equipes de saúde para a identificação do óbito infantil e fetal, a qualificação das informações, a investigação e análise de evitabilidade dos óbitos e a identificação das medidas necessárias para prevenção de novas ocorrências são ações que devem ser estimuladas. As principais ações desenvolvidas nos últimos anos foram:

- aprimoramento do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM, com funcionalidades que permitem inserir os resultados das investigações dos óbitos infantis por meio da ficha-síntese de investigação. Os principais avanços do sistema foram o aumento da cobertura e a melhoria da qualidade das informações acerca das causas de óbitos, com grande redução do registro de óbitos com causas mal definidas.
- implementação da vigilância dos óbitos infantis: foi realizada a normatização, com intuito de institucionalizar e definir fluxos e prazos para a investigação dos óbitos infantis e fetais; foram elaborados o manual de vigilância de óbitos infantis, os formulários para investigação nos serviços de saúde e no domicílio, e foram instituídos comitês de mortalidade infantil. Ferramenta importante é a autópsia verbal, que possibilita definir causas de óbitos de crianças que não tiveram assistência médica.

MS

d. Programa Nacional de Imunização - PNI

A maneira mais eficaz de se prevenir diversas doenças, como poliomielite (paralisia infantil), tuberculose, rubéola e febre amarela, entre outras, é a vacinação. Os impactos positivos das ações do Programa Nacional de Imunizações fizeram com que, já em 1980, a estratégia dos Dias Nacionais de Vacinação contra a Poliomielite fosse recomendada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e adotada por diversos países no mundo.

Essa estratégia permitiu, também, que o Brasil não registrasse qualquer caso de poliomielite desde junho de 1989 e recebesse da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1994, o Certificado de Erradicação da Poliomielite.

Hoje, o PNI não está restrito às conquistas contra a pólio. Doenças que afligiam milhares de crianças brasileiras estão controladas: as formas graves de tuberculose, o tétano, a coqueluche, a difteria, a rubéola, a caxumba, entre outras, estão em franca redução.

Duas novas vacinas foram incluídas no calendário básico de vacinação disponível na rede pública: a pneumocócica 10-valente e a anti-meningococo C. A primeira protege contra a bactéria pneumococo, causadora de meningites e pneumonias pneumocócicas, sinusite, inflamação no ouvido e bacteremia, entre outras doenças. A segunda imuniza contra a doença meningocócica, que pode ser manifestar como inflamação nas membranas que revestem o cérebro (meningite) ou como infecção generalizada (meningococcemia). Em 2010, as novas vacinas serão aplicadas em crianças menores de dois anos e, a partir de 2011, as vacinas farão parte do calendário básico da criança específico para os menores de um ano. Essas novas vacinas, em especial a pneumocócica, terão impacto importante na redução das mortes na infância associadas às pneumonias.

MS

e. Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal - Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil

Em 2009, foi assumido um compromisso para acelerar a redução das desigualdades na região Nordeste e na Amazônia Legal. Um dos eixos desse compromisso é a redução da mortalidade infantil, principalmente do componente neonatal. O principal objetivo é reduzir em 5% ao ano, em 2009 e 2010, as taxas de mortalidade neonatal e infantil em 256 municípios prioritários. As principais causas de óbitos infantis evitáveis estão relacionadas à falta de atenção adequada ao recém-nascido (31,5%), à gestação (13,2%) e ao parto (10,8%).

A seguir, são detalhadas as linhas de ação diretamente relacionadas à redução da mortalidade na infância.

O eixo Qualificação da Atenção ao Pré-Natal, ao Parto e ao Recém-Nascido tem como objetivos a expansão do número de equipes da Estratégia Saúde da Família e de núcleos de apoio à saúde da família em municípios prioritários com vazios assistenciais, a ampliação de leitos de unidade de terapia intensiva e unidade de cuidados intermediários neonatais, a adequação dos espaços físicos de maternidades/hospitais de referência, atendendo aos requisitos de ambiência e humanização do parto e do nascimento, a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em municípios prioritários para o transporte seguro de gestantes e recém-nascidos, a ampliação da rede de bancos de leite humano, a implementação do Método Canguru em maternidades/hospitais de referência e a implantação de projeto-piloto de qualificação da atenção obstétrica e neonatal e da atenção ao recém-nascido em maternidades do Nordeste e da Amazônia Legal.

No eixo Educação em Saúde, são três os principais objetivos: qualificação de profissionais da saúde de maternidades/hospitais de referência em urgências e emergências obstétricas, com meta de qualificar, até o final de 2010, 1.000 médicos e enfermeiros de todo o país; qualificação de parteiras tradicionais; e qualificação dos profissionais da vigilância epidemiológica dos municípios prioritários e integrantes de comitês de mortalidade materna, infantil e fetal.

O eixo “Gestão da Informação” visa ao aumento de cobertura e qualidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Com relação à Vigilância dos Óbitos Fetais, Infantis e Maternos, serão desenvolvidas ações de vigilância epidemiológica dos óbitos fetais, infantis e maternos nas secretarias estaduais e municipais de saúde, além da revisão dos materiais normativos e instrumentos de investigação dos óbitos fetais, infantis e maternos, e da promoção de pesquisa de busca ativa de óbitos e nascimentos, que contribuirá para o aumento da cobertura do SIM e do Sinasc.

O Fortalecimento do Controle Social, Mobilização Social e Comunicação abrange ações de educação para o controle social, incluindo a redução da mortalidade infantil como tema para conselheiros de saúde e líderes comunitários, ações voltadas à redução da mortalidade infantil nas auditorias de gestão do SUS e o apoio à inclusão de ações voltadas à redução da mortalidade infantil nos planos de saúde de municípios.

A Produção de Conhecimentos e Pesquisas relaciona-se ao fomento de pesquisas no Nordeste e na Amazônia Legal sobre temas relacionados à mortalidade infantil e materna, assim como revisões sistemáticas sobre a efetividade de intervenções para a redução da mortalidade infantil em regiões marcadas pela pobreza e insuficiência da rede de atenção.



ODM 4

REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

META 5

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 13

Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos

INDICADOR 14

Taxa de mortalidade infantil

INDICADOR 15

Proporção de crianças de até um ano vacinadas contra o sarampo

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Mortalidade proporcional entre menores de um ano, segundo grupos de causas, Brasil e grandes regiões

INDICADOR B

Distribuição percentual dos óbitos infantis por grupos de idade (0 a 6 dias; 7 a 27 dias; 28 a 364 dias), por causas selecionadas, por grandes regiões e por cor/raça

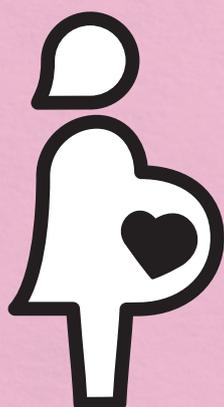
PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

- a. Estratégia Saúde da Família – ESF
- b. Políticas e Ações Voltadas para a Atenção à Saúde da Criança
- c. Vigilância da Mortalidade Infantil e Fetal
- d. Programa Nacional de Imunizações - PNI
- e. Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil



5

**MELHORAR A
SAÚDE MATERNA**



De acordo com os padrões propostos pela Organização Mundial da Saúde, a mortalidade materna inclui os óbitos por complicações ocorridas na gravidez, no parto e no puerpério devido à doença pré-existente ou que se instala durante a gestação.

O óbito de mulheres por complicações na gestação, aborto, parto e puerpério é evitável e passível de prevenção em 90% dos casos, por meio de medidas eficientes de assistência à saúde, que incluem desde o planejamento familiar até os cuidados pós-parto, passando por todo o processo gestacional.

O Sistema Único de Saúde – SUS abrange desde o atendimento pré-natal até a realização de partos em gravidez de alto risco, garantindo acesso integral, universal e gratuito a toda a população do país.

Dessa forma, as iniciativas de governo detalhadas neste relatório estão lastreadas no SUS e seus princípios. A seguir, serão destacadas as principais políticas e ações de saúde voltadas para a mulher, que vêm contribuindo para a melhoria da saúde materna no Brasil.

MS

a. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM, lançada em 2004, é fruto do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, desenvolvido pelo Ministério da Saúde desde 1984. A política tem como objetivos melhorar as condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil e ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no SUS.

No período 2007-2009, as principais ações realizadas na área da saúde da mulher incluem: realização da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e Redução da Cesárea Desnecessária; atualização do Manual da Gestação de Alto Risco; apoio à implantação e formação de comitês de mortalidade materna; apoio à implementação de redes de atendimento às mulheres vítimas de violência; elaboração do Manual de Atenção à Mulher no Climatério; realização do I Encontro Nacional de Mulheres com Anemia Falciforme; elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Lésbica, Gay, Bissexual e de Travestis; elaboração da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; e elaboração da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

MS

b. Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal promove a melhoria da atenção obstétrica e neonatal através da mobilização e da participação de gestores das três esferas de governo e da sociedade civil organizada em um amplo diálogo social que objetiva, entre outros, a promoção e o monitoramento das ações realizadas para a redução da mortalidade materna e neonatal. Atualmente, o pacto tem a adesão das 27 unidades federadas.

O pacto dispõe de uma Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação, composta por representantes do governo federal e da sociedade civil. Um dos principais objetivos da comissão é avaliar as ações realizadas pelos parceiros do pacto. Além disso, a comissão propõe estratégias de ação, diretrizes, instrumentos legais e princípios éticos que concretizem a implementação do pacto, acompanha as ações dos gestores nas três esferas de governo e divulga as ações desenvolvidas para a efetivação do pacto.

Em 2009, foi realizada a 13ª Reunião Plenária de Avaliação e Monitoramento do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que abordou os principais desafios a serem enfrentados pelo país, na área de saúde, para o alcance das metas do pacto. Um dos desafios discutidos foi a insuficiência de obstetras, pediatras e enfermeiros em municípios pequenos ou de difícil acesso geográfico. Para enfrentar esse desafio, foi lançado recentemente o programa Pró-Residência, que apóia a expansão de Programas de Residência Médica credenciados e a abertura de novos programas em especialidades e regiões prioritárias, definidas em comum acordo com gestores do SUS.

MS / MEC / MJ / MDA / MDS / SPM / SEPIR / SEDH

c. Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos

A Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos tem como principais eixos a ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis, os chamados não-cirúrgicos, o aumento do acesso à esterilização cirúrgica voluntária e a introdução da reprodução humana assistida no SUS, por meio da Portaria nº 426/05.

Desde 2007 os contraceptivos são distribuídos regularmente para estados e municípios. Estão incluídos no elenco os anticoncepcionais orais, injetáveis e de emergência, o diafragma, os anéis medidores, o dispositivo intra-uterino – DIU e os preservativos masculino e feminino.

No contexto da referida política foram elaboradas e distribuídas para todos os estados 1,5 milhões de exemplares da cartilha Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos e Métodos Contraceptivos. Em 2009 foi realizado o primeiro Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos da Pessoa com Deficiência, que debateu diretrizes para a atenção à saúde sexual e reprodutiva das pessoas com deficiência. Esse material será publicado no primeiro semestre de 2010.

MS

d. Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil

Em 2009 o governo federal assumiu um compromisso para acelerar a redução das desigualdades na região Nordeste e na Amazônia Legal. Um dos eixos desse compromisso é a redução da mortalidade infantil, principalmente do componente neonatal. As ações que serão realizadas para diminuir o óbito infantil terão consequências diretas na redução da mortalidade materna. Entre as principais causas dos óbitos infantis evitáveis estão as relacionadas à inadequada atenção à gestação (13,2%) e ao parto (10,8%). A seguir, são detalhadas as linhas de ação diretamente relacionadas à melhora da saúde materna.

No eixo de Qualificação da Atenção ao Pré-Natal, ao Parto e ao Recém-Nascido, entre as ações que vêm sendo desenvolvidas destacam-se a expansão do número de equipes da Estratégia Saúde da Família e de núcleos de apoio à saúde da família em municípios prioritários com vazios assistenciais; a adequação dos espaços físicos de maternidades/hospitais de referência, atendendo aos requisitos de ambiência e humanização do parto e do nascimento; a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em municípios prioritários, para o transporte seguro de gestantes e recém-nascidos; a implementação do Método Canguru em maternidades/hospitais de referência; e a implantação de projeto-piloto de qualificação da atenção obstétrica e neonatal e da atenção ao recém-nascido em maternidades do Nordeste e da Amazônia Legal.

No eixo Educação em Saúde, três ações principais serão desenvolvidas até o final de 2010: a qualificação de profissionais da saúde de maternidades/hospitais de referência em urgências e emergências obstétricas, com meta de qualificar, até o final de 2010, 1.000 médicos e enfermeiros de todo o país; a qualificação de parteiras tradicionais, observando-se que, em 2009, foram capacitadas 95 parteiras; e a qualificação dos profissionais da vigilância epidemiológica dos municípios prioritários e de 4.000 integrantes de comitês de mortalidade materna, infantil e fetal.

Com relação à Vigilância dos Óbitos Fetais, Infantis e Maternos, serão desenvolvidas ações de vigilância epidemiológica nas secretarias estaduais e municipais de saúde, além da revisão dos materiais normativos e instrumentos de investigação dos óbitos fetais, infantis e maternos, e da promoção de pesquisa de busca ativa de óbitos e nascimentos, que contribuirá para o aumento da cobertura do SIM e do Sinasc.

A Produção de Conhecimentos e Pesquisas relaciona-se ao fomento de pesquisas no Nordeste e na Amazônia Legal sobre temas relacionados à mortalidade infantil e materna, assim como revisões sistemáticas sobre a efetividade de intervenções para a redução da mortalidade infantil em regiões marcadas pela pobreza e insuficiência da rede de atenção.

MS

e. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 é um programa que tem como finalidade prestar o socorro à população em casos de emergência e que tem produzido impacto na redução da morbimortalidade por violências e acidentes.

O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população. No que se refere ao atendimento de urgências pediátricas e obstétricas, a implantação do SAMU representa uma mudança em relação às iniciativas anteriores, que ficavam restritas ao trauma e à ampliação dos leitos de UTI neonatal.

Nos serviços de atendimento móvel de urgência, comparando-se os anos de 2008 e 2009, o Brasil obteve um aumento de 3,96% na cobertura populacional, atingindo um total de 1.337 municípios, em que foram implantadas 1.111 ambulâncias de suporte básico e 299 de suporte avançado. A expectativa para 2010 é que haja uma expansão de, pelo menos, 40% na cobertura da população nacional.



ODM 5

MELHORAR A SAÚDE MATERNA

META 6

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a razão de mortalidade materna

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 16

Razão de mortalidade materna

INDICADOR 17

Proporção de partos assistidos por profissional de saúde qualificado (utilizado como *proxy* a proporção de partos hospitalares e profissionais)

META 6A

Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015

META 6B

Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas

INDICADOR B

Proporção de cobertura por consultas de pré-natal

INDICADOR C

Número de internações por aborto no SUS, por grandes regiões

INDICADOR D

Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos, segundo tipos selecionados de neoplasias

INDICADOR E

Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos por causas selecionadas

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

- a . Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM
- b . Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal
- c . Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos
- d . Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil
- e . Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU





6

**COMBATER O HIV/AIDS,
A MALÁRIA E
OUTRAS DOENÇAS**



O Brasil coleciona vitórias importantes na saúde coletiva, como a erradicação da poliomielite desde 1989, a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, a partir de 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo *T. infestans*. No conjunto, as doenças imunopreveníveis vêm tendo uma redução de casos e mortes de 153 mil para 1.268 casos e de 5.500 para 140 óbitos, desde 1980.

Em que pesem os avanços já obtidos no controle epidemiológico do país e o reconhecimento do programa brasileiro de combate à Aids, o combate a algumas doenças ainda é um desafio de saúde pública.

O conjunto de ações e serviços de saúde sob gestão pública constitui o Sistema Único de Saúde – SUS, no qual estão ancoradas as iniciativas do Poder Público, desde a realização de simples exames até a disponibilização de medicamentos e tratamentos específicos para as diversas doenças que acometem a população.

A seguir serão detalhadas as principais ações de saúde relacionadas a doenças como Aids, malária, tuberculose e hanseníase.

MS

a. Programa Nacional DST, Aids e Hepatites Virais

Por meio do programa são formuladas e implementadas políticas públicas para redução da incidência de doenças sexualmente transmissíveis – DST, HIV/Aids e hepatites virais, bem como redução da vulnerabilidade da população a esses agravos.

Considerando que o Brasil apresenta uma epidemia de Aids concentrada em determinados segmentos da população, têm sido empreendidas ações prioritárias para a população de homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo. Os dados epidemiológicos dos últimos anos levaram também ao desenvolvimento de ações específicas para a população de jovens, mulheres e pessoas com 50 e mais anos de idade.

Entre os principais resultados obtidos pela execução do programa em 2009 destacam-se a distribuição de 466,5 milhões de preservativos masculinos e de 2,06 milhões de preservativos femininos; a disponibilização de antirretrovirais para 197.000 pessoas com indicação de tratamento para Aids; a produção nacional da versão genérica do antirretroviral Efavirenz; a ampliação da oferta de testes rápidos para 1,9 milhão; a implantação de testes rápidos para HIV e sífilis em 100% dos distritos indígenas; a

ampliação da testagem de 69% para 95% da sífilis em gestantes; o apoio a 125 projetos de organizações governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de ações de prevenção às DSTs e ao HIV/Aids entre populações mais vulneráveis; a implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas em 489 municípios, do Plano de Redução da Transmissão Vertical do HIV e Sífilis, do Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre a população de gays, homens que fazem sexo com homens e travestis; e do Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST.

MS

b. Programa Nacional de Controle da Malária - PNCM

O Programa Nacional de Controle da Malária – PNCM visa a redução da letalidade e gravidade dos casos da doença, a redução de sua incidência, a eliminação de sua transmissão em áreas urbanas e a manutenção da ausência da doença em locais onde a transmissão já foi interrompida. Para o alcance desses objetivos são utilizadas várias estratégias, dentre as quais se destacam a busca do diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado dos casos identificados, além de medidas específicas de controle do mosquito transmissor.

A política nacional de tratamento da malária orienta a terapêutica e disponibiliza os medicamentos antimaláricos utilizados em todo o território nacional, em unidades do SUS. O conhecimento vigente sobre o arsenal terapêutico da malária e sua aplicabilidade são constantemente revisados no âmbito do PNCM.

O manejo da informação epidemiológica e a consolidação de uma rotina de trabalho são essenciais para a obtenção de dados robustos sobre os parâmetros que devem ser monitorados a fim de subsidiar a tomada de decisões. Essa proposta demanda um esforço dos serviços para fortalecer a capacidade de gerar e registrar informações padronizadas que possam orientar as decisões tomadas pelo nível local e pelas instâncias superiores.

A articulação com a atenção primária, através da estratégia da saúde da família e pelos agentes comunitários, é de suma importância para expandir o acesso ao diagnóstico e tratamento precoce dos casos de malária. A proposta é a concentração dos recursos disponíveis nos focos e localidades onde o impacto epidemiológico seja maior.

A implementação dessa estratégia pelo PNCM tem possibilitado o uso mais eficiente dos recursos disponíveis, baseado nas informações geradas no âmbito local, na capacidade dos serviços de atenção primária e na participação efetiva da comunidade no processo desenvolvido em seu território.



c. Programa Nacional de Controle da Tuberculose

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose - PNCT tem como principal objetivo reduzir a morbi-mortalidade da tuberculose, por meio das ações de diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos. Esse agravo ainda permanece como um sério problema de saúde pública no Brasil, com cerca de 70 mil novos casos notificados em 2008 e uma taxa de incidência de 37,2 por 100 mil habitantes.

As ações do programa são descentralizadas para estados e municípios, utilizando prioritariamente a Estratégia de Saúde da Família, o que acarreta melhoria na busca ativa de casos e identificação precoce de possíveis fontes de infecção. Os resultados são acompanhados por meio de pactuações entre as três esferas de gestão do SUS. O governo federal ainda presta apoio a ações educativas e estratégias para adesão do paciente ao tratamento desenvolvido por organizações do terceiro setor.

Em 2009, os principais resultados obtidos foram: a expansão da cobertura de tratamento supervisionado nas unidades de saúde dos municípios prioritários; a ampliação da Parceria Brasileira contra a Tuberculose; a consolidação de 11 comitês metropolitanos para o enfrentamento da endemia; a articulação intrasetorial com as áreas de saúde prisional, saúde indígena, DST/Aids e hepatites virais, conselhos de saúde dos três níveis de governo, além do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde – Conass e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; e a articulação intersetorial com outras áreas da administração pública e com organizações da sociedade civil organizada.

É fundamental destacar, ainda, o resultado do estudo de resistência aos medicamentos antituberculose, coordenado pelo Ministério da Saúde, que apontou uma resistência primária de 1,4% aos medicamentos, uma das menores observadas em países com alta carga de tuberculose. O significado de resistência primária é a resistência dos bacilos ao primeiro tratamento com o esquema básico (pacientes virgens de tratamento ou que tomaram o medicamento por menos de 30 dias). Visando prevenir o aumento da resistência e ampliar a adesão ao tratamento, o Ministério mudou o esquema terapêutico para a doença, introduzindo o medicamento em dose fixa combinada, o chamado “4 em 1”, em que todas as drogas antituberculose são oferecidas em uma única apresentação farmacêutica.

Com esse conjunto de ações, a posição do Brasil no ranking dos países com maior número de casos da doença melhorou, passando da 16ª para a 18ª colocação. A meta é que o país saia da relação dos 22 países com mais alta carga da doença até 2012. Por convenção da Organização Mundial de Saúde – OMS, os países que reúnem 80% dos casos de tuberculose no mundo são os países de alta carga. Isso não leva em consideração a incidência, mas o número bruto de casos estimados. O Brasil está em 108º lugar em incidência de tuberculose, mas em 18º em número de casos.

MS

d. Programa Nacional de Controle da Hanseníase – PNCH

O objetivo do Programa Nacional de Controle da Hanseníase – PNCH é diagnosticar, tratar todos os casos, examinar os conviventes domiciliares e, assim, reduzir as fontes de transmissão da doença no país, desenvolvendo ações de controle de forma descentralizada e participativa.

A hanseníase apresenta tendência de estabilização dos coeficientes de detecção geral no Brasil, mas ainda em patamares muito altos nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Em 2008, foram notificados 39.047 casos novos no país, correspondendo a um coeficiente de detecção geral de 20,59 por 100 mil habitantes, considerado ainda muito alto. O Brasil tem como principal indicador de monitoramento da endemia o coeficiente de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos, devido a esses casos terem relação com doença recente e focos de transmissão ativa. A meta é reduzir em 10% o coeficiente de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos, no país, até 2011, e em 7,8% de 2012 até 2015.

As estratégias adotadas pelo programa são: atuar em redes de atenção integral em hanseníase no país; dinamizar e potencializar as ações nas áreas prioritárias; promover a produção, divulgação e apropriação do conhecimento em hanseníase e potencializar o PNCH.

Entre as principais iniciativas e ações realizadas em 2009 destacam-se a distribuição de 301.651 blisteres de medicamentos, visando atender ao tratamento dos 36.862 casos de hanseníase notificados; o fortalecimento de parcerias com instituições da sociedade civil; a realização de oficinas, reuniões e seminários, totalizando 20 eventos, qualificando como multiplicadores 995 profissionais no país; e a produção de 11 livros/guias técnicos sobre temas como autocuidado, prevenção de incapacidades, baciloscopia e utilização de medicamentos (corticóide e talidomida).

Essas iniciativas resultaram na redução de 5,3% do coeficiente de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, passando de 6,22 por 100.000 em 2006 para 5,89 por 100.000 em 2008. Observou-se, em 2008, o alcance de 81,2% no percentual de cura de hanseníase nas coortes, e a ampliação de 21% no número de unidades de saúde com pacientes em tratamento de hanseníase, passando de 7.828 em 2007 para 9.473 em 2009.



ODM 6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

META 8

Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 21

Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária

INDICADOR 22

Proporção da população das zonas de risco que utiliza meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária

INDICADOR 23

Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose

INDICADOR 24

Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta

META 8A

Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Número de casos de malária na Amazônia Legal

INDICADOR B

Incidência e taxa de incidência de tuberculose

META 8B

Até 2010, ter eliminado a hanseníase

INDICADOR A

Coeficiente de prevalência de hanseníase (utiliza indicador de coeficiente de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos).

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

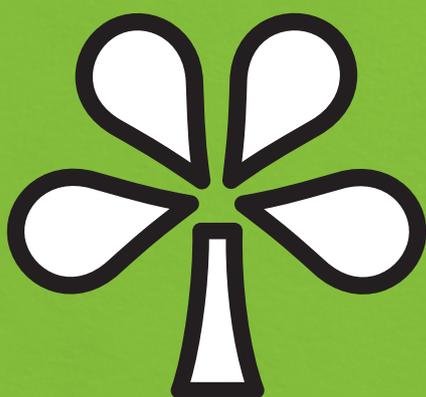
- a. Programa Nacional DST, Aids e Hepatites Virais
- b. Programa Nacional de Controle da Malária - PNCM
- c. Programa Nacional de Controle da Tuberculose - PNCT
- d. Programa Nacional de Controle da Hanseníase – PNCH





7

**GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL**



MMA

a. Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

O objetivo do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos é conhecer, conservar, recuperar e usar de forma sustentável a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. Seu público-alvo são povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, academia e comunidade internacional.

Dentro desse programa destaca-se o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade – Probio II, que promove a transformação dos modelos de produção, consumo e ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência e tecnologia, pesca, florestas e saúde. Com início em setembro de 2008, o projeto será realizado ao longo de seis anos por meio de uma parceria estabelecida com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio e a Caixa Econômica Federal, além de parcerias estratégicas, apoio financeiro de US\$ 22 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF e US\$ 75 milhões de contrapartida de fontes governamentais e do setor privado.

Outro destaque é a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, cujo objetivo é prevenir e mitigar os impactos negativos causados por espécies exóticas invasoras sobre a população humana, os setores produtivos, o meio ambiente e a biodiversidade. Ainda sobre o tema, foi publicado o livro Informe Sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil, primeiro de uma série de cinco documentos.

MMA

b. Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

O Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros tem o objetivo de contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes.

No âmbito da consolidação do SNUC (composto por áreas de gestão federal, estadual e municipal, que hoje protege 16,72% do território continental brasileiro), ganham destaque as atividades do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, que implementou ações em 62 unidades de conservação. Outra atividade é o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de Unidades de Conservação nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica. Em setembro de 2009 foi concluído um estudo de sustentabilidade financeira do SNUC, com dados importantes sobre o custo da implementação efetiva do mesmo.

MMA

c. Programa de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer

O Programa de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer se propõe a prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros. Ele vem sendo executado de forma descentralizada, com a participação efetiva dos estados e municípios, valorizando experiências exitosas de ações empreendidas anteriormente na região Norte, mais especificamente no Arco do Desflorestamento. O programa também abrange a revisão dos instrumentos de licenciamento para o desmatamento e queimadas controladas, estabelecendo regras de manejo florestal.

As medidas para reprimir o desmatamento e os incêndios florestais em 2010 são:

- Aumento de cinco helicópteros para seis, com sistema embarcado de geoprocessamento, comunicação e rastreamento.
- Contratação de duas aeronaves tipo avião, sendo uma para monitoramento e a outra para transporte.
- Contratação de aviões do tipo cisterna para combate a incêndios florestais, de duas a seis aeronaves simultaneamente.
- Ampliação do quadro de brigadistas, sendo que serão ao todo 2.520 brigadistas contratados e treinados para atuar em todo o Brasil, principalmente nos estados mais críticos.
- Ampliação da cooperação do centro Prevfogo com os países da América Latina (Bolívia, Peru, Equador, Paraguai e Venezuela) e com a Espanha. Já foram capacitados, na Espanha, sete servidores e estão previstos mais três para o ano de 2010.

O esforço de fiscalização na região amazônica é um dos principais fatores que proporcionaram a redução do desmatamento desse importante bioma, em 45%, entre 2008 e 2009.

MMA

d. Programa Nacional de Florestas – PNF

O Programa Nacional de Florestas – PNF visa a promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social. Os beneficiários do programa são as comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal.

Entre as ações está a expansão da base florestal plantada, cujos principais resultados foram colocar em pauta o plantio de espécies nativas junto ao Fórum Nacional da Atividade de Base Florestal e a Assistência Técnica e Extensão Rural em atividades florestais, incorporada por instituições governamentais e não governamentais. Em relação à recuperação da cobertura vegetal de áreas degradadas, foram definidos modelos de recuperação para a bacia hidrográfica do São Francisco, além da implantação de quatro Centros de Recuperação de Áreas Degradadas, que disponibilizam informações sobre recursos florestais, atuam na capacitação de técnicos governamentais e não governamentais, assentados de reforma agrária, lideranças locais e agricultores, em temas diversos da área florestal (legislação, elaboração de projetos, uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, entre outros) e na implantação de áreas demonstrativas de recuperação.

Há ainda a ação de expansão do uso sustentável dos recursos florestais, cujos principais resultados foram o diagnóstico da legislação de não-madeireiros para elaboração de proposta de regulamentação e a identificação de espécies não-madeireiras prioritárias.

MDS / MMA / SEPIR - PR

e. Programa Comunidades Tradicionais

O programa objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social. É implementado em conjunto com as organizações representativas dos povos e comunidades tradicionais, assim como em parceria com universidades, governos estaduais e municipais e ONGs afins.

Os povos e comunidades tradicionais são entendidos como grupos sociais culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social. Incluem não apenas quilombolas e indígenas, mas também seringueiros, pescadores artesanais, comunidades de fundos de pasto, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, ciganos, pomeranos, caiçaras, extrativistas, povos de terreiro, geraizeiros, pantaneiros e retireiros.

O Programa Comunidades Tradicionais realiza atividades de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Esse apoio ocorreu por meio da estruturação de 10 cadeias de produtos da sociobiodiversidade no âmbito de arranjos produtivos locais (açai, babaçu, copaíba, carnaúba, piaçava, buriti, pequi, castanha do brasil, borracha natural e andiroba). Visando à consolidação das cadeias extrativistas e como forma de implementar ações voltadas ao fomento e produção sustentável previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que busca a articulação entre diversos setores do governo, empresas e sociedade civil. O plano prevê ações para superação de gargalos ao longo das cadeias desses produtos. As principais ações são o fortalecimento e estruturação dos grupos sociais envolvidos e a garantia de sua inclusão nos mercados institucionais, por meio do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, que inclui dez produtos extrativistas, e, mais recentemente, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Outras ações envolvem capacitação, estruturação de uma rede de serviços para atendimento dos gargalos apresentados pelo plano e diálogo com o setor privado, demonstrando que as florestas em pé são viáveis economicamente e embutem vantagens competitivas. Especificamente para as comunidades ciganas, as ações permeiam a visibilidade e a promoção dos direitos ciganos, com destaque para os Centros de Referência Cigana e o Prêmio da Cultura Cigana.

Balanço realizado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, referente ao exercício de 2008, aponta que o governo federal investiu recursos da ordem de R\$ 540 milhões em ações realizadas junto aos povos e comunidades tradicionais.

Em 2009 foi construído, sob a supervisão da Casa Civil, o Plano Prioritário para Povos e Comunidades Tradicionais (2009-2010), que tem por objetivo promover o fortalecimento, reconhecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais desses grupos. Integra o Plano Prioritário o edital MDS/SESAN nº 10/2009, que objetiva o apoio a projetos de segurança alimentar e nutricional, voltados à produção sustentável para autoconsumo de povos e comunidades tradicionais, apresentados por unidades da Federação. Foram selecionados e estão sendo contemplados seis projetos em seis estados, com atendimento de aproximadamente 3.500 famílias de povos e comunidades tradicionais, entre quilombolas, indígenas, povos de terreiro e pescadores artesanais.

Ainda em 2009 foi construído o Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro. Além disso, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir apoiou a realização da 1ª Feira de Economia Solidária Indígena, em Roraima, estando prevista a realização de feiras em mais oito estados brasileiros.

Além dessas conquistas no âmbito federal, têm sido estratégias da CNPCT a promoção de audiências públicas nas assembleias legislativas dos estados, visando à apresentação de projetos de lei favoráveis aos povos e comunidades tradicionais, construção e pactuação de agendas com governos estaduais, fomento à criação de instâncias governamentais estaduais para atendimento desses grupos, criação de ações e programas nos seus planos plurianuais e de comissões estaduais subsidiárias da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

MMA

f. Programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas

O programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas objetiva implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas. Seu público-alvo é constituído dos usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

A outorga é o instrumento legal previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos pelo qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições pré-estabelecidas, a utilizar a água ou a realizar interferências hidráulicas nos recursos hídricos para viabilizar o direito de acesso a esses recursos, dado que a água é um bem de domínio público. Os usuários que não possuem outorga estão sujeitos a notificações, multas e até embargos previstos em lei. Além disso, esses usuários podem ser os primeiros a sofrer racionamentos, em situações de escassez.

O resultado do programa Probacias é aferido por meio de indicadores que mensuram o quantitativo do território nacional ou o percentual da população brasileira atendida com a implantação do instrumento “cobrança”, da Política Nacional de Recursos Hídricos. A implantação desse mecanismo em uma bacia hidrográfica resulta do esforço de articulação e negociação com a sociedade local, com os usuários de recursos hídricos, com o comitê da bacia e com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Implantada a cobrança na bacia hidrográfica, os valores arrecadados retornam integralmente para aplicação em ações previstas no seu Plano de Recursos Hídricos.

MMA

g. Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e de Degradação Ambiental

O programa tem como objetivo revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação. Seu público beneficiário inclui os usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul, Alto Paraguai e Parnaíba.

Os principais resultados obtidos pelas ações coordenadas pelo MMA são agrupadas em cinco áreas temáticas:

1. Planejamento e Informação. No São Francisco: elaboração dos cenários do zoneamento ecológico-econômico da bacia hidrográfica do Rio São Francisco para apoio a revisão do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e finalização da estruturação da base de dados ambientais (do Sistema de Monitoramento da Cobertura Vegetal), para suporte às ações de fiscalização. Nas demais bacias: implantação de 60% do banco de dados ambientais e consolidação do banco de dados das bacias hidrográficas da região do semiárido brasileiro; e início de desenvolvimento do zoneamento ecológico-econômico das bacias hidrográficas dos rios Tocantins-Araguaia e Parnaíba (configurando o início das ações do Ministério do Meio Ambiente para o planejamento da revitalização dessa bacia hidrográfica).
2. Fortalecimento Institucional Socioambiental. No São Francisco: projeto de criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente – Condemas, em Alagoas, e apoio às ações de educação ambiental para consolidação dos projetos de parques fluviais.
3. Proteção e Manejo dos Recursos Naturais. No São Francisco: projeto de recomposição de matas ciliares em Pernambuco; monitoramento da biodiversidade para definição do grupo de espécies indicadoras de conservação e de alvos de ação para as políticas de conservação e subsídio para avaliação da efetividade dessas políticas; levantamento de espécies invasoras e conservação da onça pintada (principal espécie indicadora de conservação); publicação e divulgação do Plano Florestal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, desenvolvido e apoiado, em anos anteriores, pelo programa de revitalização e criação de dois novos centros de referência de áreas degradadas.
4. Qualidade e Saneamento Ambiental: elaboração de planos estaduais de gestão integrada de resíduos sólidos em todos os estados integrantes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. A partir desses estudos já foram definidos treze consórcios em regiões prioritárias da Bacia do Rio São Francisco, englobando um total de 171 municípios, que receberão investimentos do PAC-Recursos Hídricos, além de convênio para gestão integrada de resíduos sólidos em Alagoas, Minas Gerais, Sergipe, Bahia e Piauí.
5. Economia Sustentável. No São Francisco: apoio aos projetos de estatística e desembarque pesqueiro, dando sequência aos trabalhos iniciados pelo programa, em 2006, de monitoramento da pesca nessa bacia hidrográfica e pesca amadora no médio São Francisco; continuidade da implementação do Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco.

MMA

h. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil

O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil tem o objetivo de reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação. Seu público-alvo é composto pela população das Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD, com prioridade de atendimento àquelas situadas em áreas críticas, tanto do ponto de vista da gravidade dos processos de desertificação como dos índices de pobreza e exclusão social.

São estratégias básicas para a implementação do programa: a promoção do envolvimento da sociedade civil e do Poder Público; o apoio aos estados na definição das áreas prioritárias para a implementação das ações do programa; a introdução da questão do gênero nas discussões e ações definidas pelo programa; o investimento na formação de agentes locais em temas como combate à desertificação, gestão integrada de recursos hídricos e produção de mudas de espécies nativas, entre outros; a ampliação das parcerias com organismos de cooperação internacional, sociedade civil organizada e instituições públicas; a criação de um sistema de gestão do programa, que buscará integrar instâncias deliberativas e consultivas, prezando a efetiva participação e o controle social; e a construção de um sistema de monitoramento da desertificação, com a definição de indicadores específicos para a situação brasileira.

O Programa de Combate à Desertificação abrange 1.488 municípios, num total de 1.340.863 km², o que corresponde a cerca de 15,7% do território brasileiro.

Os 11 estados afetados pela desertificação estão elaborando, de forma participativa com a sociedade civil, as suas diretrizes regionais para o enfrentamento da questão, considerando as particularidades de cada um.

MMA

i. Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar e Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve

O Proconve visa a reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, em atendimento aos padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos e, como decorrência, promover o desenvolvimento tecnológico da engenharia automobilística nacional e a melhoria das características técnicas dos combustíveis, além de incentivar iniciativas estaduais de inspeção e manutenção de veículos.

O Pronar é um instrumento básico da gestão ambiental e tem por objetivo permitir o desenvolvimento econômico e social do país de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes fixas e móveis de poluição atmosférica, com vistas à melhoria da qualidade do ar e atendimento aos padrões estabelecidos.

Os resultados principais apresentados pelo Proconve foram: (i) reduções, acima de 90%, da emissão dos poluentes monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio e aldeídos para os veículos leves novos; (ii) diminuição no teor de enxofre no óleo diesel, de 13.000 ppm, em 1980, para 500 ppm nas regiões metropolitanas e 2.000 ppm nas cidades interioranas, estando prevista uma nova fase com limite de 10 ppm para 2012; (iii) imposição de limites mais rígidos de emissão para os veículos leves, pesados e motocicletas – no caso das motocicletas, os limites de emissão passaram de 13g/km, em 2003, para 5,5 g/km, a partir de 2006; (iv) aprovação de normatizações que comporão as novas fases do Proconve, bem como a consolidação da legislação sobre os programas de Inspeção e Manutenção – I/M.

MMA

j. Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio

O Brasil, signatário do Protocolo de Montreal desde 1990, comprometeu-se a eliminar o consumo das Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio – SDO, tais como os Clorofluorcarbonos – CFC, os Halons, o Tetracloreto de Carbono – CTC, os Hidroclorofluorcarbonos – HCFC e o Brometo de Metila.

O Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – PBCO busca implementar projetos que visam à conversão tecnológica das indústrias e ao gerenciamento do passivo dessas substâncias.

Como resultados alcançados de 2002 a 2009, podem-se destacar: conversão de 106 empresas no setor de manufatura de espumas; doação de 2.000 máquinas recolhedoras de CFC; instalação de três centrais de regeneração de fluidos refrigerantes, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Recife; doação de 360 máquinas recolhedoras e recicladoras de CFC para o setor de ar condicionado automotivo; auxílio na elaboração de normas técnicas; treinamento de cerca de 25.000 refrigeristas em boas práticas de refrigeração; substituição do brometo de metila nas culturas de fumo, de flores e de morangos, com o treinamento de mais de 550 agricultores e distribuição de 28 caldeiras a vapor e de 823 coletores solares para tratamento térmico do solo, ao invés do tratamento químico.



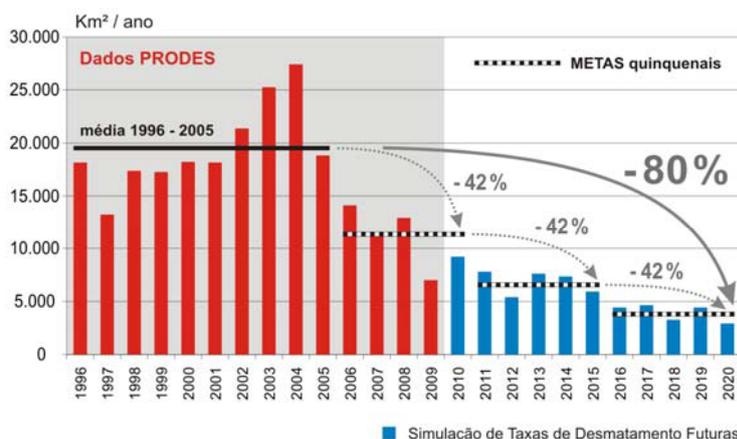
k. Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, elaborado no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, lançado em dezembro de 2008, visa a incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação da emissão de gases no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como objetiva a criação de condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais.

O Plano está estruturado em quatro eixos: 1) oportunidades de mitigação; 2) impactos, vulnerabilidades e adaptação; 3) pesquisa e desenvolvimento; 4) educação, capacitação e comunicação. Seus objetivos principais são: identificar, planejar e coordenar as ações para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como aquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido à mudança do clima; fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas; buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando a posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional; fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis; buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quinquenal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero; eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015; fortalecer ações intersetoriais voltadas para redução das vulnerabilidades das populações; procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos sócio-econômicos de adaptação do país.

O PNMC apresenta também algumas metas que irão se reverter na redução de emissões de gases de efeito estufa, além de outros ganhos ambientais e benefícios socioeconômicos, dentre as quais: reduzir em 80% o índice de desmatamento anual da Amazônia até 2020; ampliar em 11% ao ano nos próximos dez anos o consumo interno de etanol; dobrar a área de florestas plantadas, para 11 milhões de hectares em 2020, sendo 2 milhões de hectares com uso de espécies nativas; troca de 1 milhão de geladeiras antigas por ano, em 10 anos; aumento da reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 20% até 2015; aumento da oferta de energia elétrica de cogeração, principalmente bagaço de cana-de-açúcar, para 11,4% da oferta total de eletricidade no país, em 2030; redução das perdas não-técnicas na distribuição de energia elétrica à taxa de 1.000 GWh por ano, nos próximos 10 anos.

O plano nacional contou com a contribuição de estados e municípios e de diversos setores da sociedade, através da realização de consultas públicas e de reuniões setoriais promovidas pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, bem como da consideração das deliberações da IIIª Conferência Nacional do Meio Ambiente. O PNMC possui caráter dinâmico e passará por revisões e avaliações de resultados sazonalmente, para que possa ser implementado em consonância com os desejos da sociedade brasileira. Entre os objetivos supracitados destaca-se, devido à magnitude da redução de emissões projetadas, a intensificação do combate ao desmatamento, estendendo essa atividade a todos os biomas brasileiros. Para a redução do desmatamento, o plano adotou metas quinquenais, com redução inicial de 42% no período 2006-2010 em relação à taxa média do período de referência 1996-2005, e reduções adicionais de 42% a cada quinquênio, sempre em relação aos cinco anos anteriores, resultando em uma redução total de 80% no ano 2020.



MMA

I. Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

O Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis visa a construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. O seu público-alvo é constituído de educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia, voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais. Sua estratégia de implementação está orientada a fazer com que sua estrutura operacional atue como núcleo estratégico e operacional da Política Nacional de Educação Ambiental, apoiando seu órgão gestor e incentivando a criação e implementação de instâncias congêneres a essas comissões nos demais ministérios.



A política pública fomentada pelo governo federal no campo da educação ambiental é considerada por muitos como um dos principais pilares de apoio ao enfrentamento das atuais mudanças ambientais globais, visto sua atuação ser transversal e contínua, abranger todos os segmentos da sociedade e ter como finalidade promover mudanças de comportamento, atitudes e valores socioambientais.

Durante o exercício de 2008, o Programa Nacional de Educação Ambiental assumiu, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a coordenação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental, biênio 2008/2010. Realizou o I Encontro de Educadores Ambientais do Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, objetivando potencializar iniciativas de gestão compartilhada da educação ambiental.

A condução e execução de eventos – como a II Oficina Nacional de Coletivos Educadores e a Oficina de Educação Ambiental no Projeto de Formação de Gestores do Programa Mais Educação: Operação Arco Verde – fortaleceu a formação de educadores ambientais. No âmbito da produção e difusão de informação ambiental de caráter educativo, foi produzido o vídeo Bode Rei, Cabra Rainha para a mochila do educador ambiental, a cartilha Viveiros Educadores: Plantando Vida e oito periódicos eletrônicos Coleciona - Fichário do Educador Ambiental. Essas atividades contribuíram para a disseminação da informação sobre educação ambiental.

MMA

m. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC

O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC tem por objetivo a formação e a capacitação de gestores e conselheiros ambientais nos estados e municípios, visando a melhorar a capacidade na formulação e implementação de políticas públicas da gestão ambiental. A implementação do programa é efetuada por meio de articulações com os estados e municípios e suas respectivas associações.

Dentre alguns resultados obtidos pelo programa, entre 2005 e 2009, destacam-se: cerca de 8 mil pessoas capacitadas em gestão ambiental municipal (incluindo 1.200 gestores em licenciamento) em aproximadamente 1.800 municípios, o equivalente a mais de 30% dos municípios do país; fortalecimento da gestão ambiental dos municípios, com a criação de órgãos e conselhos municipais; e criação e fortalecimento de redes de gestores.

MMA / MDA / MAPA / MDS

n. Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

O Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade objetiva assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando à segurança alimentar, à geração de trabalho e renda e à retribuição por serviços ambientais. Seus beneficiários são os produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

O projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade – CIMA, que integra o programa, é fruto de parceria estabelecida entre o governo federal, movimentos sociais e organizações não-governamentais e visa o resgate, a conservação da agrobiodiversidade e a promoção da segurança alimentar. Já foram implantados 11 centros e outros 11 estão em fase de implementação, em vários estados. No âmbito internacional, o MMA participa de negociações e atividades da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura/FAO.

MMA

o. Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis

O Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis busca promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. O público-alvo desse programa são pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aquicultores e a sociedade.

O Projeto AquaBio, que compõe o programa, baseia-se numa parceria entre poder público, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa, fazendo com que a conservação da biodiversidade aquática seja internalizada, de forma participativa, nas políticas e programas de desenvolvimento para a Amazônia. O projeto abrange parte dos rios Negro, Xingu e Tocantins, tributários do Rio Amazonas, e beneficia diretamente técnicos de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, universidades, organizações não-governamentais, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, povos indígenas e produtores rurais.

No que tange às áreas protegidas marinhas, na zona costeira do Brasil, as unidades de conservação representam uma boa parcela do território. Ainda que computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, nota-se que menos de 0,4% dessa área está sob a forma de alguma categoria de proteção.



MME

p. Tarifa Social de Energia Elétrica

A Tarifa Social de Energia Elétrica destina-se a atender consumidores da classe residencial com consumo de energia elétrica até 220 kWh/mês. Os consumidores residenciais com direito ao benefício da Tarifa Social têm descontos nas contas de energia que podem chegar a 65%, dependendo da faixa de consumo do domicílio. Para ter direito aos descontos na faixa de consumo entre 80 e 220 kWh/mês, o responsável pela unidade consumidora precisa estar inscrito no Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal, que inclui os beneficiários do Programa Bolsa-Família e é gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O governo reavaliou as condições de concessão dos benefícios e o Congresso Nacional aprovou, em 2009, a ampliação desse programa, elevando o teto da renda familiar *per capita* das famílias beneficiárias de R\$ 160,00 para R\$ 225,00, além de incluir no programa as pessoas que recebem benefícios de duração continuada, quilombolas, indígenas e que usam equipamentos para se manterem vivas.

Assim, o programa, que desde 2005 já beneficiava mais de 17 milhões de unidades consumidoras residenciais, favorecendo mais de 80 milhões de pessoas (mais de 1/3 da população brasileira), alcançará novos beneficiários, com impacto que só poderá ser corretamente medido ao fim de 2010.

A Tarifa Social de Energia Elétrica é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que controla a aplicação do benefício junto às concessionárias de distribuição de energia elétrica.

MME

q. Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos objetiva levar, em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais, o acesso à energia elétrica para dois milhões de unidades consumidoras, o equivalente a 10 milhões de brasileiros que residem em áreas rurais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades beneficiadas. Todos os estados têm comitês gestores em funcionamento, que são os responsáveis por receber as demandas, definir prioridades e acompanhar a execução do programa. Durante a execução do programa, um grande número de novas demandas surgiu, cerca de um milhão de famílias ainda desprovidas de eletricidade em suas residências, provocando a prorrogação do encerramento do Luz para Todos para o ano de 2010, bem como a reavaliação de seu custo total.

Em 2009, o programa alcançou 2.235.332 unidades consumidoras e beneficiou 11.176.660 brasileiros em todo o país.

O programa visa também levar energia elétrica às comunidades rurais em que a rede de distribuição convencional é inviável, em especial na região amazônica, utilizando recursos

naturais renováveis e não-poluentes, disponíveis nas próprias localidades. Para tanto, o MME publicou, em fevereiro de 2009, o Manual de Projetos Especiais, que estabelece os critérios técnicos e financeiros que serão aplicados nesse tipo de atendimento, com o uso de fontes alternativas de energia elétrica, tendo como principal atrativo o repasse de 85% dos recursos, a título de subvenção econômica, por parte do governo federal.

Os benefícios do programa vão além da iluminação. A chegada da energia elétrica tem incentivado, por exemplo, os pequenos agricultores a expandir sua produção a partir do uso de equipamentos elétricos que facilitam o dia a dia do trabalhador. Assim, muitos deles passam da agricultura de subsistência para a comercialização do excedente, gerando renda e trabalho para o campo.

Estima-se que as obras do programa tenham utilizado 5,3 milhões de postes, 791 mil transformadores e um milhão de cabos elétricos, suficientes para dar 25 voltas ao redor da Terra. Além disso, em recente pesquisa encomendada pelo MME, identificou-se que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a contar com geladeira e 39% compraram liquidificador. Considerando dois milhões de atendidos pelo programa, esses percentuais representam a comercialização de cerca de 1,6 milhão de TVs, 1,5 milhão de geladeiras e 780 mil liquidificadores. A pesquisa ainda revelou que as condições de vida dos moradores do meio rural têm melhorado muito com a eletricidade. Como resultado, após a chegada da energia elétrica, cerca de 480 mil pessoas voltaram a morar no campo.

MME / MDA

r. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB visa a reforçar a liderança brasileira em promover o desenvolvimento dos biocombustíveis e o uso de energias renováveis em larga escala. Trata-se de uma iniciativa que reúne num só combustível todo o conceito de sustentabilidade das Nações Unidas, ao envolver os aspectos econômico, social e ambiental.

A partir de janeiro de 2008, o uso do biodiesel passou a ser obrigatório em todo o território nacional, inicialmente na proporção de 2% em adição ao diesel (mistura B2). Isso representava um consumo de aproximadamente 800 milhões de litros anuais. A existência desse mercado demandante firme, compulsório, é um fator fundamental para a consolidação desse novo combustível, inclusive para se buscar maior competitividade no tempo em relação ao seu concorrente direto – o diesel de petróleo.

Face ao sucesso do programa e ao rápido desenvolvimento da capacidade produtiva, foi possível antecipar a mistura B3 (3% de biodiesel) apenas seis meses após o início da obrigatoriedade da mistura B2, em julho de 2008. Em julho de 2009 passou a vigorar a mistura B4 e já foi definido que a partir de janeiro de 2010 será adotada a mistura B5.

Antecipa-se, assim, em três anos a meta estabelecida em lei.



A adição de 5% de biodiesel ao diesel representará um mercado de 2,3 a 2,4 bilhões de litros no próximo ano. Mesmo começando com um programa de biodiesel mais de 10 anos após iniciativas de vários países, o B5 poderá colocar o Brasil no 2º lugar do ranking mundial de produção em 2010.

A produção e o uso do biodiesel no país é uma alternativa energética que contribui para substituir o diesel importado – um combustível fóssil e mais poluente –, com evidentes ganhos na balança comercial. Além disso, reforça a agregação de valor às matérias-primas oleaginosas de origem nacional, com enfoque na inclusão da agricultura familiar.

O programa, além de estimular a produção do biocombustível, procura apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção. Para tal, são utilizados instrumentos como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, assistência técnica, fomento e benefícios fiscais como o Selo Combustível Social, que viabiliza o acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados e melhores condições de financiamentos junto aos agentes financeiros para os produtores de biodiesel que adquirem matéria-prima da agricultura familiar.

O cultivo de matérias-primas para a produção de biodiesel cria oportunidades de trabalho, gera mais renda no campo, estimula a inclusão social em todas as regiões do país e possibilita novas alternativas de desenvolvimento do meio rural. Em 2009, com o aprendizado adquirido por todos os atores desde o início do programa, vários avanços podem ser percebidos. Até 2009, já existiam 32 empresas com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo o país.

Na região Nordeste, especialmente no semiárido, a Petrobras já começou a realizar contratos com vigência de cinco anos e com parâmetros de preços mínimos vinculados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF. Além disso, essa empresa tem prestado assistência técnica de qualidade, com mais de 700 técnicos contratados.

Na região Norte, agricultores familiares, governo, movimentos sociais e empresas apostam no fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de dendê como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Como exemplo de avanço, tem-se a iniciativa de ação conjunta dos Programas Biodiesel e Terra Legal, e a inclusão do dendê em linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, que faz parte do Pronaf. A criação do Pronaf Dendê estabelece limite de crédito de R\$ 65 mil por agricultor, sendo R\$ 6.500,00 por hectare. Também em 2009, o governo investiu perto de R\$ 7 milhões em projetos de apoio à organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo o país. Desse total, quase R\$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania, com ações do Programa de Biodiesel.

s. Fontes Alternativas de Energia

A inserção das fontes alternativas de energia elétrica é norteada pelos três pilares fundamentais da política energética brasileira: segurança no abastecimento, modicidade tarifária e universalização do atendimento. Para atender a essas premissas, o governo federal tem se pautado por iniciativas e ações que ampliam a participação das fontes renováveis na matriz energética, ao mínimo custo possível e menor impacto ambiental.

O Brasil já tem um histórico bem-sucedido de experiências no incentivo ao uso das energias alternativas. Essa inserção ocorreu, em um primeiro momento, por conta do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, que promoverá até o final de 2010 a inserção de 3.154 MW a partir de pequenas centrais hidráulicas, centrais geradoras eólicas e usinas termelétricas a partir de biomassa.

O Proinfa estabeleceu um mercado inicial, produzindo ganhos de escala e aprendizagem tecnológica, o que resultou na redução significativa dos custos dessas fontes e aumento da competitividade.

A geração de energia elétrica a partir da biomassa, especialmente a oriunda do bagaço de cana, é o grande exemplo de inserção de fontes alternativas renováveis. Tal é a sua efetividade e importância no contexto energético que, em 2008, foram contratados 5.090 MW médios da fonte biomassa. Para tanto, há previsão de 9.553 MW de aumento da capacidade instalada da fonte. No ano de 2009 foram contratados 11 MW médios, com previsão de 44,7 MW de capacidade instalada.

Como ação mais recente, promoveu-se em 2009 o primeiro leilão específico para contratação de energia de reserva para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica. Foram contratados 71 empreendimentos, que acrescentarão ao Sistema Interligado Nacional 1.805,7MW de potência, a partir de 2012. A expectativa é de que esses empreendimentos demandem investimentos na ordem de R\$ 9,4 bilhões.

Esse leilão consolida a energia eólica como uma das principais alternativas de geração complementar de energia. A singularidade dessa fonte, de ser complementar à hidráulica, a torna estratégica, e a perspectiva de escala, incrementada com o leilão, provavelmente minimiza a questão do custo. Além disso, as questões ambientais em pauta na agenda mundial têm promovido o crescimento do uso dessa tecnologia, o qual se apresenta como uma resposta da sociedade por uma melhor qualidade ambiental no suprimento energético.



Desse modo, no tocante às fontes alternativas de energia, todas essas ações estruturantes arroladas resultaram em um acréscimo de cerca de 8.700 MW.

No planejamento de longo prazo existem previsões de crescimento da utilização de outras fontes alternativas. Com o direcionamento de recursos de pesquisa e desenvolvimento – P&D poderá ocorrer a inclusão de montantes de energia oriundos de novas tecnologias, como a energia solar fotovoltaica, a gaseificação de biomassa e a utilização do óleo vegetal in natura, por exemplo.

MME

t. Eficiência Energética

Por considerar a energia economizada a mais barata, social e ambientalmente mais sustentável, o Brasil promove a conservação e a racionalização do uso da energia, por meio de programas e ações. São destaques o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural – Conpet.

O objetivo do Procel é promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, para que se eliminem os desperdícios e se reduzam os custos e os investimentos setoriais. O Procel estabelece metas de redução de conservação de energia que são consideradas no planejamento do setor elétrico, dimensionando as necessidades de expansão da oferta de energia e da transmissão. Dentre elas, destacam-se:

- Redução nas perdas técnicas das concessionárias.
- Racionalização do uso da energia elétrica.
- Aumento da eficiência energética em aparelhos elétricos.

O objetivo do Conpet é incentivar o uso eficiente dos derivados do petróleo e do gás natural no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária. O programa, com o apoio da Petrobras, estabelece convênios de cooperação técnica e parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais, representantes de entidades ligadas ao tema, e também organiza e promove projetos. As ações do programa para racionalização do uso dos derivados do petróleo e do gás natural contribuem na articulação de estratégias econômicas, ambientais e institucionais.

Esses programas abrangem a inserção de novos conceitos de eficiência energética no planejamento de longo prazo do setor energético; a imposição de limites mínimos de eficiência aos bens de consumo; a gestão energética de municípios; a otimização em sistemas de saneamento; e as campanhas de conscientização do uso racional da energia, entre outros.

O Plano Nacional de Energia 2030 prevê que, nesse horizonte, 10% da demanda de energia serão atendidos com a conservação.

ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

MCidades

a. Programa Saneamento para Todos

O Programa Saneamento para Todos tem por objetivo promover a melhoria das condições de saúde e a qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico urbano com outras políticas setoriais. O programa financia com recursos onerosos empreendimentos de saneamento dos setores público e privado, com o intuito de promover o aumento da cobertura e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos. Ademais, são financiadas ações de desenvolvimento institucional, de estudos e projetos, de manejo de resíduos da construção e demolição e de preservação e recuperação de mananciais.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os recursos do FGTS disponibilizados para investimento em saneamento tiveram substancial acréscimo. Em 2007, foram programados R\$ 3,6 bilhões. Em 2008, esse valor passou para R\$ 5,75 bilhões. A tendência ascendente foi mantida em 2009, quando foram selecionadas, no âmbito do programa, 188 propostas no valor de R\$ 6,9 bilhões, das quais 109 propostas nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário e 79 empreendimentos na modalidade de manejo de águas pluviais.

Projetos selecionados, Programa Saneamento para Todos. Brasil 2009 (em R\$ Milhões).

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	48	1.473,8
Esgotamento Sanitário	61	3.020,2
Manejo de Águas Pluviais	79	2.477,6
Total	188	6.971,6

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades



MCidades

b. Programa Saneamento Rural

O programa Saneamento Rural tem por objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais, no sentido da melhoria das condições de vida das populações rurais dispersas, assim como daquelas residentes em assentamentos da reforma agrária, comunidades remanescentes de quilombo, reservas extrativistas, aldeias indígenas e em localidades com até 2.500 habitantes, além de realizar intervenções de saneamento em escolas públicas localizadas em áreas rurais. Promove também ações de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.

No que diz respeito às ações de saneamento em áreas rurais, a Fundação Nacional de Saúde – Funasa atua na implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, contemplando a elaboração de planos diretores e a realização de obras, incluindo ligação domiciliar.

Essas ações têm por objetivo contribuir para a redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica, o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e a prevenção e controle de doenças e outros agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de saneamento das populações rurais.

Atualmente, encontram-se atendidas 1.134 aldeias em áreas indígenas, sendo 63 novas em 2009. Em relação às áreas quilombolas, 360 comunidades já foram atendidas, sendo 150 novas em 2009. Foram atendidos 472 municípios em ações de melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas, sendo 45 em 2009. O programa promoveu o saneamento em escolas públicas rurais, com 29 atendimentos em 2009, perfazendo o total de 168 escolas atendidas. Em 2009, também foram iniciadas ações de saneamento em 360 novos assentamentos, elevando o total de comunidades atendidas para 458.

MDS

c. Construção de Cisternas

Desde 2003 o governo federal apoia e financia programas de construção de cisternas de placas e formação para que as comunidades locais convivam com o semiárido. A cisterna é uma tecnologia popular, de baixo custo, para a captação de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural da região. Cada cisterna possui capacidade de 16 mil litros e é destinada à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, que chegam a durar oito meses do ano. Nesse período, o acesso à água normalmente ocorre por meio de barreiros, açudes e poços que ficam a grandes distâncias e possuem água de baixa ou baixíssima qualidade, provocando várias doenças e enfermidades nas populações que se veem obrigadas a consumir água proveniente dessas fontes.

Os beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa-Família, mesmo que ainda não tenham sido beneficiados. Os resultados imediatos da cisterna são relacionados à saúde, especialmente de crianças, e à possibilidade de alteração da rotina diária proporcionada pelo aproveitamento do tempo antes gasto no trajeto percorrido para buscar água.

Em 2009 foram aplicados R\$ 53,7 milhões na construção de cisternas, o que totaliza, de 2003 até 2009, um investimento superior a R\$ 462 milhões na construção de 286.800 cisternas.

MCidades/MI/Funasa-MS/ANA

d. Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto

O Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto tem como objetivo ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios brasileiros. Foi planejado com o intuito de suprir as deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível socioeconômico, com consequências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades.

Para a modalidade abastecimento de água, as ações apoiam a elaboração de estudos e projetos, a aquisição de equipamentos, a implantação, ampliação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água, envolvendo as atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação, distribuição, ligações domiciliares e sistemas simplificados.

Para a modalidade esgotamento sanitário, apoia a elaboração de estudos e projetos, a aquisição de equipamentos, a implantação, ampliação ou melhorias dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, envolvendo atividades de coleta, elevação, emissário, tratamento, ligações domiciliares, instalação de unidades sanitárias e sistemas simplificados.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento, ocorreu um significativo aporte de recursos nas ações desse programa. Assim, entre 2007 e 2009 foram contratados R\$ 2,3 bilhões para abastecimento de água, podendo beneficiar, aproximadamente, 1,9 milhão de famílias, e R\$ 3,8 bilhões para esgotamento sanitário, que podem beneficiar, aproximadamente, 1,6 milhão de famílias.



e. Programa Drenagem Urbana Sustentável

O programa Drenagem Urbana Sustentável visa a promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações dirigidas à preservação, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, especialmente entre a população de baixa renda residente em fundos de vale e em áreas de risco.

Devido à intensificação das chuvas no país, a partir de 2008, e ao agravamento das condições de risco das populações atingidas, o governo federal ampliou significativamente os recursos destinados à drenagem no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. Entre 2007 e 2009, foram contratados R\$ 3,4 bilhões, e ainda encontram-se em contratação R\$ 2,5 bilhões, totalizando R\$ 5,9 bilhões.

f. Programa Resíduos Sólidos Urbanos

O Programa Resíduos Sólidos Urbanos vem integrando as ações de diversos órgãos federais com o objetivo ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores. O público beneficiário do programa é a população localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental.

Foram contratados, entre 2007 e 2009, R\$ 52 milhões, beneficiando aproximadamente 30 mil famílias. Esses recursos foram disponibilizados para a construção de aterros sanitários e galpões de reciclagem de resíduos sólidos.

Dentre as ações realizadas destaca-se também a aprovação da Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e inclui entre seus componentes a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos urbanos, o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O governo federal vem firmando convênios desde 2007 com diversos estados, para a elaboração de estudos de regionalização e elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos urbanos, e apoiando o fortalecimento de consórcios intermunicipais ou interfederativos, de modo a melhorar a prestação de tais serviços. Até 2011 serão firmados convênios para estudos e elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos urbanos com todos os estados brasileiros. Espera-se, ainda, apoiar a viabilização de cinquenta consórcios públicos para a gestão dos resíduos sólidos urbanos em todo o país, com foco nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba. Também serão aportados recursos para a implantação de plantas de processamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos, com garantia de sustentabilidade na operação dos empreendimentos.

Foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, integrando diversos ministérios, no intuito de propor ações de inclusão social dos catadores e de apoio à reciclagem de materiais, inclusive junto aos órgãos públicos. Uma das iniciativas é o apoio aos municípios para a construção de galpões de triagem, visando à implementação da coleta seletiva, com a inclusão dos catadores. Está em desenvolvimento, também, o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para os catadores de recicláveis.

Outra iniciativa é o apoio aos municípios para viabilizar Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL para aterros sanitários. Foi realizada a capacitação de cerca de 350 gestores municipais sobre o tema em todo o Brasil, além da publicação e divulgação de manuais de gestão integrada de resíduos sólidos com foco em MDL.



MCidades

a . Financiamento à auto-gestão

Diversos programas foram elaborados para permitir o acesso das entidades sem fins lucrativos e organizações sociais a recursos para construção, reforma ou ampliação de habitação de interesse social.

O Programa Crédito Solidário tem o objetivo de financiar a habitação a famílias de baixa renda organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada. As famílias beneficiárias devem ter renda bruta mensal de até R\$ 1.125. Opcionalmente, podem participar famílias com renda bruta mensal entre R\$ 1.125 e R\$ 1.900. De 2007 a 2009 foram contratados 17 empreendimentos no valor de R\$ 324 milhões, beneficiando diretamente 15.553 famílias.

O Programa Produção Social da Moradia apoia entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltadas a famílias de baixa renda. O programa teve início em 2008 e já foram selecionados R\$ 115 milhões, beneficiando quase 5.000 famílias.

O Programa de Assistência Técnica financia projetos técnicos de engenharia, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária necessários para execução de empreendimentos de urbanização ou produção habitacional, além de permitir a contratação de mão-de-obra especializada para acompanhamento e execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais executadas por famílias de baixa renda, em regime de mutirão, autoconstrução ou autogestão. Iniciado em 2007, já foram selecionados recursos da ordem de R\$ 22,5 milhões.

De 2007 a 2010 estão sendo investidos R\$ 571 milhões nesses programas. De 2007 a 2009, 20,3 mil famílias foram beneficiadas.

MCidades

b . Programa de Arrendamento Residencial - PAR

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR compreende operações de aquisição de empreendimentos novos, a serem construídos, em construção ou a recuperar, e suas unidades habitacionais são destinadas à moradia das famílias beneficiadas, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra do imóvel. Os contratos de arrendamento são firmados pelo prazo de 15 anos e nesse período os arrendatários efetuam o pagamento de taxas de arrendamento mensal, que funcionam como uma espécie de aluguel.

O PAR é destinado às famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, moradoras dos municípios integrantes das regiões metropolitanas e das regiões integradas de desenvolvimento econômico, incluindo todas as capitais estaduais e o Distrito Federal, e municípios com população urbana superior a cem mil habitantes.

De 2007 a 2009, no âmbito do PAR, foram contratados 161 empreendimentos, num total de R\$ 1,1 bilhão, beneficiando diretamente 33.795 famílias. Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, o PAR receberá, até 2011, aportes de R\$ 14 bilhões, e será a principal ação para a provisão de moradias de interesse social para famílias com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

MCidades/Caixa

c . Programas Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual

Os programas Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual financiam, com recursos do FGTS, aquisições de unidades habitacionais novas ou usadas e lotes urbanizados, bem como a construção de unidades habitacionais, conclusão, ampliação, reforma e melhoria de unidades habitacionais e aquisições de materiais de construção para população com renda familiar mensal bruta de até R\$ 3.900,00, na categoria de habitação popular.

Constituem-se, portanto, em recursos onerosos, mas a taxa de juros praticada é mais atrativa que nos financiamentos de mercado do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE. Em sua modalidade individual, o programa concede financiamentos a pessoas físicas não-associadas. Em sua modalidade associativa, o programa financia pessoas físicas associadas em condomínios ou sindicatos, cooperativas, associações, companhias de habitação e órgãos assemelhados, voltados à produção habitacional.

De 2007 a 2009 o programa beneficiou 960.332 famílias, com investimentos de R\$ 29,9 bilhões. Os programas continuam operando para as famílias e empreendimentos que não se enquadram nos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida.



d . Programa Habitação de Interesse Social

O Programa **Habitação de Interesse Social** objetiva ampliar o acesso à terra urbanizada e à moradia e promover melhoria da qualidade das habitações da população de renda familiar mensal de até três salários mínimos, em localidades urbanas e rurais. O programa tem como propósito reduzir desigualdades sociais e contribuir para a ocupação urbana planejada. Foi estruturado para facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos.

Com o lançamento do PAC, que incluiu a ação de Provisão Habitacional de Interesse Social, financiada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no seu eixo de investimentos em infraestrutura urbana e social, houve uma alavancagem de recursos para o setor. De 2007 a 2009, mais de 48 mil famílias foram beneficiadas com unidades habitacionais por meio do investimento de R\$ 2,1 bilhões.

e . Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

O Programa de **Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários** concentra as ações que têm por finalidade melhorar a vida dos ocupantes de assentamentos humanos precários por meio da urbanização integral desses assentamentos, em um conjunto de intervenções urbanísticas e sociais necessárias para transformar a área e alcançar condições dignas de moradia. Essas intervenções compreendem melhorias habitacionais, construção de novas unidades habitacionais, implantação de rede de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta de resíduos sólidos, pavimentação, iluminação elétrica, implantação de equipamentos urbanos e comunitários e assistência social, envolvendo treinamento e capacitação. O programa, com foco no território, tem ainda o objetivo maior de, por meio da urbanização e regularização fundiária, integrar tais espaços ao tecido urbano da cidade.

Ademais, apoia projetos de regularização fundiária sustentável, implementa projetos de saneamento ambiental e contribui para prevenir a ocorrência de desastres e para reduzir os riscos associados a escorregamento de encostas, erosão e enxurradas em assentamentos precários.

A urbanização de assentamentos precários ganhou projeção com o início das operações do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e com a inclusão da ação de urbanização no Programa de Aceleração do Crescimento, que ampliou significativamente o aporte de recursos para a área.

De 2007 a 2010, aproximadamente 1,5 milhão de famílias estão sendo atendidas por meio de urbanização, melhorias habitacionais, regularização fundiária e reassentamento de áreas de risco ou ambientalmente frágeis, com um investimento de R\$ 20,57 bilhões.

MCidades/ Caixa

f . Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Procurando solucionar o problema da carência habitacional e estimular o mercado, em meio à crise econômica, o governo federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com previsão de recursos da ordem de R\$ 34 bilhões. Desde sua criação, o programa beneficiou 120,3 mil famílias, com investimentos de R\$ 6,4 bilhões.

O programa prevê subsídios integrais e isenção de seguro para famílias com renda de até três salários mínimos e subsídios parciais para aquelas com renda entre três e seis salários mínimos. Ademais, o PMCMV facilita a aquisição da casa própria, com redução dos custos do seguro e acesso ao fundo garantidor para famílias com renda de três a 10 salários mínimos.

Dada a sua concepção, o PMCMV compatibiliza a prestação da casa própria com a capacidade de pagamento da família, de modo a reduzir o déficit quantitativo de habitações, concentrado nas famílias mais pobres.

MCidades

g . Programa Papel Passado

Por meio do Programa Papel Passado o governo federal instituiu a política nacional de regularização fundiária em áreas urbanas, que apoia estados, municípios, associações civis sem fins lucrativos e defensorias públicas na promoção de ações que visem à regularização fundiária de assentamentos informais ocupados por população de baixa renda.

Até novembro de 2009, as ações de apoio direto e indireto do programa atingiram 2.592 assentamentos informais de 385 municípios em 26 unidades da Federação. Como fruto dessas ações, 1,7 milhão de famílias tiveram seus processos de regularização iniciados, 340 mil títulos foram concedidos e 137 mil títulos foram registrados em cartório.



ODM 7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

META 9

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 25

Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas

INDICADOR 26

Fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total

INDICADOR 27

Uso de energia (equivalente a quilos de petróleo) por US\$ 1,00 PPC do PIB

INDICADOR 28

Emissões per capita de CO₂ em 2002 e de outros gases de efeito estufa e consumo de substâncias eliminadoras de ozônio

INDICADOR 29

Proporção da população que utiliza combustíveis sólidos

INDICADORES BRASILEIROS

INDICADOR A

Área original e área de remanescentes florestais da Mata Atlântica em 1990 e 1995

INDICADOR B

Taxa média de desmatamento da Amazônia, em 1977-1988 e de 1988 a 2004

INDICADOR C

Número e área total de Unidades de Conservação federais, 2002 a 2005

INDICADOR D

Distribuição da área total de Unidades de Conservação federais em categorias de manejo, 2005

INDICADOR E

Número, tipos e áreas de Unidades de Conservação municipais, em 2002

INDICADOR F

População indígena no Brasil

INDICADOR G

Número total de terras indígenas, Brasil, 2005

INDICADOR H

Número total de terras indígenas e área daquelas que têm situação fundiária regularizada ou em fase de finalização, Brasil

INDICADOR I

Oferta interna de energia no Brasil, em 2003

INDICADOR J

Intensidade no uso de energia no setor agropecuário, em 1995 e 2003

INDICADOR K

Intensidade no uso de energia na indústria, em 1995 e 2003

INDICADOR L

Intensidade no uso de energia no setor de transportes, em 1995 e 2003

INDICADOR M

Intensidade no uso de energia no setor de serviços, em 1995 e 2003

INDICADOR N

Emissões de CO₂ por dólar de PIB, em 2002

INDICADOR O

Emissões de CO₂ por oferta interna de energia, em 2002

INDICADOR P

Emissões de CO₂, metano, óxido nítrico, óxidos de nitrogênio e monóxido de carbono, 1990 e 1994

INDICADOR Q

Consumo de CFC, PCA, brometo de metila, halons, CTC, HCFC, 1992 e 2003

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

1 . RECURSOS AMBIENTAIS

- a. Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos
- b. Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
- c. Programa de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer
- d. Programa Nacional de Florestas – PNF
- e. Programa Comunidades Tradicionais
- f. Programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas
- g. Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e de Degradação Ambiental
- h. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – Pan Brasil
- i. Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar e Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve
- j. Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – PBCO
- k. Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC
- l. Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
- m. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC
- n. Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
- o. Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis
- p. Tarifa Social de Energia Elétrica
- q. Programa Luz para Todos
- r. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB
- s. Fontes Alternativas de Energia
- t. Eficiência Energética

2 . AGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- a. Programa Saneamento para Todos
- b. Programa Saneamento Rural
- c. Construção de Cisternas
- d. Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto
- e. Programa Drenagem Urbana Sustentável
- f. Programa Resíduos Sólidos Urbanos

3 – ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

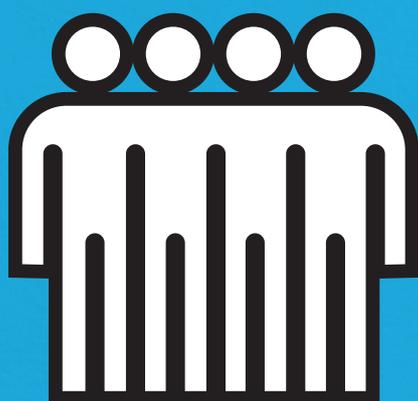
- a . Financiamento à auto-gestão
- b . Programa de Arrendamento Residencial - PAR
- c . Programas Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual
- d .Programa Habitação de Interesse Social
- e .Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
- f. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV
- g . Programa Papel Passado





8

ESTABELECECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO



MRE

a. Cooperação Técnica Internacional

A cooperação técnica internacional prestada pelo governo brasileiro busca modificar realidades ao fomentar o desenvolvimento social e o crescimento sustentado. A cooperação Sul-Sul do Brasil é, desse modo, baseada nos princípios de solidariedade e de co-responsabilidade com países em desenvolvimento. A listagem apresentada a seguir relaciona os projetos e atividades de cooperação técnica em execução pelo Brasil. Diversas iniciativas são executadas em áreas distintas, utilizando recursos e tecnologias brasileiros. A amplitude de áreas temáticas e de regiões geográficas abrangidas por esses projetos reflete o caráter multidimensional dos fatores promotores do desenvolvimento.

PAÍS ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO
ANGOLA
Capacitação para elaboração de reforma curricular
Escola de Todos
Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária
Fortalecimento da gestão do patrimônio cultural de Angola
Projeto de Inserção Social pela Prática Esportiva – Angola/Fase II
Telecentro
Fortalecimento da preservação da memória e da produção audiovisual de Angola
ARGENTINA
Apoio técnico à implementação de um banco de leite humano na Argentina
Transferência de cultivares e técnicas para o melhoramento das batatas
Interoperabilidade de Governo Eletrônico
Educação a distância (Software Livre)
Desenvolvimento de capacidades na área de gestão de recursos hídricos
Desenvolvimento de capacidades em gestão de áreas protegidas
Intercâmbio de metodologias para sistemas de informação de água subterrânea
Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de operações na selva - categoria B)
Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio tático de blindados)
ARGÉLIA
Capacitação técnica em procedimentos cirúrgicos cardíacos pediátricos
Gestão e monitoramento de ecossistemas florestais
Desenvolvimento integrado e sustentável da bacia hidrográfica do Rio Touil
Conservação de recursos hídricos e solos em zonas úmidas do Rio Tell Oriental
Gestão e normatização do atendimento de queimaduras
Apoio à revitalização do viaduto Sidi-Rached de Constantine – peritagem das estruturas e fundações da obra.
Capacitação técnica em procedimentos cirúrgicos cardíacos pediátricos

BENIN

Capacitação na modalidade vôlei para promover a inclusão social no Benin

Reunião na Embrapa Algodão para detalhamento de atividades de cooperação com o Cotton-4

Missão aos países do Cotton-4 (Benin, Mali e Burkina-Faso) para detalhamento de programa de cooperação no setor cotonícola

BOLÍVIA

Apoio à administração do trabalho: estrutura e gestão da inspeção do trabalho

Apoio à administração do trabalho: programas em matéria de políticas públicas de emprego e economia solidária – fortalecimento das instituições

Plano de Ação para o Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia

Apoio ao Programa Multissetorial Desnutrição Zero

Capacitação de técnicos e gestores públicos e intercâmbio técnico em desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas para agricultura familiar/campesina e reforma agrária

Apoio ao desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar na Bolívia

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio de comunicação social para oficiais do quadro de Estado-Maior)

Fortalecimento da gestão pública florestal

Fortalecimento da oferta da educação escolar indígena na Bolívia e no Brasil

Projeto de Cooperação Triangular Brasil - OIT para o Desenvolvimento das Políticas e Programas Nacionais de Prevenção e Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil

BURKINA-FASO

Missão de prospecção de projetos na área de saúde

Missão de apresentação e validação de projetos nas áreas de saúde e pecuária

CABO VERDE

Apoio ao desenvolvimento da caprino-ovinocultura em Cabo Verde

Apoio ao desenvolvimento da horticultura em Cabo Verde

Fortalecimento da atenção primária à saúde em Cabo Verde

Fortalecimento institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP

Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde – Fase I: fortalecimento do ICASE

Fortalecimento e capacitação técnica de recursos humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde – Fase II

Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária em Cabo Verde

Apoio técnico para a implantação de banco de leite humano em Cabo Verde

Escola de Todos – Fase II

Consolidação da ARFA como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar, visando ao fortalecimento de sua capacidade institucional

Apoio ao fortalecimento institucional do INIDA



COLÔMBIA

Intercâmbio de conhecimentos sobre implementação de tecnologias limpas na produção de gado na Colômbia

Capacitação técnica em sistemas de produção de ovinos e caprinos

Intercâmbio de experiências sobre gestão ambiental urbana

Intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre gestão dos incêndios florestais

Apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano na Colômbia

Fortalecimento institucional das assessorias internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Colômbia

Destinação adequada do lixo coletado junto à população em situação de vulnerabilidade em Bogotá

Intercâmbio de conhecimentos sobre processamento da madeira

CAMARÕES

Formação de recursos humanos e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de uma cacauicultura sustentável na República do Cameroun.

Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária

COSTA RICA

Mercado atacadista de eletricidade

Apoio técnico para implantação de bancos de leite humano na Costa Rica

Alternativas de produção de biocombustível na Costa Rica

Controle metrológico de instrumentos de medição utilizados na área de serviços públicos

Gestão de manutenção em centrais elétricas

Acreditação do Laboratório Químico da Área de Controle de Óleo do Centro de Serviços – LIMAT

Intercâmbio de conhecimentos sobre os sistemas de saúde pública do Brasil e da Costa Rica

Aprimoramento de técnicas de produção de hortaliças sob ambientes protegidos na Costa Rica

Desenvolvimento da carreira postal na Costa Rica

Modelagem de programa de capacitação e otimização dos processos de serviços postais nos Correios da Costa Rica

CUBA

Suporte técnico e extensão institucional do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas: SIAGAS – Cuba

Assistência técnica para a produção de soja em Cuba

Diretrizes para a validação de métodos alternativos para detecção de contaminantes microbiológicos em produtos de interesse da vigilância sanitária e da agricultura

Transferência de metodologias para a combinação de resistências de begomovirus, tospovirus e nemátodos em genótipos de tomate com qualidade agrônoma desejável

Fortalecimento institucional das assessorias internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e de Cuba

Fortalecimento da odontologia no Brasil e em Cuba

Apoio técnico para implementação de bancos de leite humano em Cuba

Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na área de vigilância sanitária de medicamentos

Gestão integrada de águas litorâneas

Diplomado em banca comercial – Fase V

Fortalecimento institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba (SIME)

EL SALVADOR

Manejo agrônômico e processamento do coco anão, alto e híbrido
Fortalecimento do processo agrícola e industrial para produção de biodiesel a partir da mamona
Adoção de tecnologias modernas para a produção de etanol em El Salvador
Conservação da arquitetura tradicional de centros e conjuntos históricos e sua paisagem cultural
Capacitação em análise de informações para o pessoal da Divisão de Investigação e Homicídios da Polícia Nacional Civil e da Procuradoria Geral da República de El Salvador
Capacitação em análise de informações sobre crimes contra o meio ambiente

EQUADOR

Capacitação técnica em manejo agrônômico e processamento para a cultura do cacau no Equador
Capacitação técnica em manejo da produção e processamento agroindustrial de frutas tropicais no litoral equatoriano
Fortalecimento dos modelos nacionais de promoção e proteção à saúde dos povos indígenas do Brasil e do Equador
Fortalecimento institucional da assessoria internacional do Ministério da Saúde do Equador
Políticas públicas de desenvolvimento social, combate à fome e segurança alimentar e nutricional no Equador
Projeto Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural
Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de operações na selva, categoria B)
Projeto de Cooperação Triangular Brasil - OIT para contribuir para o cumprimento das metas da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente

GUATEMALA

Apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano na Guatemala
Transferência de tecnologias em sistema de produção de frutas tropicais para a Guatemala
Assessoria à gestão operacional dos programas sociais do governo da República da Guatemala

GUIANA

Transferência de técnicas para o estabelecimento da produção e utilização da soja nas savanas intermediárias da Guiana
Transferência de técnicas para contribuir no desenvolvimento do setor de aquicultura da Guiana
Transferência de técnicas para a produção de arroz de sequeiro nas savanas da Guiana
Transferência de técnicas para a produção de milho nas savanas da Guiana
Fortalecimento da capacidade de monitoramento da Comissão Florestal da Guiana
Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de operações na selva - Categoria B)

GUINÉ-BISSAU

Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária em Guiné-Bissau
Apoio ao fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau
Apoio à reestruturação dos cursos de educação profissional em contabilidade e administração do Centro de Formação Administrativa de Guiné-Bissau - CENFA
Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau
Fortalecimento da Assembléia Nacional Popular Bissau-Guineense
Projeto de Cooperação Triangular Brasil - UNODC para a Implantação do Centro de Formação de Segurança da Guiné-Bissau



HAITI

Criação de uma unidade de demonstração e de validação de tecnologias agrícolas na fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR), em Fond-des-Nègres, Departamento de Nippes

Missão de negociação das atividades do Projeto de Revitalização da Fazenda em Fond-des-Nègres

Missão de acompanhamento das atividades do Projeto de Revitalização da Fazenda em Fond-des-Nègres

Missão do diretor-geral do Ministério da Agricultura do Haiti e de representante do IICA ao Brasil para fortalecimento da cooperação nas áreas de tecnologia agrícola, extensão rural e segurança alimentar

Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de milho no Haiti

Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de arroz no Haiti

Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de feijão no Haiti

Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mandioca no Haiti

Promoção da sustentabilidade da produção de hortaliças na região de Kenscoff

Missão de prospecção para a implementação da segunda fase do projeto de transferência de tecnologias de produção e processamento de castanha de caju

Missão de prospecção de projetos nas áreas de produção, aquisição e distribuição de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar

Prospecção para levantamento de dados e consolidação de análise mercadológica da economia agrícola

Elaboração de diagnósticos e relatórios técnicos para o futuro Plano de Proteção e Restauração da Floresta de Pinus na Bacia do Mapou, Haiti

Capacitação de técnicos haitianos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em temas de manejo agroflorestal

Prospecção de projeto para a consolidação de sistemas de captação de água de chuva para consumo humano e pequena irrigação

Prospecção de projeto para implementação de um Centro Polivalente de Formação Profissional na área de serviços

Prospecção de projeto para implementação de um Centro Polivalente de Formação Profissional voltado à área industrial

Missão de representantes do Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti para fortalecimento da cooperação técnica na área de formação técnica-profissional.

Prospecção de projeto de desenvolvimento comunitário e social no Haiti

Acompanhamento e apoio às eleições senatoriais no Haiti

Capacitação de recursos humanos do Ministério de Indústria e Comércio do Haiti em calibração de equipamentos de massas e volumes.

Missão de especialistas da Fiocruz para a elaboração de proposta de projeto de cooperação técnica com vistas à implantação de redes de banco de leite humano no Haiti

Missão preparatória para organizar seminário de cooperação internacional entre Brasil e Haiti

Missão de especialistas em gestão pública e orçamento participativo para elaboração de proposta de projeto de cooperação técnica voltada ao tema de Direitos Humanos

Coleta de dejetos sólidos com vistas à consolidação do processo de redução da violência armada em Carrefour Feuilles

Erradicação e prevenção das piores formas de trabalho infantil no Haiti

Combate à violência contra as mulheres no Haiti

HONDURAS

Ações integradas para a gestão de recursos hídricos em Honduras

Intercâmbio de conhecimentos sobre os sistemas de saúde pública de Brasil e Honduras

Apoio técnico para implantação / implementação de bancos de leite humano em Honduras

JAMAICA

Formação de recursos humanos e transferência de tecnologia para apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucoalcooleiro

LIBÉRIA

Missão de prospecção de projetos em agricultura e saúde.

Missão para auxílio no combate ao inseto “lagarta-militar”

Missão liberiana à FUNDAP

MALI

Apoio ao setor algodoeiro dos países do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali)

MARROCOS

Missão de prospecção para a formulação do projeto de apoio ao Escritório da Formação Profissional e da Promoção do Trabalho (OFPPT) para a implantação de sete centros de formação profissional a pessoas com deficiência física

Missão de prospecção para a formulação do projeto de apoio ao desenvolvimento urbano do reino do Marrocos

MOÇAMBIQUE

Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique

Apoio ao desenvolvimento urbano de Moçambique

Apoio ao desenvolvimento da horto-fruticultura de Moçambique

Capacitação em produção de medicamentos antirretrovirais

Capacitação técnica em ciências florestais

Fortalecimento institucional do órgão regulador de medicamentos de Moçambique como agente regulador do setor farmacêutico

Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha

Programa Inserção pela Prática Esportiva – FASE I (Fábrica de bolas)

Centro de Formação Profissional

NIGÉRIA

Produção e processamento de frutas tropicais e hortaliças na Nigéria

Produção e processamento agroindustrial de mandioca na Nigéria



PANAMÁ

Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose

Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue

Vigilância epidemiológica e ambiental em saúde

Implementação de bancos de leite humano no Panamá

Assistência técnica na área de genética bovina

PARAGUAI

Apoio ao fortalecimento do Gabinete Civil da Presidência da República do Paraguai

Capacitação em políticas públicas para o desenvolvimento

Técnicas para a diversificação das atividades agropecuárias para agricultura familiar no Paraguai

Capacitação de técnicos e gestores Públicos em desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas em agricultura familiar/campesina

Modelagem de política postal no Paraguai, com o estabelecimento do Serviço Postal Universal.

Intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas de conservação integrada e patrimônio cultural.

Capacitação em museologia

Capacitação de técnicos para o desenvolvimento da produção leiteira de agricultores familiares do Paraguai

Fortalecimento da educação técnica e profissional do Paraguai

Intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre educação escolar indígena

Políticas de acesso à terra, reforma agrária e fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (CINS - Curso de Inspetor de Suprimento)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (CPCE - Curso de Piloto de Combate para Estrangeiros)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (CGSM - Curso Geral de Suprimento e Manutenção)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio de comunicação social para oficiais do quadro de Estado-Maior)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio de desminagem para sargentos)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio técnico de blindados)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de Polícia do Exército)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de operações na selva, categoria B)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso especial de pilotagem para estrangeiros, primeira fase)

Projeto de Cooperação Triangular Brasil - OIT para a transferência de conhecimentos, metodologias e práticas de gestão pública dos programas de proteção social destinados a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de trabalho infantil

PERU

Gestão descentralizada dos programas sociais

Transferência de métodos e instrumentos de gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento agrário

Fortalecimento institucional do Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de operações na selva - categoria B)

QUÊNIA

Fortalecimento institucional do Kenya Wildlife Service, da Autoridade Aeroportuária do Quênia e do Corpo de Bombeiros da Prefeitura de Nairóbi

Fortalecimento das ações de combate ao HIV/AIDS no Quênia

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Apoio ao desenvolvimento da produção de artesanato em São Tomé e Príncipe.

Formação de professores em exercício em São Tomé e Príncipe.

Construção institucional e metodológica da extensão rural como estratégica de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe – Fase II

Alfabetização solidária em São Tomé e Príncipe - Fase V

Implementação do Programa de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe

Apoio ao controle e à prevenção da malária em São Tomé e Príncipe.

Implantação do Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER) em São Tomé e Príncipe

SENEGAL

Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis no Senegal

Apoio ao desenvolvimento da horticultura no Senegal

Apoio ao Programa de Doença Falciforme

Participação do Senegal no encontro de observadores internacionais da 3ª Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente

SERRA LEOA

Missão de prospecção de projetos em agricultura e saúde

Missão de apresentação de propostas de cooperação à Serra Leoa

SURINAME

Programa de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção e Processamento para o Desenvolvimento da Indústria de Caju no Suriname

Apoio ao desenvolvimento do cultivo e produção da mandioca no Suriname

Manejo integrado da mosca da fruta no Suriname

Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)

Apoio para o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (curso de aperfeiçoamento de hidrografia e navegação)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio de desminagem para sargentos)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (C-EXP-SOS - Curso Expedito de Socorro e Salvamento)

Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CSV - Curso de Segurança em Vôo)

Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (curso de operações na selva, categoria B)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (estágio de desminagem para oficiais)



TANZÂNIA

Missão multidisciplinar para detalhamento de projetos de cooperação técnica entre o Brasil e a Tanzânia

TIMOR - LESTE

Formação de professores em exercício na escola primária de Timor-Leste

Apoio ao fortalecimento do setor da justiça – IV etapa

Desenvolvimento empresarial, formação profissional e promoção social – quarta fase

Apoio ao fortalecimento das escolas agrotécnicas de Timor-Leste

Capacitação de técnicos da televisão de Timor-Leste

Apoio à estruturação da cadeia produtiva aquícola e pesqueira do Timor-Leste (fase I)

Projeto de Cooperação Triangular Brasil - OIT para contribuir para a implementação da Convenção 182 da OIT

UGANDA

Intercâmbio da experiência brasileira em biocombustíveis para representantes do governo de Uganda e Ruanda

URUGUAI

Cooperação técnica em melhoramento genético de hortaliças

Apoio técnico para implementação de bancos de leite humano no Uruguai

Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Uruguai

Fortalecimento da capacidade institucional do Ministério de Saúde Pública do Uruguai em sistemas de vigilância em saúde ambiental

Fortalecimento do ensino técnico na área de mineração

Fortalecimento do ensino técnico na área de meio ambiente

Apoio ao fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai

Capacitação em português língua estrangeira instrumental para agentes do governo uruguaio – Polícia Rodoviária.

Projeto Fortalecimento das Políticas de Enfretamento da Epidemia de AIDS no Uruguai

Curso de comando e Estado-Maior da Aeronáutica

Curso de aperfeiçoamento de oficiais da Aeronáutica - CAP

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (CPCE - Curso de Piloto de Combate para Estrangeiros)

Treinamento de militares sul-americanos no âmbito da defesa (CEMAE - Curso de Especialização em Medicina Aeroespacial)

Fortalecimento institucional da Secretaria do Ministério da Saúde Pública/MSP do Uruguai para o desenvolvimento de estudos de biodisponibilidade e bioequivalência farmacêutica - fase I



ODM 8

ESTABELECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

META 12

Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras previsíveis, e não-discriminatório

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

NÃO HÁ SUGESTÃO DE INDICADORES PELA ONU

META 13

Atender às necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

NÃO HÁ SUGESTÃO DE INDICADORES PELA ONU

META 14

Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

NÃO HÁ SUGESTÃO DE INDICADORES PELA ONU

META 15

Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável

INDICADORES DAS NAÇÕES UNIDAS

INDICADOR 33

Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) líquida como percentagem da renda nacional bruta dos países doadores membros da OCDE/Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

INDICADOR 34

Proporção da APD bilateral, para setores específicos dos doadores da OCDE para serviços sociais básicos

INDICADOR 35

Proporção da APD dos doadores da OCDE que não está vinculada

INDICADOR 36

APD dos doadores da OCDE aos países sem acesso ao mar como proporção da Renda Nacional Bruta destes

INDICADOR 37

APD dos doadores da OCDE aos pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento como proporção da Renda Nacional Bruta destes

INDICADOR 38

Proporção do total das importações dos países desenvolvidos (por valor e excluindo armas) provenientes

de países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidas sem pagamento de direitos alfandegários

INDICADOR 39

Tarifas médias de importação impostas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuários dos países em vias de desenvolvimento

INDICADOR 40

Apoios agrícolas estimados para países da OCDE, como percentagem de seus PIB

INDICADOR 41

Proporção da APD outorgada para reforçar capacidades comerciais

INDICADOR 42

Número cumulativo de países que tenham atingido pontos de decisão e de cumprimento da Iniciativa Países Pobres Muito Endividados

INDICADOR 43

Dívida oficial perdoada como resultado da Iniciativa Países Pobres Muito Endividados

INDICADOR 44

Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços

